

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ARIANE MÁRCIA MOTOKI ILHA

**REPRESENTAÇÕES DA PROFESSORA NA IMPRENSA ESCRITA:
A EDUCAÇÃO FEMININA POR MEIO DO JORNAL *O REPÓRTER* DE
UBERLÂNDIA – MG (1933-1963)**

UBERLÂNDIA – MG

2021

ARIANE MÁRCIA MOTOKI ILHA

**REPRESENTAÇÕES DA PROFESSORA NA IMPRENSA ESCRITA:
A EDUCAÇÃO FEMININA POR MEIO DO JORNAL *O REPÓRTER* DE
UBERLÂNDIA – MG (1933-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza.

UBERLÂNDIA – MG

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

I27 2021	<p>Ilha, Ariane Márcia Motoki, 1987- Representações da professora na imprensa escrita [recurso eletrônico] : a educação feminina por meio do jornal O Repórter de Uberlândia - MG (1933-1963) / Ariane Márcia Motoki Ilha. - 2021.</p> <p>Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.427 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Educação. I. Souza, Sauloéber Tarsio de, 1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Educação. III. Título.</p>
-------------	--

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 22/2021/773, PPGED				
Data:	Vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[14h10]	Hora de encerramento:	[16h20]
Matrícula do Discente:	11912EDU004				
Nome do Discente:	ARIANE MÁRCIA MOTOKI ILHA				
Título do Trabalho:	"Representações da Professora na Imprensa Escrita: a Educação Feminina por meio do Jornal O Repórter de Uberlândia-MG (1933-1963)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O ensino de História da Educação em perspectiva comparada: formação de professores, programas de ensino e manuais disciplinares no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Nailda Marinho da Costa - UNIRIO; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; Sauloéber Tarsio de Souza - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Sauloéber Tarsio de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2021, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nailda Marinho da Costa, Usuário Externo**, em 26/08/2021, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2021, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2989217** e o código CRC **727AFEFB**.

Aos meus filhos, Valentina e Davi.

Com vocês e por vocês eu prossigo.

Com todo meu amor, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus – “e o meu Deus não falha” – a fé que me move sustentou-me até aqui. Nos momentos de aflição e desânimo – *Deus Proverá*.

Agradeço a minha avó Maria Floricena e a minha mãe Edília Márcia. Mulheres de luta e amor, que tanto me inspiram. Mulheres que eu amo. Agradeço pelas palavras, pelo amor e orações; sou grata por tudo e por tanto.

Ao meu esposo Adriano, pelo amor, compreensão e palavras de incentivo. Agradeço pelo café quentinho de todas as manhãs, por cuidar tão bem do nosso bem maior, nossos filhos, nos inúmeros momentos em que tive que me dedicar ao Mestrado.

Aos meus filhos, Valentina e Davi por serem o meu maior motivo, meu ponto de equilíbrio, todo meu amor: “Mamãe, a gente vai ficar lá no quarto com você enquanto você escreve e trabalha”.

Aos meus irmãos Berenice, Igor e Vitória que mesmo na correria dos dias estiveram comigo; aos meus sobrinhos Isaac, Samuel, Pietro, Antonella e Clarice; à minha prima Beatriz pelas orações; ao meu pai Gilberto pelo apoio e incentivo; ao meu *paidrasto* Reinaldo por se alegrar com as minhas conquistas e por se fazer presente em minha vida.

À toda equipe de profissionais da EMEI Zacarias Pereira da Silva, são quase uma década de vivências e aprendizados; agradeço à Marcela, Sânia, Cléia, Jozaene, Eva e Fernanda, pelas palavras de incentivo e amizade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza, pelo apoio, sensibilidade, confiança e por suas valorosas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa. Ressalto que a cada reunião, seja em 2019 presencialmente, ou 2020 em modo remoto, se abriram novas perspectivas, possibilidades e aprendizados.

Às bancas de qualificação e defesa que foram compostas por Prof.^a Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, a Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira e a Prof.^a Dr.^a Nailda Marinho da Costa, pelas considerações, sensibilidade e valiosas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos profissionais do Arquivo Municipal de Uberlândia – MG, especialmente ao Paulo que me auxiliou quanto ao trabalho de pesquisa no acervo do jornal *O Repórter*.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Educação (FACED) e ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa, mesmo que em tempos tão difíceis para a educação nacional.

RESUMO

Este estudo propõe uma análise sobre as representações das professoras no que diz respeito à história da educação feminina por meio das páginas do jornal *O Repórter*, no recorte temporal de 1933 a 1963, período de publicação e circulação na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. O desenvolvimento deste trabalho foi fundamentado por estudos feministas, questões de identidade de gênero e pressupostos teóricos da Micro-História debatida ainda na Escola dos Annales, movimento de grande relevância para os rumos da pesquisa histórica no século XX – conforme o estudo do jornal daquela época, tais aspectos propiciaram reconhecer histórias e narrativas relacionadas às docentes, bem como suas representações. Nessa perspectiva, foi estabelecida uma narrativa histórica sobre o exercício da docência, algo pertinente para a elaboração de uma análise da historiografia da educação, pautada nos desdobramentos da História Cultural, ao constatar os caminhos que conduzem concepções que perpassam o tempo presente, tais como o debate sobre gênero e educação, em que consideraram as histórias das mulheres desde a restrição de acesso aos bancos das escolas até a feminização do magistério. Os objetivos desta investigação foram: compreender de que forma a imagem construída culturalmente ao longo do tempo histórico foi apresentada por esse veículo de imprensa; e identificar, por meio da historiografia, os principais avanços e retrocessos na construção e representação das professoras. O estudo historiográfico e a pesquisa bibliográfica permitiram a análise do conteúdo e a materialidade da mídia impressa supracitada, o que levou a traçar o itinerário feminino na educação em consonância às publicações e aos artigos do jornal entre as décadas de 1930 e 1960. Por meio da imagem da professora repercutida pelo periódico, este estudo estabelece a construção histórica sobre o debate das questões de gênero e educação, além de refletir acerca da condição da mulher em uma perspectiva da História Cultural por meio das representações da professora no jornal que se resignificaram de acordo com o contexto social da época – nesse caso, o jornal servia à elite uberlandense e a seus valores e costumes conservadores.

Palavras-chave: educação de mulheres; feminização do magistério; representações; imprensa; Uberlândia, MG.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the representations of teachers regarding the history of female education through the pages of the newspaper *O Repórter*, in the temporal cut from 1933 to 1963, period of its publication and circulation in the city of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. The development of this work was based on feminist studies, issues of gender identity and theoretical assumptions of Micro-History debated at the Annales School, a movement of great relevance to the direction of historical research in the 20th century – according to the study of the newspaper of that time, such aspects allowed the recognition of stories and narratives related to the teachers, as well as their representations. From this perspective, a historical narrative about the teaching practice was established, something pertinent to the elaboration of an analysis of the historiography of education, guided on the developments of Cultural History, by noting the paths that lead to conceptions that permeate the present time, such as the debate on gender and education, in which the stories of women were considered from the restriction of access to school until the feminization of teaching. The objectives of this investigation were: to understand how the image culturally constructed over historical time was presented by this press vehicle; and identify, through historiography, the main advances and setbacks in the construction and representation of teachers. The historiographical study and the bibliographic research allowed the content analysis and materiality of the aforementioned media press, which led to chart the female itinerary in education in accord with the newspaper's publications and articles between the 1930s and 1960s. Through the image of the teacher passed on the periodical, this study establishes the historical construction on the debate on gender and education issues, in addition to reflecting on the condition of women in a perspective of Cultural History through the representations of the teacher in the newspaper that were redefined according to the social context of that time – in this case, the publication served the “Uberlandense” elite and their conservative values and customs.

Keywords: women's education; feminization of teaching; representations; press; Uberlândia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FACED	Faculdade de Educação
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
JOR	Jornal <i>O Repórter</i>
MEC	Ministério da Educação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de fato, na data dos recenseamentos gerais do Brasil, sua densidade e distribuição segundo o sexo e outros caracteres individuais apurados. Brasil – 1940... 45	
Tabela 2: População de fato por sexo, segundo os principais caracteres individuais/ Instrução. Estado de Minas Gerais – 1940..... 46	
Tabela 3: População de fato por sexo, segundo os principais caracteres individuais/ Atividades domésticas; atividades escolares. Estado de Minas Gerais – 1940. 46	
Tabela 4: População de fato por sexo, segundo os principais caracteres individuais/ Grau de instrução. Brasil – 1940..... 47	
Tabela 5: População presente, na data dos recenseamentos gerais, segundo algumas das principais características individuais. Estado de Minas Gerais – 1950..... 50	
Tabela 6: Pessoas presentes, de 10 anos e mais, que possuem curso completo, por sexo e grau do ensino, segundo a espécie do curso. Estado de Minas Gerais – 1950. 51	
Tabela 7: Pessoas presentes, de 10 anos e mais, que possuem curso completo, por sexo e grau do ensino, segundo a espécie do curso. Estado de Minas Gerais – 1950. 52	
Tabela 8: Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e ramo da atividade principal, segundo a ocupação. Estado de Minas Gerais – 1950. 53	
Tabela 9: Condição de presença, por sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade. Brasil – 1960..... 53	
Tabela 10: Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino Geral. Brasil – 1960..... 54	
Tabela 11: Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino cultural ou profissional. Brasil – 1960..... 54	
Tabela 12: Ocupação das pessoas de 10 anos e mais, economicamente ativas, por sexo e ramo de atividade. Brasil – 1960. 55	
Tabela 13: Condição de presença por sexo segundo a situação do domicílio e grupos de idade. Estado de Minas Gerais – 1960. 56	
Tabela 14: Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino geral. Estado de Minas Gerais – 1960. 56	
Tabela 15: Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino Cultural ou profissional. Estado de Minas Gerais – 1960. 57	

Tabela 16: Ocupação das pessoas de 10 anos e mais, economicamente ativas, por sexo e ramo de atividade. Estado de Minas Gerais – 1960..... 57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação da quantidade de publicações por décadas do jornal O Repórter, sobre as temáticas que norteiam esta pesquisa (1933 – 1963)	21
Quadro 2: Legislação para instrução pública (1831 – 1833)	35
Quadro 3: Legislação para a instrução pública (1834 – 1891)	36
Quadro 4: Legislação para a instrução pública (1890 – 1961)	40
Quadro 5: Relação de artigos, notas e afins do jornal O Repórter (1933 a 1963)	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matéria jornalística de capa, que destaca a fotografia da Jovem Odette Costa membro da elite uberlandense, eleita Rainha da Beleza no ano de 1932.	59
Figura 2: Nota sobre a situação das Escolas Normais na região.	64
Figura 3: O problema educacional e os <i>atributos das Normalistas</i>	65
Figura 4: Funcionamento das classes mistas no Ginasios.	67
Figura 5: Uma árvore de frutos de ouro	68
Figura 6: Professora Antonieta Silva – Normalista e Diretora.	69
Figura 7: Poesia – A Professora.	70
Figura 8: Situação numérica da vida escolar de Uberlândia em agosto de 1939.	71
Figura 9: A mulher está falhando como esteio moral do lar	73
Figura 10: Coluna – <i>Especial para a mulher</i>	75
Figura 11: Formaturas – 1939.	76
Figura 12: O homem e a mulher.	77
Figura 13: Formatura – Normalistas/1939.	78
Figura 14: Diretora do Grupo Escolar - Diogo Vasconcellos/BH.	79
Figura 15: Retrato da professora Eduardina de Barros.	80
Figura 16: Educando para o lar.	82
Figura 17: Artigo sobre a representação da mulher.	83
Figura 18: Pernas feias e perebentas	84
Figura 19: Dirce Poli Lage - Normalista.	93
Figura 20: "Aquela professora que bole com o coração da gente".	94
Figura 21: Poesia que descreve a mulher – professora.	95
Figura 22: Retrato da noiva normalista.	96
Figura 23: Ele é boa...	97
Figura 24: O deputado foi derrotado pelas professoras.	100
Figura 25: Professora Florespina de Freitas.	103
Figura 26: Professôra espancada em pleno 'cmprimento' do dever.	104
Figura 27: Um símbolo de mulher.	105
Figura 28: Eu destaco você - Professora primária.	106
Figura 29: Qualquer cousa...	108
Figura 30: Mulheres trabalhadoras.	110

Figura 31: Feminismo em marcha.....	111
Figura 32: Salário de professora.....	113
Figura 33: Vitória do feminismo.....	114
Figura 34: Assembleia Nacional de mulheres em Porto Alegre.	114
Figura 35: Ainda a boa Mulher - O ideal feminino.....	129
Figura 36: Poesia que ressalta os atributos femininos no exercício de diferentes profissões.	130
Figura 37: As leitoras - A noção de costura e bordado eram consideradas atribuições necessárias para as mulheres.	131
Figura 38: Sociais - Mãe: Poesia que ressalta a importância da mulher desempenhando seu papel de mãe.	132
Figura 39: Onde falta a moral - Artigo que destaca moral como atributo importante fundamental para homens e mulheres.	133
Figura 40: Nota sobre uma festividade no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, destacando uma mulher ocupando o cargo de diretora escolar.	134
Figura 41: Nota em homenagem ao Dia das Mães.	134
Figura 42: Coluna dedicada ao público feminino.	135
Figura 43: Nota que faz referência a proibição do casamento das normalistas na cidade do Rio de Janeiro.....	136
Figura 46: Especial para a mulher - Dicas de comportamento feminino.	137
Figura 47: Nomeação para o cargo de professora.	138
Figura 48: Sociais - "Ser mãe".	139
Figura 49: Homenagens a professora Florespina de Freitas.	140
Figura 50: Imagens de mulheres em destaque.	141
Figura 51: Dona Manoelita - Um pouco da trajetória desta professora primária.....	142
Figura 52: O Dia do Professor.	143
Figura 53: Rosa Marly Scarabucci - Rainha dos Estudantes.	144
Figura 54: Nota de aniversário - Professora Florisbela Freitas - Diretora do grupo Escolar Dr. Duarte.	145
Figura 55: A irmã - professora Leila Paes.	145
Figura 56: Poesia - A Professora.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I - Estudos Feministas e questões de Identidade de Gênero.....	17
II - Uma breve análise sobre os caminhos percorridos pelas mulheres no exercício da docência.....	19
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	23
1.1 O itinerário da Educação Feminina no Brasil.....	23
1.2 Breves reflexões sobre a legislação educacional brasileira e em Minas Gerais ...	32
1.3 A escolarização e o grau de instrução das mulheres, a partir do contexto político nas décadas de 1940 a 60 no Brasil e Estado de Minas Gerais no século XX.....	45
CAPÍTULO II – MULHER E EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL O REPÓRTER	59
2.1 Breve trajetória sobre a Educação Feminina na cidade de Uberlândia – MG	61
2.2 O lugar social das Mulheres na cidade de Uberlândia: Imagens Jornalísticas sobre a Feminilidade – <i>A mulher está falhando como esteio moral do lar</i>	72
CAPÍTULO III – AS REPRESENTAÇÕES DA PROFESSORA FRENTE A IDEIA DE FEMINISMO NO JORNAL O REPORTER	86
3.1. <i>Aquela professora que bole com o coração da gente</i> – O imaginário veiculado sobre a figura da professora	86
3.2. Feminismos aos olhos do jornal: <i>Ora o Feminismo [...] durma-se agora com um barulho desse!</i>	107
CONSIDERAÇÕES	116
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

A percepção de que *ser mulher* é resistir se apresenta como inquestionável. A minha existência reforça ainda mais esta constatação.

Parafraçando Beauvoir (1980, p. 9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”; ainda muito cedo compreendi o fardo tortuoso por ter nascido mulher; tornar-me mulher foi e ainda é um caminho tenso que demanda escolhas e posicionamentos que vão à contramão daquilo que é socialmente e historicamente imposto para as mulheres.

Minhas inquietações e questionamentos começaram a ganhar forma ainda na infância, no convívio doméstico e escolar. Foram infinitas as vezes que me deparei com situações que me despertavam um aparente descontentamento: *você é menina, senta direito; tem que aprender a cuidar da casa para se casar; não brinca com isso, pois é coisa de menino...* Mesmo diante da minha pouca idade, oito ou 10 anos, não me conformava com aquelas justificativas rasas, mas por alguns anos devo ter absorvido como verdade e replicado frases com o contexto sexista.¹

Na adolescência através da literatura e da música pude perceber que havia outras possibilidades de *ser mulher*, era possível ser livre das amarras impostas pelos discursos machistas fundamentados no modelo patriarcal. Era possível, fato. Mas era extremamente difícil, questionar e enfrentar os modelos sociais padronizados como corretos. Na música, escutando mulheres compositoras e intérpretes, pude reconhecer a força e a capacidade femininas muito além de suas vulnerabilidades:

Mexo, remexo na inquisição. Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão. Eu sou pau pra toda obra. Deus dá asas à minha cobra. Minha força não é bruta. Não sou freira, nem sou puta! Porque nem toda feiticeira é corcunda. Nem toda brasileira é bunda. Meu peito não é de silicone. Sou mais macho que muito homem (DUNCAN; LEE, 2000).

Esta canção em particular me despertou. Havia muitas referências nos versos, apesar da pouca idade e pouco entendimento eu me identificava com a mensagem transmitida por cada

¹ Atitude de discriminação fundamenta pelo sexo biológico, de modo que o sexismo vai um pouco além do machismo, pois se apresenta como um discurso discriminatório pautado em diminuir, inferiorizar o indivíduo. Não é uma atitude exclusiva dos homens, qualquer sujeito social pode se pautar em ações e afirmações sexistas que determinam quem deve exercer o poder e quem deve ser submetido a ele, considerando sempre o sexo biológico como determinação desta ordem. “Em síntese, para as teorias feministas, o sexismo pode ser entendido como um resquício da cultura patriarcal, isto é, como um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, que se legitima através das atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam” (FERREIRA, 2004, p.120).

estrofe. As canções ecoavam em mim como um mecanismo de resistência, cada vez mais diante dos entraves, eu precisava me fazer forte e prosseguir.

Atravessar barreiras sociais, econômicas e de gênero², torna o processo de construção individual e o próprio reconhecimento de uma autoidentidade, muito mais moroso. Se perceber mulher em suas pluralidades, vai muito além do sexo biológico, as questões de gênero neste momento, ainda não se apresentavam evidentes para mim. Mas o fato de me reconhecer mulher nesta altura me permitia compreender e discordar; questionar e enfrentar posicionamentos machistas e sexistas.

Conforme mencionado acima, assim como na música, também encontrei refúgio e ânimo na literatura. Dos 15 aos 17 anos, ainda no Ensino Médio, li diferentes escritoras e escritores; dos mais significativos neste período se destacam: Clarice Lispector, Dostoiévsk e Virgínia Woolf. Muito além das narrativas femininas, encontrava representações das mulheres em diferentes recortes de tempo, tanto das escritoras considerando suas biografias, quanto nas personagens femininas retratadas em diferentes contextos por Dostoiévski e tantos outros escritores e escritoras lidos por mim até aquele momento.

Foi possível traçar um paralelo entre estas narrativas e a minha vivência partilhada com outras mulheres. Ainda que prematuro, estabelecer um olhar histórico sobre a representação da mulher em diferentes contextos me permitiu enxergar muito além dos limites e reconhecer que havia embates e questões ancestrais que necessitavam serem compreendidas, para elucidar comportamentos/julgamentos, evidentes no que diz respeito à mulher em sua vida privada e pública.

Nessa altura eu já sabia que seguiria na profissão docente. A ideia de me tornar professora me entusiasmava bastante; para tanto muito mais que ensinar eu teria que aprender. Muito motivada por estas questões, durante o ensino médio, eram nas narrativas históricas que eu encontrava fundamentações coerentes, foi durante uma dessas aulas que conheci o feminismo, sem muito aprofundamento teórico, mas foi o suficiente para refletir outras possibilidades de interpretar a realidade. Durante as conversas nos curtos intervalos das aulas, com o meu professor, o desejo de estudar História se fez crescente, concretizando-se anos mais tarde.

² Comportamentos e hábitos culturalmente determinados como feminino ou masculino num contexto social determinado pela ordem patriarcal. De acordo com Butler (2013, p.28) “o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto”.

Durante a graduação em História na UFU, tendo que conciliar trabalho e estudos, mal tinha tempo hábil para as leituras obrigatórias. No entanto, atravessando as dificuldades e estabelecendo vínculos com colegas e professores, o repertório de leituras e experiências foi se moldando de acordo com os meus interesses e possibilidades acadêmicas e particulares.

Engajei-me em grupos e fóruns de debate na internet sobre estudos feministas, foi neste período que conheci a obra – *O Segundo Sexo* – de Simone Beauvoir (1980), livro que no ano de 1949 inaugurou o debate sobre a situação da mulher; em paralelo adentrei ao debate sobre gênero proposto por Judith Butler (2013). Um caminho repleto de descobertas e enfrentamentos. Leituras necessárias para a compreensão das problemáticas relacionadas às mulheres; a construção de seu lugar social através de frentes de luta feminista, pautadas em movimentos de transformações sociais, que me permitiram articular os ideais feministas com as questões de gênero.

Para, além disso, existiam as minhas experiências particulares, o “ser mulher” em seus diversos contextos. Neste período especificamente, vivenciava a maternidade, acho relevante ressaltar este acontecimento devido as suas inúmeras interferências na constituição da mulher que me apresento, no tempo presente. Gestar uma vida é uma capacidade feminina, algo que nos difere e por vezes nos aprisiona.

Ser mãe, de uma menina me fez e faz buscar respostas, desconstruir concepções retrógradas que perpassam pelo tempo. Enxergar possibilidades reais para minha filha, que amenizem e a preparem para enfrentar a *via crucis* de ser, e se tornar mulher em tempos difíceis. Ainda durante a graduação em História vivenciei minha segunda gestação, desta vez um menino. Posso dizer que através da maternagem e do relacionamento com os meus filhos, tenho a possibilidade de exercitar, no primeiro momento em ambiente privado, uma educação pautada no feminismo, onde ambos têm atribuições que se diferem somente pelo aspecto da idade: Valentina tem dez anos e Davi cinco anos; e de forma alguma por questões de gênero, que foram repercutidas na minha educação tempos atrás.

Sobre a maternidade, destaco um trecho do livro *A paixão Segundo G.H* – Lispector, que retrata esta experiência, ou melhor, ausência dela. Um absurdo, se considerarmos a lógica patriarcal que determina que nós mulheres tenhamos como função maior, sermos mães.

Pela primeira vez eu sentia com sofreguidão infernal a vontade de ter tido os filhos que eu nunca tivera: eu queria que se tivesse reproduzido, não em três ou quatro filhos, mas em vinte mil a minha orgânica infernalidade cheia de prazer. Minha sobrevivência futura em filhos é que seria a minha verdadeira atualidade, que é, não apenas eu, mas minha prazerosa espécie a nunca se

interromper. Não ter tido filhos me deixava espasmódica como diante de um vício negado (LISPECTOR, 1998, p. 120).

Foi nos ensinado, através da transmissão por gerações de mulheres que nos antecederam, que a maternidade, logicamente após o casamento, se apresenta como o ápice da nossa existência. Reconheço a imersão absoluta de amor que experiencio na maternagem, mas não transmito aos meus filhos, e principalmente à minha filha, essa atribuição que julgo equivocada.

I - Estudos Feministas e questões de Identidade de Gênero

Muito embasada em minhas experiências particulares, conforme a narrativa apresentada, a necessidade de debruçar e avançar na pesquisa relacionada ao feminismo e questões de gênero, se apresentava cada vez mais pertinente. Minha monografia de conclusão de curso para a obtenção de grau de bacharelado e licenciatura em História teve como tema central o debate sobre gênero e trabalho. Naquele momento as leituras ainda não estavam maturadas, no entanto foi possível identificar os embates e dificuldades encontrados por mulheres que trabalhavam como motoristas do transporte coletivo. Um cenário incomum para aqueles que olham com estranhamento e preconceito para uma mulher exercendo uma função que não foi socialmente destinada a ela, considerando obviamente a lógica machista e a distinção de gênero.

Pautada no pensamento da filósofa norte americana Judith Butler (2013), percebo como fundamental o debate sobre gênero para compreender não somente as relações de trabalho, mas os diferentes aspectos sociais que se referem à categoria mulher. Considero Butler uma teórica política. Em sua literatura ocorre uma ressignificação da problemática feminista, quando reconhece e desconstrói a relação estabelecida entre sexo, como aspecto biológico e gênero como um artifício social que proporciona o estabelecimento de relações e identidades. O gênero é constituído culturalmente. Alguns hábitos e costumes são estabelecidos como feminino ou masculino, no que diz respeito aos estereótipos de gênero que condicionam os padrões de uma sociedade, tais como as relações de trabalho.

As identidades de gênero não são definidas, o universo feminino se funde com o masculino numa equivalência social fundamentada na equidade de gênero. No entanto percebemos que ao longo da história as mulheres sempre tiveram seus lugares sociais definidos, sem possibilidades concretas de vivenciar uma igualdade de direitos, principal reivindicação dos ideais feministas no Brasil do século XIX, assim como a luta pela educação e pelo direito

ao voto feminino. Nesse contexto Butler nos aponta que a igualdade de gênero pode ser considerada como um propósito feminista:

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (BUTLER, 2013, p.18).

As mulheres, historicamente devido às determinações de gênero, se tornaram as principais responsáveis pelo exercício de tarefas tipicamente domésticas. Eram as provedoras do espaço privado, o espaço público era de acesso exclusivo dos homens/maridos. O cuidado com o lar e o zelo com os filhos e maridos foram ensinados como habilidades tipicamente femininas e por muito tempo as mulheres foram privadas de frequentar o ambiente escolar, devido a estas atribuições. Eram ensinadas em cursos de bordado e costura muito difundidos no século XIX, e obviamente só poderiam frequentar tais cursos ou exercer qualquer outra atividade de aprendizagem com a prévia autorização do pai ou marido. Neste contexto, os anseios femininos deveriam passar pelo crivo de uma figura masculina de seu convívio (LOURO, 1997).

Estas atribuições de gênero definiram e ainda definem as relações sociais estabelecidas por homens e mulheres em diferentes aspectos, devido à lógica patriarcal, onde o homem é tido como figura central, num sistema de dominância masculina sobre a sociedade, e é óbvio que este cenário não prevê espaço para as mulheres. As questões de gênero foram moldadas para uma manutenção desta ordem. A mulher em determinadas situações tem suas vontades e direitos atendidos desde que não ultrapasse o seu papel social previamente estabelecido, a submissão.

Por outro lado, é possível destacar o protagonismo das mulheres que caminharam na contramão deste preceito de submissão e fragilidade, convencionado durante muito tempo e ainda presente na história. Nós, mulheres inseridas em diferentes contextos culturais, lidamos com as questões de gênero existentes na sociedade, que nos desqualificam hierarquicamente em relação aos homens, atravessamos e somos atravessadas por julgamentos impostos e validados através de uma lógica opressora.

Tanto no convívio familiar quanto profissional, além de todas as dificuldades naturais dos processos, como por exemplo, a aprendizagem para desempenho de uma habilidade profissional, fatores comuns a homens e mulheres; se faz necessário para as mulheres a reafirmação de suas capacidades a todo o tempo.

Poderia aqui elencar infinitas situações que escancaram essa dinâmica opressora pautada em determinações de gênero, no entanto proponho a reflexão no decorrer destas páginas, utilizando especificamente o meu objeto de estudo: a representação da imagem da professora.

II - Uma breve análise sobre os caminhos percorridos pelas mulheres no exercício da docência

No intervalo de tempo entre a graduação em História e a entrada no Mestrado, conclui uma Especialização em Educação Infantil (área em que atuo profissionalmente) e posteriormente a Licenciatura em Pedagogia, fato que me despertou interesse para o Mestrado em Educação. O processo seletivo que me permitiu acessar a pós-graduação não tinha como requisito a apresentação de um pré-projeto de pesquisa, o que demandou um pouco mais de tempo até estruturar um tema que contemplasse meus interesses sobre estudos de gênero dentro da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do PPGED/FACED – UFU.

Após alguns encontros de orientação compreendemos a possibilidade de discorrer sobre as representações da professora, inserindo-me nas atividades do projeto de pesquisa coordenado pelo professor orientador intitulado: “Representações de Imprensa: O Universo Escolar nas Páginas de Jornais do Triângulo Mineiro (1950-1970)” (FAPEMIG, 2015), trabalhando em específico, o acervo do jornal *O Repórter*.

A motivação pela pesquisa acadêmica direcionada para o debate de Gênero e Educação surge como consequência dos estudos e leituras estabelecidos ainda na graduação em História, articulados a estudos feministas e outros núcleos, como política e economia; e claro, fundamentalmente às diversas inquietações particulares.

Diante desta perspectiva, o estabelecimento de uma narrativa histórica sobre o exercício da docência, se mostrou muito pertinente na elaboração de uma análise da historiografia da educação, pautada nos desdobramentos da História Cultural, analisando os caminhos que nos conduzem a concepções que perpassam o tempo presente, tais como as questões de gênero, apresentadas até aqui, considerando a história da mulher na educação, desde a restrição de acesso aos bancos das escolas até a feminização da docência.

Compreender de que forma esta imagem construída culturalmente ao longo do tempo histórico, corresponde as reais manifestações da mulher no exercício da docência. Identificar através da historiografia, quais foram os avanços e retrocessos na construção e representação da imagem da professora. O método historiográfico para desenvolvimento da análise desta

representação se pauta na Micro História, debatida ainda na Escola dos Annales, movimento de grande relevância para os rumos da pesquisa histórica no século XX e fundamentado na obra "*Microstorie*", de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi entre as décadas de 1981 e 1988. Entre os conceitos que iluminam nossas análises está o de *representação* que para Ginzburg (2001) é a representação da realidade, tanto em sua ausência, quanto no que se refere a sua presença. É possível perceber que a representação é o ato de nomear algo. De acordo com Barros (2011, p.02) a representação pode “dar forma a realidade e fazer com que ela seja representada como uma verdade. A partir do momento em que ela cria esta verdade” surge à construção de elementos que transformam a sociedade como um campo de práticas que fundamentam a sua interpretação de mundo”.

E é justamente partindo desta perspectiva de análise histórica que se pretende iniciar esse trabalho, desde os seus primórdios, o percurso de inserção da mulher na educação brasileira até o estabelecimento da docência em nível primário, como ocupação profissional feminina. Como já informado irei estabelecer este processo, através do olhar da imprensa escrita, materializada pelo jornal *O Repórter*, fundado no ano de 1925, no município de Uberlândia-MG e teve sua circulação periódica até o ano de 1963, que conforme nos apresenta Santos (2009, p. 221) foi fundado em 1925 por Artur Barros e J. Faria e mais a frente em 1947, “seu diretor e proprietário era João de Oliveira e seu redator-chefe, Lycídio Paes”. Sobre a materialidade do jornal *O Repórter*, considerando tanto o acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, quanto o acervo digitalizado do Arquivo Público Mineiro, nas décadas de 1930 e 1940 o jornal circulava de 3 a 4 vezes por semana, sendo que em meados da década de 1940 até 1960, foi possível identificar que já circulava até 6 vezes por semana, exceto aos domingos. Vale ressaltar que boa parte do acervo material se encontra em processo de restauro.

Antecipo que a história contada pelos jornais deve ser analisada por diferentes âmbitos e olhares, existe uma ideologia muito demarcada, que privilegia e exclui grupos sociais. Os jornais se apresentam como forte instrumento de interesse no contexto cultural no qual estão inseridos. O jornal é uma fonte documental importante, no entanto não se devem descartar os valores particulares contidos em suas páginas, os interesses e ideologias de seus fundadores e proprietários, a motivação e seleção de artigos que atendam as expectativas de seus assinantes. De modo que estes fatores devem ser considerados na contribuição da pesquisa acerca dos fatos apresentados: “O Historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa” (DE LUCA, 2008, p. 139).

Através desse olhar historiográfico, norteado pela análise do conteúdo e materialidade do referido jornal *O Repórter*, irei discorrer sobre o itinerário da mulher na educação, considerando publicações e artigos entre as décadas de 1930 a 1960. Partindo da imagem da professora repercutida pelo jornal, será proposta a construção histórica sobre o debate das questões de gênero, bem como as representações da professora no contexto social da época, refletindo sobre a condição da mulher numa perspectiva da História Cultural.

No quadro a seguir, são apresentadas as quantidades de publicações referentes as principais temáticas desta pesquisa: *Educação Feminina, Papel da Mulher, Feminismos e a Imagem da Professora*, no jornal *O Repórter* (1933 – 1963).

Quadro 1 - Relação da quantidade de publicações por décadas do jornal O Repórter, sobre as temáticas que norteiam esta pesquisa (1933 – 1963)

TEMÁTICA	1930	1940	1950	1960	Total
Educação Feminina	13	19	6	2	40
Papel da Mulher	16	15	10	2	43
Feminismos	3	3	4	-	10
Imagem da Professora	15	12	16	8	51
Total	47	49	36	12	144

Fonte: quadro elaborado pela autora relacionando a quantidade de artigos, notas e afins do *jornal O Repórter* entre as décadas de 1933 ao início de 1963, com as temáticas apresentadas: *Educação Feminina, Papel da Mulher, Feminismos e a Imagem da Professora*, no cenário educacional do município de Uberlândia – MG.

Diante da vasta quantidade de publicações do jornal *O Repórter* entre as décadas de 1930 a 1960, houve a necessidade de determinar as temáticas para viabilizar a pesquisa, estabelecendo categorias de análise que serão apresentadas no decorrer dos Capítulos II e III desta Dissertação. Os artigos foram analisados e contabilizados para que houvesse um direcionamento acerca da postura do jornal *O Repórter*, no que diz respeito aos diferentes aspectos relacionados a educação no município de Uberlândia – MG.

Neste contexto a *Educação Feminina*, bem como o *Papel da Mulher* na sociedade, foram ganhando novos contornos ainda que alguns avanços no espaço público, por meio da inserção feminina no mercado de trabalho, seguiram sendo determinados pela ordem patriarcal, predominando aos olhos deste jornal o pensamento dos homens sobre as mulheres. Deste modo, toda e qualquer conquista atribuída aos *Feminismos*, encontrava entraves numa lógica social

que limitava o percurso histórico das mulheres, o patriarcado. A *Imagem da Professora*, através das páginas do jornal *O Repórter*, evidencia as normas e condutas das mulheres no exercício da docência, em destaque a professora primária.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Compreender o percurso histórico da inserção das mulheres no ambiente escolar se faz necessário, visto que o processo de escolarização brasileiro foi primordialmente pautado na exclusão feminina. De que forma as mulheres passaram a ocupar os bancos das instituições escolares? A princípio este processo de entrada das mulheres nas escolas ocorreu de forma lenta e de acordo com as normas sociais e políticas da época, que naquele momento eram fundamentalmente pautadas no modelo patriarcal. É de extrema importância considerar o contexto histórico para um melhor entendimento destas transformações socioculturais.

1.1 O itinerário da Educação Feminina no Brasil

Durante o período colonial brasileiro (1500 a 1822) a Educação Feminina se limitou as tarefas domésticas e cuidadas com a família, neste período a instrução era destinada exclusivamente para os filhos homens dos colonos e indígenas. Mulheres brancas, negras escravizadas e indígenas não tinham acesso à leitura e escrita. Em seu texto – “Mulheres educadas na colônia” (2007) a autora Arilda Ribeiro (2007, p. 81) menciona: “a educação ‘letrada’, no entanto, estaria reservada ao sexo masculino, e a incumbência de tal fato foi de responsabilidade exclusiva dos padres da Companhia de Jesus”.

Quando recorremos à história da educação no Brasil é possível perceber, ainda nos primeiros séculos de colonização, que não havia uma preocupação com o exercício de educar ou instruir, o conhecimento não tinha valor no Brasil – colônia. O indivíduo era reconhecido e detinha prestígio social muito pelas suas propriedades e quantidade de escravos. Os jesuítas catequizavam homens nativos e filhos das classes dominantes, “a instrução era reservada aos filhos homens/homens dos indígenas e dos colonos” (RIBEIRO, 2007, p. 79); importante destacar que as mulheres eram excluídas deste modelo de educação, “as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”, menciona Ribeiro (2007, p. 79).

Sem instrução formal as mulheres da colônia se viam à mercê de diversos infortúnios, tais como a violência sexual, o casamento precoce “com 11 ou 12 anos, as meninas estavam prontas para o casamento com homens de 40 ou 50 anos” (RIBEIRO, 2007, p. 83). Com o advento dos conventos no Brasil em meados do século XVII, surge uma possibilidade de se educar as mulheres, dentro das atribuições da igreja, diante da inexistência de uma educação

formal feminina. Figuravam também como ambiente de reclusão as chamadas “prisões míticas”, conforme o trecho:

A prisão mística servia tanto às famílias como às próprias decisões do governo local. As moças que “erravam” eram enviadas para o convento [...] Não eram somente os maridos, os pais e o governo que usavam o convento como penitenciárias, também os irmãos, que no momento da partilha da herança preferiam não repartir os bens com suas irmãs. Muitas dessas mulheres fugiram da clausura, apesar da vigilância apurada. Outras, entretanto, trataram de administrar a instituição de forma produtiva. Mesmo atreladas ao poder da Igreja, iniciaram uma pedagogia de iniciativa empresarial em moldes bem estruturados (RIBEIRO, 2007, p. 88).

É possível apreender que enquanto muitas mulheres resistiam ao destino de se verem reclusas num convento, outras se apropriavam desta possibilidade para desenvolver novas habilidades, que de certo modo iam além das atribuições domésticas; havia também aquelas mulheres que relutantes a ideia do casamento, enxergavam nos conventos um refúgio.

Historicamente o período de transição do Brasil Colônia para o Império, reconfigura o cenário educacional, devido as constantes transformações oriundas de sua independência da coroa de Portugal. Tais transformações foram lentas e diferentes maneiras de difusão de conhecimentos se atrelavam neste período.

Em relação à instrução primária, algumas medidas passaram a ser desenvolvidas no sentido de unificar o sistema por meio de adoção de um método, definição de conteúdo de ensino, autorização ou proibição de livros, estabelecimento de normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas etc. Todas essas medidas buscavam tornar homogêneo e estatal um sistema que, até então, se caracterizava pela diversidade, já que a iniciação dos indivíduos na cultura letrada se fazia a partir de iniciativas muito diversificadas como família, igreja, preceptores particulares, corporações profissionais, associações filantrópicas dentre outras (VILLELA, 2007, p. 98).

Diante do cenário de pós-independência do Brasil, ocorre à necessidade de reorganização do país, em 1824 surge à primeira Constituição e sucessivamente é criada a Lei Geral do Ensino de 1827³, a primeira lei brasileira a regulamentar e a tratar especificamente da educação. Devo ressaltar que esta lei contemplava ao mesmo tempo em que limitava o ensino às meninas:

Art. 12º As mestras, além do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo

³ Por conta da Lei Geral do Ensino de 1827, é que se comemora no Brasil, o Dia dos Professores e Professoras em 15 de outubro.

brazileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º (BRASIL, 1827).

A Lei de 1827 não fornecia nenhuma garantia ou respaldo no que diz respeito ao acesso das mulheres na carreira do magistério, as primeiras Escolas Normais não eram estruturadas fisicamente para a permanência das mulheres, havia o impedimento determinado pelo gênero, de que homens e mulheres não deveriam ocupar os mesmos espaços, não havia ensino mútuo (VILLELA, 2007). O que limitava e restringia o acesso das mulheres às salas de aula, visto que deveria haver um investimento maior, por parte das províncias, no âmbito de planejar/construir novos espaços. Neste momento as Escolas Normais atendiam uma pequena demanda de mulheres em suas salas de aulas, no entanto o ensino era pouco consolidado. Louro (1997) reflete sobre o cenário educacional, nas décadas da primeira metade do século XIX:

Aqui e ali, no entanto, havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (LOURO, 1997, p. 444).

Entre os anos de 1831 e 1836 foram elaborados relatórios que apresentavam a ineficiência no que diz respeito à implantação da Lei de 1827, devido aos mínimos recursos e condições necessárias para o trabalho dos professores. Muito apesar da obrigatoriedade das escolas de primeiras letras, não eram fornecidos subsídios concretos para o funcionamento destas instituições e a precariedade na implementação do ensino se evidenciava cada vez mais. Ainda de acordo com Louro (1997), os professores deveriam se responsabilizar pelo custeio de sua formação em curto prazo, para de fato poderem ensinar; neste modelo o acesso à instrução era restrito aos homens que detinham recursos financeiros e melhores condições socioculturais, especificamente as classes dominantes.

Neste período, diante da morosidade da legislação sobre a instrução no Brasil, o acesso à escolarização era precário, tanto por falta de escolas quanto de professores capacitados. Para atender a demanda de docentes, surgem os primeiros decretos para a criação das primeiras Escolas Normais no país, responsáveis por formar e capacitar professores para a instrução de primeiras letras.

Para tanto, recorro ao texto de Heloisa Villela: “O mestre-escola e a professora” (2007) quando nos apresenta o percurso de fundação e fundamentação ideológica e pedagógica das Escolas Normais que eram as únicas específicas para a formação docente, inicialmente idealizadas para os homens que visavam seguir carreira profissional no magistério. Através da historiografia é possível verificar que o surgimento das Escolas Normais nos remete a decretos do século XIX, como o Ato Adicional de 1834, que alterava diretrizes da Constituição de 1824, transfere para as províncias a responsabilidade pela condução e organização de seus sistemas de ensino e formação de professores. Importante ressaltar aqui as impermanências políticas, estabelecidas pelas alas conservadoras e liberais do Império, num jogo de poder e interesses que configurou este período. Formar professores e capacitá-los para o exercício da docência, considerando o pensamento iluminista, neste contexto significava progredir através do conhecimento.

A primeira Escola Normal no Brasil, conforme nos refere Villela (2007), localizava-se em Niterói, capital da província, suas atividades se iniciaram na década de 1830 e desde sua fundação detinha importância e prestígio como instituição educacional no Império:

A Escola Normal de Niterói foi uma importante instituição de formação de professores no Império. Embora não se situasse na Corte, exerceu grande influência nas decisões sobre a esfera educacional. Essa província funcionou como um laboratório de práticas que eram estendidas a todo o país pela supremacia que os políticos fluminenses exerciam em nível nacional e cujas bases se encontravam em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro. É importante lembrar que a própria Corte só teria a sua primeira escola normal pública funcionando em 1881, quando a da província (que é de 1835) já fora criada há 46 anos (VILLELA, 2007, p. 105).

Assim como no período Colonial, a instrução pública não era um direito inerente a todos os cidadãos no Brasil Imperial, ela se restringia as classes dominantes e desta forma era um importante instrumento de doutrinação e difusão de ideais da época vigente. Formar professores era uma tarefa importante nestes moldes, os candidatos a normalistas eram avaliados pela sua conduta e moral, que se sobressaíam em importância quando comparadas as suas aptidões intelectuais, pois os docentes seriam responsáveis por disseminar não somente o conhecimento estabelecido através das disciplinas nos currículos da época, mas se apresentavam como disciplinadores, “fica evidenciado quando constatamos a insistência na utilização do método lancasteriano (...) já naquela época vinha sendo alvo de crítica pelos seus inexpressivos resultados em termos de aprendizagem” (VILLELA, 2007, p. 107).

Fica evidente, diante do exposto, que disciplinar prevalecia sobre instruir, os normalistas da época deveriam atender as demandas e expectativas dos grupos dominantes presentes nas

províncias, visto que estas, a partir do Ato Adicional de 1834 tinham a responsabilidade e autonomia ao fundamentar suas próprias políticas educacionais. Deste modo algumas províncias, na década de 1830, mantinham escolas para meninas com currículos semelhantes aos das escolas primárias, onde se agregava a leitura do manual de método mútuo e das conferências sobre a educação (VILLELA, 2007).

As relações do patriarcado conduziam não somente as políticas educacionais daquele momento, elas também formatavam o contexto sociocultural, onde as mulheres tinham seus espaços e posturas, muito bem estabelecidos. Retomo que a Educação Feminina não era uma possibilidade quando na criação das primeiras Escolas Normais no Brasil. As escolas de primeiras letras para as meninas, debatidas anteriormente e citadas na Lei Geral do Ensino de 1827, apresentavam uma distinção em seus currículos, quando comparadas ao ensino oferecido aos meninos, conforme segue trecho da referida Lei:

Art. 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os princípios de moral chritã da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosnuição do Imperio e a Historia do Brazil (BRASIL, 1827).

As disciplinas de exatas eram reduzidas somente as quatro operações e em contrapartida disciplinas relacionadas aos afazeres domésticos eram ressaltadas pela sua relevância dentro das atribuições femininas, considerando os costumes patriarcais.

Ao que tudo indica, destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Isso mostra que as mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas. No entanto, a seleção se operava pela redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas (VILLELA, 2007, p. 108-109).

Trazendo a reflexão para os dias atuais, dados recentes apontam as raízes históricas deste cenário, pesquisas como o Censo da Educação Superior de 2017, realizadas pelo Inep, divulgou seus resultados considerando a “paridade de gênero da educação superior” onde os dados coletados demonstram que as mulheres representam a minoria nos cursos superiores das áreas de exatas, como por exemplo, nos cursos de engenharia em que as mulheres são apenas 29% (mesmo sendo 52% da população geral) do total de matriculados, ocupando a maioria significativa nos cursos de licenciatura, tais como pedagogia onde as mulheres somam 72% do número total de matriculados (INEP, 2017).

Em contrapartida, analisando os dados, constatamos a crescente participação feminina nos cursos de licenciatura, deste modo, retomando a narrativa histórica dos primórdios das Escolas Normais, quando às mulheres eram destinadas somente algumas salas para a formação docente, quando as dificuldades e resistência apresentadas se referiam as escolas mistas, que sugeriam uma ameaça para a honra das normalistas. É obviamente o pressuposto que as mulheres deveriam ser educadas para atender as demandas do lar e família, a instrução deveria ser restrita, e mesmo diante destes aspectos mencionados pôde-se verificar o início do processo de feminização da docência, conforme pesquisa historiográfica, diante das reformulações dos currículos e significativas mudanças na condução, prática e métodos do ensino difundido nas Escolas Normais, já nas últimas décadas do século XIX, primordialmente entre os anos de 1860 e 1880.

As mulheres nos anos finais do século XIX, diante dos pressupostos das políticas higienistas da família, muito relacionadas à moral e bons costumes, passaram a figurar socialmente como as principais responsáveis por repassar os valores cristãos, capazes de instruir as crianças, através de sua conduta e pureza feminina. Houve uma nítida inversão dos valores femininos, a mulher que outrora carregava em seu corpo vestígios de pecado, aos olhos da igreja, “a dicotomia entre Eva e Maria” (LOURO, 1997, p. 477). Tinham como única atribuição social aceitável a de servir no ambiente doméstico, zelando pela casa, marido e filhos “o pilar de sustentação do lar” (LOURO, 1997, p. 446) e neste momento tem sua imagem remodelada para servir de modo honroso ao espaço público, às salas de aula. Educar estava relacionado ao papel de mãe, zelo e cuidado pelos filhos e filhas do país, que naquele momento representavam o futuro e almejado progresso.

Conforme apresentado anteriormente, no período colonial, as mulheres eram submetidas a doutrinação católica e permaneciam submissas à autoridade masculina (pai ou marido), que tinham seus discursos e posturas legitimados pela religião, a educação “letrada” era destinada somente ao sexo masculino. Durante um longo período as mulheres que ansiavam por alguma instrução nos moldes educacionais, tinham nos conventos uma possibilidade de acesso à escolarização, ainda que sua permanência nestes espaços, não era de fato condicionada a sua vontade própria. As mulheres se apropriavam das possibilidades de instrução e nestes ambientes aprendiam a ler e escrever, em sua maioria tinha aulas de música e se aperfeiçoavam no trabalho doméstico, função primordial nos moldes coloniais.

Dentro deste contexto histórico, quando com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, muitas possibilidades de “progresso” se anunciaram no que se refere à educação, no entanto nada de concreto de imediato se efetivara para a criação de um sistema de

educação estruturado e que contemplasse a instrução feminina. Diante do processo de desenvolvimento incipiente do capitalismo, que o país experimentava já em meados do século XIX a sociedade brasileira se opunha ao descaso com a educação e reivindicava a criação de escolas de formação de professores. Neste cenário que passaram a serem criadas no Brasil as primeiras escolas de docentes, as Escolas Normais.

Ainda durante a Primeira República os cursos normais passaram a desempenhar um papel social no que se refere a uma gradativa inserção no mundo do trabalho (espaço público) e consequente possibilidade de escolarização feminina. De acordo com Villela (2007), no final do século XIX o magistério já estava feminizado. É neste contexto que surge o embate entre o espaço público e o privado, onde as mulheres eram majoritariamente ocupantes, ou até mesmo ‘protagonistas’ do espaço privado, que se limitava ao cuidado do marido e filhos e a responsabilidade pelos afazeres domésticos.

A educação brasileira registra com especificidade em suas páginas a história da inserção das mulheres no magistério. História que se inscreve em um cenário de mudanças nos modos de vida social dos homens – ocupantes legítimos do espaço público nos anos finais do século XIX – e das mulheres, que à época estavam em busca de alternativas de inserção social fora do espaço doméstico (FREIRE, 2011, p. 239).

Uma das imposições do modelo patriarcal brasileiro estabelecia a dificuldade para as mulheres em manter uma vida profissional conciliada ao casamento e maternidade, que figuravam como destinos naturais da mulher. De acordo com Freire (2011, p. 240) diante destas transformações socioeconômicas, tais como o processo de industrialização e urbanização, ocorreram significativas alterações nos cenários sociais, o que para alguns figurava como ameaça a tranquilidade da vida doméstica, para outros (as) se mostrava como uma possibilidade concreta de romper com os princípios patriarcais, permitindo que as mulheres ocupassem o espaço público.

As alterações e ressignificação dos espaços público e privado, devido ao processo de urbanização, forneceram novos contornos aos hábitos familiares, e já era possível vislumbrar algumas maneiras de inserção feminina no espaço público, desde que este processo não interferisse negativamente nas relações femininas estabelecidas no espaço doméstico “cabia a mulher uma dupla tarefa: a de reprodução biológica da espécie humana e a de reprodução ideológica dos interesses sociais em cada época” (FREIRE, 2011, p. 240).

Já no final do séc. XIX esta organização patriarcal passou e enfrentar as primeiras formas de reação organizada das mulheres, muito através dos impressos femininos que divulgavam os anseios políticos e sociais das mulheres. Assim como sua inserção no espaço

público, rompendo em partes com as determinações de que a domesticidade era uma típica função feminina. No espaço privado a mulher tinha a responsabilidade da manutenção da família saudável, dedicando-se à formação e conservação dos vínculos familiares, pelos quais ela era a única responsável, provedora da ordem familiar.

Todas estas atribuições eram legitimadas pelo discurso religioso, neste momento muito pautado no campo científico, quando estudos e pesquisas apontavam novos conhecimentos da psicologia que relacionavam o bem estar familiar e o empenho materno como principais fatores para o satisfatório desenvolvimento físico e emocional das crianças e sua conseqüente formação como indivíduos que contribuem para o bem estar social. Sobre tais atribuições acerca da figura da mulher, Louro (1997, p. 450) afirma que:

[...] as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem vocação.

Podemos destacar que a “dupla jornada” feminina foi inaugurada neste momento, pois a mulher para se manter no espaço público através de um emprego, deveria conciliar o espaço público e privado. Por isso muitas assumiam apenas um turno; não foi um processo fácil, era extremamente difundida “a ideia de incompatibilidade entre casamento-maternidade e vida profissional que compunha o modelo de organização patriarcal brasileiro” (FREIRE, 2011, p. 240). Diante deste discurso, as mulheres para avançar no sentido profissional, deveriam quando casadas, desempenhar uma boa conduta no exercício das funções domésticas, o que significa dizer que a ocupação feminina do espaço público, não suprimia as “obrigações” femininas no espaço privado, determinadas pela ordem patriarcal.

É notório que diante desta possibilidade de inserção e formação profissional, tendo acesso ao espaço público, houve uma movimentação feminina rumo às Escolas Normais, movimentação esta, que demandava resistência, enfrentamento e embates diante das imposições socioculturais estabelecidas pelo modelo patriarcal:

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de

cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças (LOURO, 1997, p. 450).

No entanto, diante da propagação do discurso de que o magistério era “uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher” de acordo com Louro (1997, p. 451), com isso foi possível perceber a crescente ocupação feminina nos cursos das Escolas Normais, principalmente na última década do século XIX, momento em que a maioria das Escolas Normais do país, já estavam bem estabelecidas, estruturalmente e pedagogicamente para os moldes da época.

Devido à industrialização e o processo crescente de urbanização, os homens migravam para outras opções profissionais, mais rentáveis e de maior prestígio dentro do contexto social da época, “esse discurso justificava a saída dos homens das salas de aula, dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas – “e legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo -, restrito ao lar e à igreja”; conforme destaca Louro (1997, p. 450).

Nesta perspectiva de análise da condição feminina no exercício da docência, Villela (2007, p. 120) ressalta:

É interessante notar como esse discurso ideológico vai aos poucos desconstruindo uma visão de mulher sedutora e pecadora e construindo uma noção de mulher como ser “naturalmente” puro. O novo estatuto social feminino no magistério fez também emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres e enraizar as ideologias de domesticidade e maternagem (reforçadas pelo discurso positivista e higienista). Entretanto, em contrapartida feminina, essa ideologia foi utilizada como um elemento de resistência, pois, acatando tal discurso, as mulheres desimpediam o caminho para sua rápida inserção profissional.

Neste momento as mulheres que entraram gradativamente nas Escolas Normais, durante as décadas de 1830 a 1860 ocupando espaços que inicialmente não foram projetados para elas, se viram em número crescente, mesmo diante das inconstâncias das províncias no que se referia ao estabelecimento das Escolas Normais, o ingresso no magistério era uma oportunidade diferente das convencionadas como modelo para as mulheres daquele período, como casamento, manutenção do lar e cuidado com os filhos. As normalistas enxergavam na docência liberdade e autonomia sobre seus próprios destinos e escolhas, quando diferentes dos moldes da vida doméstica, no espaço privado; conforme destaca Villela (2007, p. 122):

Além disso, o magistério de crianças constituía-se uma boa alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas, como costureiras, governantas e parteiras, por exemplo. Era uma atividade que permitia certa liberdade e, ainda, a possibilidade de adquirir conhecimentos.

Ainda de acordo com Villela (2007, p. 119), com o surgimento das Escolas Normais, as mulheres vivenciaram a inserção no espaço público através do trabalho – docência no magistério – “num espaço de cindo décadas, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina”. Deste modo a partir do ano de 1874, já era possível reconhecer que as Escolas Normais formavam mais mulheres que homens, contudo podemos inferir que neste momento iniciava-se o processo de feminização do magistério.

1.2 Breves reflexões sobre a legislação educacional brasileira e em Minas Gerais

A relação estabelecida entre a análise dos dados estatísticos e a legislação fundada no processo de construção da educação nacional, nos aponta os rumos da História da Educação no Brasil; principalmente quando consideramos a reestruturação política e social estabelecida no Brasil. Carvalho e Ferreira (2016, p. 41) destacam que:

À parte as transformações políticas e os conflitos sociais nos primeiros anos do período imperial brasileiro, houve a formalização de leis para regulamentar a educação; e o intervalo entre a publicação de uma lei e de outra foi permeado por projetos e propostas destinadas a suprir a necessidade de propagar a instrução, evidenciando as políticas educacionais de um momento marcado por contradições. Isso por que após a independência as mudanças políticas não alteraram as linhas gerais da estrutura econômica tradicional.

Após o processo de Independência, de acordo com Andrade (2007, p. 35) “as primeiras discussões sobre educação no Brasil iniciaram-se na Assembleia Nacional Constituinte, em 1823. Teoricamente, a Constituinte representava a pátria e coroava a luta pela emancipação política brasileira”.

Era de fato necessário adotar uma conduta política, fundamentada em ideais semelhantes ao modelo europeu, no que se refere à civilidade, uma nação independente e com seus sistemas administrativo, jurídico e político, bem estruturados legislativamente. Ainda de acordo com Andrade (2007) a Constituinte apresentou e debateu variados assuntos, dentre eles, discutiu leis referentes à Instrução Pública:

Essa discussão foi introduzida por Dom Pedro I no discurso inaugural da Constituinte. No pronunciamento se referia à Lei de 22 de março de 1823 que aprovou a fundação de um estabelecimento para moças – Colégio da Educandas – cuja direção foi confiada a um bispo do Rio de Janeiro. Outra iniciativa neste período foi feita com a lei aprovada em 1º de março do mesmo ano, criando uma Escola de Ensino Mútuo que deveria ser aberta também no Rio. (ANDRADE, 2007, p. 36)

Diante das articulações políticas e diferentes interesses a Constituinte de 1823 foi dissolvida por Dom Pedro I, no que pode ser considerado um dos primeiros golpes na política

do país, através de uma neutralização da oposição, que apresentava uma significativa importância do poder legislativo, o que ameaçava o poder real, na percepção do Imperador.

Deste modo a Constituição de 1824 se opõe em seus pressupostos, às discussões estabelecidas anteriormente na Constituinte de 1823, segundo Andrade (2007, p. 42) “a Carta Constitucional de 1824 expressa o típico comportamento de um rei absolutista, ou seja, o amor ao poder pessoal e o fortalecimento do poder executivo”, prevalecem sobre os demais interesses. Diante da carência do debate sobre a estruturação da educação nacional na Constituinte de 1823, na Constituição de 1824 também ocorre omissão sobre a implementação da instrução pública em prol da educação nacional:

A Constituição do Império de 1824, que foi outorgada por D. Pedro I sem que houvesse qualquer participação da nação, não se preocupou em dedicar um capítulo específico para a educação, referindo-se a ela em apenas dois incisos I do art. 179. No que se refere aos interesses da criança e do adolescente, nota-se que o inciso XXXII deste artigo disciplinava a respeito da gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos. No entanto, vale lembrar que os direitos e garantias elencados nesta Carta tinham por objetivo atender às reivindicações liberais de Portugal e, sendo assim, a gratuidade universal à educação primária inseriu-se no texto como uma obrigação efetiva do Estado e não foi fruto de interesses articulados e reclamos sociais organizados (BULHÕES, 2009, p. 180).

Importante refletir de que modo a validação desta ‘gratuidade’ se faria efetiva, para tanto destaco a análise de Andrade (2007):

Ao declarar a instrução primária para todos, o Estado indiretamente assumia a obrigação de fornecer escolas onde a população de todo o país pudesse iniciar seus estudos. No entanto, não é mencionada, na Constituição, a obrigatoriedade dos estudos pela população, ou seja, tornava menos pesada a nova obrigação que o Estado acabava de assumir, pois apenas a demanda existente seria atendida. Outro aspecto não explicitado se refere de onde viriam às verbas para garantir a gratuidade da instrução primária (ANDRADE, 2007, p. 43).

De modo geral, analisando os pormenores da Constituição de 1824, a grande parcela da população, assim como seus interesses e direitos, não foi amplamente contemplada na referida Constituição. Segundo Andrade (2007), o cidadão de direitos expresso dentro da Constituição de 1824 deveria apresentar duas características principais: nacionalidade e liberdade. Eram divididas em outras duas subcategorias, sendo elas ativos ou não ativos, “diante deste quadro, eram cidadãos ativos os brancos, livres, ricos e proprietários e os não ativos que, embora livres, não possuíam um determinado nível de renda”. (ANDRADE, 2007, p. 44).

A Lei de 15 de outubro de 1827 pode ser considerada a primeira e mais significativa conquista feminina no contexto educacional. Naquela ocasião, conforme mencionado anteriormente no cumprimento dos aspectos da Constituição de 1824, foi sancionada a lei que

estabelecia a criação de escolas primárias nas localidades mais populosas, assim como a criação de escolas para meninas, que até aquela circunstância, eram impedidas de frequentar o ambiente escolar, no contexto do Brasil Império; sendo concedido a elas o acesso a educação básica, no entanto havia uma distinção curricular em comparação aos conteúdos ofertados aos meninos.

A Lei de 1827 também determinava a adoção do método mútuo em todas as escolas, conforme texto em seu artigo 4º: “Art. 4. - As escolas serão de ensino mutuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se” (BRASIL, 1827).

Ressalto a análise de Andrade (2007), que nos apresenta de forma prática, de que modo era a aplicação deste método em sala de aula e como se estabeleciam as relações entre professores, monitores e alunos, destacando que o Método Mútuo consiste basicamente no ensino coletivo, onde o professor instrui todos os alunos, de modo simultâneo. Ocorre uma distribuição de funções, devido à presença de monitores, que cumprem e atendem as demandas dos professores em relação aos alunos:

Com essa organização, o papel do professor é restrito. Ele não tem contato diretamente com a maior parte dos alunos, tendo apenas com os monitores. Durante a aula, permanece em sua mesa, sobre um alto estrado à frente da sala e é assistido por um ou dois monitores mais velhos e instruídos que transmitem suas ordens no percurso das aulas e o substituem no caso de faltas. Para obter o controle de um grande número de alunos, é munido de uma sineta ou apito para transmitir as ordens. A sequência das atividades e os comandos para a execução delas são previstos e determinados nos guias e tratados publicados pelos professores (ANDRADE, 2007, p. 45-46).

O método mútuo era extremamente conveniente, pois se aplicava a realidade do país naquele momento, a maioria da população era analfabeta, para amenizar este quadro, a utilização desta metodologia dinamizava não somente a alfabetização, mas a redução efetiva dos gastos com educação, no que se refere aos professores. De acordo com Filho e Vidal (2000) não havia infraestrutura, tais como salas com espaço físico maiores, que comportassem a quantidade de alunos, necessária para a aplicabilidade desta metodologia de ensino.

Na educação de meninas, também se aplicavam estes moldes, no entanto se esbarrava em dificuldades como a necessidade de prédios e ambientes, assim como materiais e melhores condições para que os professores e alunas desempenhassem suas funções. Na educação do Brasil Império, havia uma grande preocupação com a moral e religião, dessa forma os conteúdos, principalmente os difundidos nas escolas de meninas, eram voltados para ordem e aos costumes da época, além do ensino da leitura e escrita.

Considero pertinente, destacar que no período de 1831 a 1833, não houve significativas alterações na legislação, no que se referem à instrução pública, as atenções políticas estavam muito mais voltadas para as relações de poder estabelecidas entre o poder central e as províncias, conforme nos aponta dados apresentados por Almeida (1989).

Quadro 2 - Legislação para instrução pública (1831 – 1833)

LEGISLAÇÃO	DIPOSIÇÕES
Resolução de 11 de novembro de 1831	Em cada uma das comarcas desta Província, uma classe de Francês, uma de Filosofia, uma de Retórica e de Poética, uma de Geometria e uma de Agricultura.
Resolução de 07 de agosto de 1832	Converteu o Seminário de Olinda em um Colégio de Artes, preparatório ao Curso Jurídico e ordenou a criação das cadeiras que deviam completar o ensino das compreendidas nos Estatutos.
Lei de 03 de outubro de 1832	Cria a Faculdade de Medicina, substituindo os antigos cursos médico-cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia.
Decreto de 05 de agosto de 1833	Determina que as candidatas aos lugares de professoras primárias, segundo o método de Lancaster, poderiam ser examinadas, fosse ao Rio de Janeiro, fosse às cabeças de províncias.
Resolução de 22 de agosto de 1833	Eleva os salários dos professores de Filosofia e Retórica a 600.000 réis por ano.

Fonte: ALMEIDA, José Ricardo de. *História da instrução pública no Brasil (1500 a 1889)*. Antônio Chizzotti (trad.). – São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989; p. 61, 62 e 63.

Na perspectiva da Educação Feminina, Almeida (1989, p. 61) menciona: “não encontravam professoras capazes de dirigir uma escola porque, naquele tempo, a instrução das mulheres era nula ou quase nula e, doutra feita, os hábitos e costumes quase não permitiam à mulher exercer uma função pública” – o que evidencia as dificuldades encontradas para a implementação de uma educação nacional que atendesse e contemplasse as demandas da instrução feminina.

Em 1834 ocorre a promulgação da Lei nº16, de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional de 1834; de modo que se apresenta como um resultado para atender as demandas, oriundas da desarticulação entre o poder central e as províncias, de acordo com Andrade (2007), o Ato Adicional de 1834, surge como uma conciliação entre os grupos políticos.

Conforme relatório de 1841, e acerca da Província de Minas Gerais, Almeida (1989, p.72) destaca:

Entretanto o relatório de 1841 menciona, na província, cento e vinte e quatro escolas de meninos e vinte de meninas, além dos Colégios de Caraça, Campo Grande e Araxá, o seminário de Mariana e diversos estabelecimentos particulares [...] não se pode negar entretanto que a Província de Minas Gerais havia feito, de 1830 a 1840, grandes progressos a respeito da instrução

pública. Seu território é rico e fecundo; seu clima é menos quente que sua latitude faria supor, e há distrito que produz todos os frutos da Europa em abundância. Esta província está fadada a um futuro dos mais prósperos.

Na sequência, apresento o Quadro 2, como uma possibilidade interpretativa da legislação educacional, no período de 1834 – 1891, segundo Carvalho e Ferreira (2016, p. 44-45).

Quadro 3 - Legislação para a instrução pública (1834 – 1891)

LEGISLAÇÃO	DIPOSIÇÕES
Ato Adicional de 1834	O Artigo 10º, desta Lei, atribui às Assembleias Legislativas provinciais direito de cada província legislar sobre a instrução primária e secundária, nos limites de sua competência. As Faculdades de Medicina e Direito, as Academias e outros estabelecimentos de Instrução pública superior ficaram excluídas desta atribuição. Permaneceu igualmente, com o poder executivo, o direito de regular sobre a matéria do Município da Capital do Império (ALMEIDA, 1989).
Reforma Couto Ferraz de 1854	<i>Artigo 1º</i> A inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária do município da Corte será exercida; pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império; por um Inspetor Geral; por um Conselho Diretor; por Delegados de distrito. <i>Artigo 12º</i> Só podem exercer o magistério público os cidadãos brasileiros que provarem: 1º Maioridade legal; 2º Moralidade; 3º Capacidade profissional. Sobre a educação feminina <i>Artigo 16º</i> As professoras devem exigir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se forem separadas destes, a publica forma da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magistério público tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinarem em casa de seus pais e estes forem de reconhecida moralidade⁴. O ensino primário se estrutura da seguinte forma <i>Artigo 47º</i> O ensino primário nas escolas públicas compreende: A instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais da gramática, os princípios elementares da aritmética, o sistema de pesos e medidas do município. Pode compreender também: o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, a leitura explicada dos Evangelhos e notícia da história sagrada, os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil, os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida, a geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais (BRASIL, 1854).

⁴ Neste artigo (Art. 16º) fica evidenciado o caráter de submissão da mulher à figura masculina de seu convívio, representada na grande maioria das vezes, pelo pai ou marido. De acordo com o Art. 16º as professoras só tinham o exercício da docência legitimado se houvesse aprovação, respeitando os princípios de moralidade.

Decreto Leônicio de Carvalho do Ensino Primário, Secundário e Superior de 1879	<i>Artigo 1º</i> É completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene. <i>Artigo 5º</i> Serão fundados em cada distrito do município da Corte confiados á direção de Professoras, jardins da infância para a primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 anos de idade. <i>Artigo 2º parágrafo 1º</i> Todos aqueles que, tendo em sua companhia meninos e meninas nas condições acima mencionadas, deixarem de matriculá-los nas escolas públicas, ou de proporcionar-lhes em estabelecimentos particulares ou em suas casas a instrução primária do 1º grau, sejam pais, mais tutores ou protetores, ficarão sujeitos a uma multa de 20 a 100\$000 (BRASIL, 1854).
Pareceres/ Projetos de Rui Barbosa de 1882 – 1883	Alega a importância e necessidade da criação de um sistema nacional de ensino, abarcando desde o jardim de infância até a universidade, defende a educação como fator de desenvolvimento e alavanca para o progresso do país, prega a liberdade do ensino, assegura a gratuidade e a obrigatoriedade escolar, propõe cursos superiores voltados para a necessidade do mercado de trabalho brasileiro, propõe a construção de prédios apropriados para abrigar os alunos e a adoção de métodos de ensino mais modernos, discute a necessidade da separação entre a igreja e o Estado, fazendo com que o ensino religioso não componha os programas de ensino e concorda com Leônicio de Carvalho na criação dos jardins de infância (MACHADO, 2007).
Constituição de 1891	<i>Artigo 35º</i> declara incumbir ao Congresso, mas não privativamente: 3º Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º Prover a instrução secundária no Distrito Federal. <i>Artigo 72º parágrafo 6º</i> menciona que será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos (BRASIL, 1891).

Fonte: elaborado pela autora, quadro elaborado pela autora pautado na bibliografia mencionada sobre a legislação da educação nacional entre 1834 e 1891.

Esta contextualização da legislação sobre a educação nacional, ainda nos moldes políticos do Império, se faz necessária para um melhor entendimento do percurso educacional no país. Questões referentes à estruturação dos currículos, disciplinas, valorização e capacitação profissional, que ainda repercutem nos dias de hoje e que tiveram suas raízes determinadas ainda nos anos iniciais do século XIX. Muitos historiadores da educação, conforme nos aponta Carvalho e Ferreira (2016), consideram que os problemas relativos à educação brasileira, não se restringiam apenas ao Ato Adicional de 1834, destacam que estes entraves, surgiam muito através do percurso de formação de um sistema nacional, a história política e identidade do país:

[...] cabe dizer que o ato adicional marcou um momento significativo da política educacional, embora a função do Estado tenha ficado imperceptível na oferta da educação; afinal, no Império a educação era destinada a poucos, e o ato atribuiu um papel às províncias na condição de estados republicanos. (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p. 49)

Ainda neste período, havia uma preocupação em estruturar a educação nacional de acordo com os padrões europeus, muito por isso, como mencionado anteriormente, a educação

primária, por tempo considerável, permaneceu aquém dos interesses do poder central, pois o ensino superior, a criação de universidades, significavam um progresso educacional importante, pautado no ideal positivista.

A descentralização, proposta no Ato Adicional de 1834, visava facilitar a gestão por parte das províncias do ensino elementar, fornecendo autonomia na condução de seus respectivos sistemas educacionais. Tal situação repercutiu de forma conflituosa, fazendo valer a responsabilidade do Estado sobre o sistema educacional brasileiro.

Como a República encontrou certa desorganização no sistema de ensino, a intervenção do Estado na educação traduziu uma questão polêmica a ser administrada após a descentralização prescrita pelo ato adicional de 1834 e pelo princípio federalista constitucional de 1891 – embora este não reconhecesse a competência do poder central para criar estabelecimentos de ensino nas províncias em face do dispositivo de 1834. Ponderava-se a importância de o Estado propagar a educação pública, acarretando problemas quanto à forma de organizar a educação republicana. Assim a prescrição de competência a cada estado como ente federado para organizar a educação por meio de iniciativas locais esbarrava na precariedade do sistema elementar de ensino, o que provocava reação ao preceito constitucional. (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p. 53)

A educação apesar das discussões e aspectos abordados nos primórdios da República, não figurou como uma das principais questões do governo. Muito apesar de contestarem a posição do Estado de acordo com o Ato Adicional de 1834, considerando uma maior participação do mesmo, no decorrer do desenvolvimento do Brasil republicano, o que se viu foi o Estado cada vez mais se isentando da responsabilidade de estruturar e gerir o sistema educacional brasileiro, de acordo com Carvalho e Ferreira (2016, p. 55) “a universalização do ensino e a conseqüente erradicação do analfabetismo não eram prioridades de União”.

De modo a aproximar o debate sobre a legislação, no recorte educacional, consideremos o itinerário percorrido através das leis, no estado de Minas Gerais, no início da República, e os impactos sobre a educação feminina, no que se refere à profissionalização do magistério e a feminização da docência.

Neste momento, deve-se destacar o papel da educação primária, pois é nesta fase que a escola é responsável pela instituição da cidadania, da formação da moral, dos valores e das normas [...] O início do século XX passou a moldar uma nova sociedade, na qual os papéis de gênero eram também delineados e assumidos culturalmente pelos homens e mulheres (OLIVEIRA; MATINIÁK, 2018, p. 168).

Carvalho e Carvalho (2010) destacam que os ideais liberais apresentados no período republicano, ressaltaram como um dos seus objetivos o “o desenvolvimento da instrução popular, considerada como o fundamento necessário para a formação do povo e a prática da

cidadania, que são os sustentáculos numa ordem que se pretenda democrática”. (CARVALHO, C.; CARVALHO, L., 2010, p. 03).

Apesar deste envolvimento inicial com as questões pertinentes a estruturação educacional, nos primeiros anos de República não ocorreu nenhuma mobilização significativa que interferisse nos rumos da Educação Primária, do mesmo que não ocorreram importantes alterações no que diz respeito à educação das mulheres. Neste sentido Oliveira e Matiniak (2018, p.169) destacam que “a educação das mulheres nesse período pode ser considerada como um prolongamento da educação do lar, pois, ao mesmo tempo em que estudavam, elas aguardavam o casamento, sendo que os estudos acabavam sendo uma preparação para o casamento e a maternidade.”

No país ainda repercutia os encaminhamentos do Ato Adicional de 1834, e o fato de destinar a responsabilidade pelos rumos da Educação Primária para as Províncias, condicionou a falta de unidade no processo educacional, “já se encontrava avançada a ideia da necessidade da unificação administrativa da educação nacional, ou seja, a centralização na condução da instrução pública”. (CARVALHO, C.; CARVALHO, L., 2010, p. 04).

De acordo com Paiva (2003) os preceitos do Ato Adicional de 1834 eram invioláveis, o que significa dizer que a autonomia administrativa das Províncias era de fato um grande impedimento para implementações políticas educacionais unificadas, a autora destaca:

As discussões se concentram na busca de uma estratégia através da qual – em face da impossibilidade de modificar o preceito constitucional que descentralizava o ensino elementar – o Governo Central pudesse auxiliar as Províncias na difusão da instrução popular sem entrar em choque com a interpretação corrente do artigo 10 do Ato Adicional (PAIVA, 2003, p. 82).

A intenção de uniformização da educação nacional, durante este período encontrou muitas barreiras, C. Carvalho e L. Carvalho (2010) apresentam:

Apesar dos já citados problemas de falta de vontade política e de recursos, diferenças culturais etc., ao final do Império firmava-se o diagnóstico nos projetos e discussões da necessidade de se imprimir uma uniformização da educação no país, o que só poderia ocorrer por ação do poder central. No entanto, o advento da República, em vez de dar continuidade a essa proposta, como seria de se esperar por conta de suas promessas regeneradoras e de formação da nacionalidade por intermédio da educação, acaba por estabelecer uma relação de continuidade, que se estenderá até o final da Primeira República (CARVALHO, C.; CARVALHO, L., p. 05).

A Constituição de 1891 se apresenta na contramão de todo debate levantando-se anteriormente, no que se refere à educação nacional, de modo que ela é omissa sobre a questão da educação e a uniformização educacional no contexto republicano. Na mesma medida em que os “avanços” se apresentam, os retrocessos se evidenciam, “a Constituição de 1891, ao se omitir

sobre a questão da educação, remete, tacitamente, a responsabilidade da mesma para os estados [...] bloqueia-se toda a rica discussão precedente e retoma-se o percurso tantas vezes reprovado”. (CARVALHO, C.; CARVALHO, L., 2010, p. 05).

Conforme nos apresentam Carvalho e Ferreira (2016, p. 54) “os legisladores no início da República intencionaram expandir o ensino primário público e formar professores qualificados para dominar novos métodos pedagógicos; e fazer isso exigia recursos financeiros descentralizados pelo governo”, a Constituição de 1891 impede o desenvolvimento deste debate.

O período republicano trouxe várias Reformas Educacionais no âmbito nacional. Para ampliar a possibilidade de análise, apresento o Quadro 3 estruturado através das perspectivas sobre a legislação educacional brasileira, dos referidos autores: Carvalho e Ferreira (2016); Dallabrida (2009); Saviani (2008) e Veiga (2007) – no período de 1890 – 1961.

Quadro 4 - Legislação para a instrução pública (1890 – 1961)

LEGISLAÇÃO	DISPOSIÇÕES
Reforma Benjamin Constant de 1890	Procurou introduzir os estudos científicos e atenuar o excesso de liberdade que marcou a já mencionada Reforma Leôncio de Carvalho, de modo que ocorreu o estabelecimento de novas diretrizes para a instrução primária, assim como melhorias e investimentos nos espaços físicos, abertura de novas escolas tais como as Escolas Normais para a formação de docentes. “Era preciso expandir o ensino primário público e formar professores qualificados para dominar novos métodos pedagógicos; e fazer isso exigia recursos financeiros descentralizados pelo governo” (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p.54).
Código Epiácio Pessoa de 1901	“Esse código ratificou o princípio de liberdade de ensino da Reforma Leôncio de Carvalho, equiparou as escolas privadas às oficiais e acentuou a parte literária dos currículos” (SAVIANI, 2008, p.12).
Reforma Rivadávia Correa de 1911	“Essa Reforma reforçou a liberdade de ensino e a desoficialização, além de retomar a orientação positivista, tentando imprimir um caráter prático à orientação dos estudos” (SAVIANI, 2008, p.12). É importante ressaltar que a orientação positivista, determinou os rumos da organização educacional brasileira, “fundamentou a tentativa de intelectuais e políticos de implantar e difundir a educação escolar” (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p.52).
Reforma Carlos Maximiliano de 1915	“Reoficializou o ensino e introduziu o exame vestibular a ser realizado nas próprias faculdades, podendo a ele se submeter apenas os candidatos que dispusessem de

	diploma de conclusão do curso secundário” (SAVIANI, 2008, p.12).
Reforma Rocha Vaz de 1925	De acordo com (SAVIANI, 2008) essa Reforma ampliou e fortaleceu a instrumentalização do controle educacional, estabelecida pela Reforma Carlos Maximiliano.
Reforma Francisco Campos de 1931	Conforme nos apresenta Dallabrida (2009) a Reforma Francisco Campos, foi responsável no âmbito nacional pela modernização do ensino secundário brasileiro através de importantes medidas, tais como: “o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal” (DALLABRIDA, 2009, p.185).
Reformas de Capanema de 1942 – 1946	Na perspectiva de Veiga (2007) o decreto-lei de 09 de abril de 1942 apresentou uma nova organização para o ensino secundário e profissionalizante, “a nova lei orgânica redefiniu os ciclos e os cursos [...] forma instituídos dois tipos de estabelecimentos para o ensino secundário: o ginásio e o colégio [...] o ginásio era o estabelecimento destinado a oferecer o primeiro ciclo (4 anos), enquanto o colégio oferecia, além do ginásio, um ou dois cursos (científico e clássico) do segundo ciclo” (VEIGA, 2007, p.292).
Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61 Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.	Após um longo período de debates e impasses no que se refere à estruturação da educação educacional, a LDB de 1961 é aprovada - Art. 3º O direito à educação é assegurado: I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor; II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. Art. 4º É assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos.

Fonte: quadro elaborado pela autora pautado na bibliografia mencionada sobre a legislação da educação nacional entre 1890 e 1961.

Conforme apresentado, é possível reconhecer o longo caminho percorrido pela legislação da educação brasileira republicana, passos lentos entre avanços e retrocessos. De acordo com C. Carvalho e L. Carvalho (2010), mesmo diante de todos esses entraves na República, ainda assim foi neste período que ocorreu o interesse efetivo com a instrução escolar.

A outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera como um óbice ao adequado encaminhamento das questões da área, é a descontinuidade. Esta se manifesta de várias maneiras, mas se tipifica mais visivelmente na pletera de reformas de que está povoada a história da educação brasileira. Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto,

descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo. A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai-e-vem de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional. (SAVIANI, 2008, p. 11)

E concomitantemente a este cenário de estruturação/reestruturação da instrução pública, o Estado de Minas Gerais, também vivenciava suas transformações no campo educacional, ressaltando que os modelos e referências utilizados na instrução pública, partiam do Distrito Federal – Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, para os demais Estados do Brasil, Minas Gerais repercutia tais modelos na estruturação da educação escolar. Segundo Carvalho, C. e Carvalho, L. (2010, p. 06):

No entanto, apesar de todos esses problemas na República, é necessário reconhecer que é após a sua implantação que começaremos a perceber alguma preocupação efetiva com a instrução popular, notadamente nos estados mais avançados economicamente, como São Paulo, que promove sua reforma de ensino a partir de 1890, criando as escolas graduadas, que acabarão por se tornar o modelo que será seguido pelos outros estados brasileiros no correr do século XX.

Segundo Wirth (1982, p. 138) “os republicanos consideravam a educação uma prioridade” e neste contexto o Estado de Minas Gerais se apresentou como um importante cenário para a fundamentação desse propósito. Ainda de acordo com o autor, a elite mineira ocupava as cadeiras dos cursos superiores: “O bacharelismo também se compatibilizava com as múltiplas funções, o que ajudou a sedimentar o controle da elite. Muitos advogados e médicos eram fazendeiros, jornalistas, banqueiros ou industriais bem sucedidos.” (WIRTH, 1982, p. 140).

Nesse momento se torna mais evidente o caráter social da educação, no sentido de que a instrução pública, através da educação primária às faculdades eram “degraus para uma colocação melhor.” (WIRTH, 1982, p. 141).

A grosso modo, o sistema educacional das escolas primárias às faculdades de ensino superior era ao mesmo tempo impressionante, lamentável. Objetivando um sistema universal de modelo americano, os educadores mineiros criaram um grande estabelecimento público e particular praticamente sem os benefícios de verbas federais. Na década de 1890, Minas liderou o país em número de escolas fundadas e, com o secretário de interior Francisco Campos na década de 20, foi um líder – juntamente com São Paulo e Rio – no movimento para melhorar a educação primária (WIRTH, 1982, p. 141).

Conforme ressalta Carvalho, C. e Carvalho, L. (2010) nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente nos anos de 1920, ocorreram as reformas de ensino em diversos estados do país, Minas Gerais houve um importante movimento neste sentido:

Em 1926, Campos convocou um congresso estadual sobre métodos de ensino e problemas administrativos em nível primário. Os professores foram retreinados por educadores contratados na Europa, enquanto o número de escolas mais do que duplicou. Presos no entusiasmo de pós – guerra em relação à inovação pedagógica no mundo atlântico, Campos e sua equipe foram líder da campanha nacional para focalizar a atenção na educação (WIRTH, 1982, p. 142).

No que diz respeito à educação feminina, no período republicado diante da reestruturação social, decorrente dos processos de urbanização e industrialização, as relações e papéis sociais, também foram significativamente alterados. Neste momento, muito devido ao advento das Escolas Normais, as mulheres já exerciam a docência na Educação Primária, conforme exposto:

O imaginário de que a mulher seria a matriz das futuras gerações se intensificou, à proporção que o feminino era visto como símbolo da pureza, do amor, da docilidade. Em virtude do pensamento que vigorou com relação à associação da mulher com o exercício da docência primária, o magistério passou a ser considerado uma profissão feminina (OLIVEIRA; MATINIAK, 2018, p. 169-170).

O exercício do magistério no século XX se apresentou como uma das primeiras possibilidades de profissionalização para as mulheres, muito devido ao ideal de que a docência era uma extensão natural da maternidade, juntamente com a crença de que as mulheres se tornavam professoras primárias, muito mais pela vocação natural, do que por suas próprias escolhas. No entanto, de acordo com Oliveira e Matiniak (2018, p. 173-174):

A entrada das mulheres na educação se deu de forma lenta e distinta do processo de escolarização masculina, pois o projeto republicano, apesar de compreender as mulheres, não visava a sua emancipação econômica e política, autonomia, pleno desenvolvimento humano, tampouco preparo e qualificação para o mercado de trabalho [...] a feminização do magistério levou à reflexão em torno das diferenças de tratamento destinadas aos homens e às mulheres. Com isso, há que se problematizar como e por que essas diferenças perpassam as relações de gênero.

Tais ideais e percepções não se fundamentaram como verdades absolutas e indiscutíveis, as mulheres, historicamente, ocuparam espaços, rejeitaram atribuições e modelos, contestaram valores morais impostos. Neste contexto, para estas mulheres, o exercício da docência era muito mais uma escolha, uma possibilidade de inserção que iria além do espaço privado ou em conformidade com ele.

Nesse sentido, o magistério foi uma das primeiras oportunidades de trabalho para as mulheres brancas das classes médias, não obstante foi um processo carregado de limitações e dificuldades, visto que, até a primeira metade do século XX, esteve mais relacionado com a expansão do ensino público das

primeiras letras, sendo que, nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a presença das mulheres no magistério ganhou destaque já nos últimos anos do Império (OLIVEIRA; MATINIAK, 2018, p. 171).

Muito apesar desta articulação reformista da instrução pública, o Estado de Minas Gerais apresentava nitidamente as diferenças existentes na fundamentação e implantação do sistema de ensino mineiro, diante das desigualdades de classe e territoriais (urbano e rural); segundo Wirth (1982, p. 142), “apesar de tanto vigor e idealismo, essas escolas educaram deficientemente a população urbana e quase nada as massas rurais.” O autor ressalta ainda que as instituições modelo e de qualidade eram privilégios da elite.

Praticamente dois terços de todos os mineiros com mais de sete anos ainda eram analfabetos na época da revolução de 1930. Para um estado comprometido com a educação, esses resultados eram inadequados e os governadores ressaltavam este aspecto em seus relatórios anuais para legislatura. A educação mineira atolou na economia de escassez e isso a desmoralizou. O governador Silviano Brandão fechou quase 400 escolas durante a depressão de 1898; mais tarde, o movimento de reformas da década de 20 foi desacelerado drasticamente pela crise de 1929 [...] Uma sociedade hierárquica, conservadora queria arriscar um sistema aberto, moderno? O inovador Francisco Campos, ao tornar-se ministro da educação em 1931 recuou da lógica da educação popular, que era de maior participação. Consideremos, também, a classe média que teve acesso à educação superior na década de 20 sem alterar sua estrutura basicamente elitista (WIRTH, 1982, p. 142).

Diante do exposto, tem-se uma possibilidade interpretativa da história da educação mineira, no período inicial republicano, através da legislação que estruturava a instrução pública da época. Compreender este percurso histórico através da legislação possibilita a interpretação da política educacional brasileira, tendo em vista que “o regime republicano expressou a tensão na política educacional, oscilando entre a centralização (oficialização) e descentralização (desoficialização).” (SAVIANI, 2008, p. 11).

O capítulo seguinte se apoiará na contextualização da legislação sobre a educação para ressaltar a maneira pela qual a política educacional repercutiu no município de Uberlândia⁵, considerando as representações da professora através da narrativa da imprensa escrita – jornal *O Repórter*, veículo de imprensa que surgiu no final da Primeira República, no contexto em que a instrução pública era objeto de acalorados debates sobre tal temática, abordando também a educação das mulheres.

⁵ No ano de 1852 o então Arraial Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, recebeu o nome de São Pedro de Uberabinha. Tornou-se município em 31 de agosto de 1888 e em 1929 Uberabinha passou a se chamar Uberlândia. Está localizado no Triângulo Mineiro, na região oeste do Estado de Minas Gerais (UBERLÂNDIA, Cartilha Lugares e Memórias, p.03).

1.3 A escolarização e o grau de instrução das mulheres, a partir do contexto político nas décadas de 1940 a 60 no Brasil e Estado de Minas Gerais no século XX

Através de uma análise comparativa de dados e estatísticos, desenvolvidos pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao Brasil e Estado de Minas Gerais entre as décadas de 1940 e 1960, foi possível verificar a expansão da escolarização/instrução feminina no decorrer deste período, enfatizando o que pesquisadores da história da educação há muito nos tem apontado, como Faria Filho e Macedo (2004) que destacam em sua pesquisa o crescente aumento da presença feminina na carreira do magistério/docência em Minas Gerais, especialmente no período de 1860 a 1910. Os autores recorrem ao Relatório dos Presidentes de Província e Estado, e demonstram por meio de tabelas o quantitativo de normalistas e não-normalistas nos cargos de professoras públicas em Minas Gerais, os dados apresentados na pesquisa, relacionam as escolas normais ao crescente aumento da participação feminina nas escolas mineiras, o que indica que as escolas normais desempenharam significativa participação no processo de feminização do magistério, ocorrido na passagem do século XIX para o século XX, de acordo com os autores.

Considerando este importante estudo, aliado a análise de dados, apresento a relação destas apurações para um melhor entendimento sobre o processo de feminização do magistério, neste recorte de tempo e espaço. Na tabela abaixo estabeleço a relação percentual e em número absoluto, referente a população total no Brasil, considerando o nível de instrução (ler e escrever) durante os anos de 1872 a 1940.

Tabela 1 - População de fato, na data dos recenseamentos gerais do Brasil, sua densidade e distribuição segundo o sexo e outros caracteres individuais apurados. Brasil – 1940

Especificação	1872	1890	1900	1920	1940
População total	10.112.061	14.333.915	17.318.556	30.635.605	41.236.315
Homens	5.123.869 (50,7%)	7.237.932 (50,5%)	8.831.002 (51%)	15.443.818 (50,4%)	20.614.088 (50%)
Mulheres	4.806.609 (47,5%)	7.095.983 (49,5%)	8.487.554 (49%)	15.191.787 (49,5%)	20.622.227 (50%)
Sabem ler e escrever	1.564.481 (15,5%)	2.120.559 (14,8%)	4.385.839 (25,3%)	7.493.357 (24,4%)	13.292.605 (32,2%)

Não sabem ler e escrever	8.365.997 (82,7%)	12.213.356 (85,2%)	12.932.717 (74,7%)	23.142.248 (75,5%)	27.735.140 (67,2%)
---------------------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940.

Segue apresentação dos dados comparativos, relacionando a população no Estado de Minas Gerais na década de 1940, considerando o nível de “instrução” apresentado no Recenseamento Geral do referido ano. Sobre os critérios para tabulação dos números referentes à “instrução” segue:

Embora o Censo Demográfico represente apenas uma fonte ocasional de informações sobre a difusão e a eficácia da instrução, o campo de pesquisa, no levantamento censitário de 1940, foi sensivelmente ampliado, constando dos questionários sete quesitos que visaram a verificar o estado e, em parte, as perspectivas da instrução do povo brasileiro (IBGE, 1950).

Tabela 2 - População de fato por sexo, segundo os principais caracteres individuais/ Instrução. Estado de Minas Gerais – 1940

População do Estado	Total	Homens	Mulheres
Total	6.756.416	3.363.958	3.372.458
Sabem Ler e escrever	1.868.515 (27,6%)	1.049.850 (31,2%)	818.665 (24,2%)
Não sabem Ler e escrever	3.758.878 (55,6%)	1.751.839 (52%)	2.007.039 (59,5%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940.

Na década de 1940, conforme censo demográfico, a população no estado de Minas Gerais era equivalente a 6.456.416 habitantes, destes um total de 3.363.958 homens e 3.372.458 mulheres, a faixa etária considerada era de 0 a 80 anos e mais, conforme pesquisa. Neste período era primordial saber ler e escrever para ser considerado instruído. De modo geral o percentual de pessoas “instruídas” em Minas Gerais na década de 1940 equivalia a 27,6% do número total de habitantes e deste total 24,2% era o percentual correspondente às mulheres que sabiam ler e escrever, levando em consideração que já eram responsáveis, em sua maioria, pela educação escolar das crianças; enquanto o percentual de homens que sabiam ler e escrever era o equivalente a 31,2%, de acordo com o recenseamento (IBGE, 1950).

Tabela 3 - População de fato por sexo, segundo os principais caracteres individuais/ Atividades domésticas; atividades escolares. Estado de Minas Gerais – 1940

População do Estado	Total	Homens	Mulheres
----------------------------	--------------	---------------	-----------------

Atividades domésticas;	1.969.350	162.304	1.807.046
atividades escolares		(8,2%)	(91,8%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940.

Na tabela acima é possível constatar através dos números, a quantidade expressiva de mulheres condicionadas às atividades domésticas, que de acordo com o que foi apresentado até aqui, estas atividades remetem aos cuidados com lar, afazeres domésticos; sendo a mulher casada ou não, a manutenção do espaço privado é de reponsabilidade feminina. Quanto às atividades escolares, e conforme interpretação do recenseamento, estas se referem às mulheres que exercem estas atividades, como alunas e/ou no exercício do magistério, de todo modo o quadro comparativo não permite uma análise precisa, quando acrescidas às atividades domésticas e escolares, porque é bem provável que o número significativo de mulheres, neste momento se refira em grande parte às atividades domésticas, como atribuição feminina. Por isso apresento a seguir uma tabela referenciando dados do Brasil no que diz respeito ao exercício do magistério, que permite conceber o cenário da educação nacional na década de 1940.

Tabela 4 - População de fato por sexo, segundo os principais caracteres individuais/ Grau de instrução. Brasil – 1940

População - Brasil	Total	Homens	Mulheres
Total	41.236.315	20.614.088	20.622.227
Ensino magisterial, cultural ou profissional	259.947	162.750 (62,6%)	97.197 (37,4%)
Pedagógico ou magisterial	66.002	6.650 (10%)	59.352 (90%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940.

Na tabela acima, verificamos o maior número de homens quando somados o grau de instrução entre ensino magisterial, cultural ou profissional, no entanto quando isolados o grau de instrução pedagógico ou magisterial, percebemos o aumento significativo do número de mulheres, evidenciando, o processo de feminização do magistério, consolidado no final do século XIX, definindo sua evolução durante a década de 1940.

Considerando os dados estatísticos no ano de 1940, em contrapartida ao avanço das mulheres no âmbito magisterial, o analfabetismo apresentava alto percentual entre a população, cerca de 56% na faixa etária superior aos 15 anos.

O contexto político no Brasil na década de 1940 foi marcado por avanços e retrocessos e demasiada instabilidade política. A Revolução de 1930 rompeu com a antiga política nacional da República Velha e seu regime de eleições, traçando novos contornos á década de 1940.

Pela Constituição de 1881, a presidência era o grande prêmio da política nacional. Já que o presidente estava constitucionalmente impedido de se suceder a si mesmo, era fatal que houvesse grande agitação política, de quatro em quatro anos (a duração do período presidencial), à medida que a liderança situacionista procurava acordo entre os líderes das principais máquinas políticas estaduais para a indicação de um sucessor. Uma vez acertada a indicação, contudo isso já equivalia, de vez que os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais (SKIDMORE, 1976, p. 21-22).

Muitos grupos sociais apresentavam seu descontentamento diante deste modo de política, mas algo significativo só ocorreu a partir de golpe militar, mediante derrota de Getúlio Vargas, nas eleições entre o mesmo e Júlio Prestes no ano de 1930. Esta derrota ocasionou a revolta de Vargas e a conspiração por parte de seus aliados para tomada da presidência, “a revolta começou como programado, com Vargas exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a marcharem sobre o Rio de Janeiro” (SKIDMORE, 1976, p. 23).

O apoio militar foi de extrema importância para o enfraquecimento do poder do então presidente do país Washington Luís, que diante da pressão militar e já naquela circunstância a pressão política, renunciou ao cargo.

A mudança de liderança política, resultante da ascensão de Vargas à presidência, tornou-se conhecida como a Revolução de 30. Os acontecimentos posteriores confirmaram a precisão da denominação, pelo menos na esfera política. Na década e meia depois de Vargas ter assumido o poder, praticamente todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram objeto de zelo reformista. Muitas dessas mudanças permaneceram ficções jurídicas, em bom número suficientemente consolidadas em 1945, a ponto de ter transformado irrevogavelmente o mundo do governo e da política, que havia produzido os promotores da Revolução de 1930 (SKIDMORE, 1976, p. 25).

Em 1930 Getúlio Vargas, em suas primeiras ações como presidente do Brasil, cria o Ministério de Educação e Saúde Pública, um importante fato para a história da educação nacional, visto que até aquele momento, a educação não havia recebido uma atenção considerável e fundamentada em políticas públicas.

Em 14 de novembro de 1930, Francisco Campos foi nomeado por Getúlio Vargas para o recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Já como ministro, criou o Departamento Nacional de Ensino, oficializado em 1º de dezembro de 1930. Em 1931, instituiu o Conselho Nacional de Educação e reorganizou ao mesmo tempo o ensino secundário, o comercial e o superior, criando o regime de universidade (VEIGA, 2007, p. 257).

Posteriormente a este movimento, no ano de 1932, intelectuais; dentre eles “Anísio Teixeira, que de 1931 a 1935, exerceu o cargo de diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro” (VEIGA, 2007. p. 257); constroem um plano amplo e integrado com políticas educacionais, denominado - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que dentre seus muitos aspectos, defendia a educação como um serviço essencialmente público, assim como de que a escola deveria ser comum a ambos os sexos.

No decorrer da década de 1930, diante das mais diferentes articulações políticas, um dos mais importantes acontecimentos foi a promulgação da Constituição de 1934 que naquela circunstância, era considerada “um produto híbrido, como documento jurídico, concretizava em grau notável, tanto os ideais do liberalismo político quanto os do reformismo econômico”. (SKIDMORE, 1976. p. 39).

Ao traçar esta linha cronológica, devemos salientar o “engavetamento” da Constituição de 1934, quando da criação da Constituição de 1937, que surge como resposta para a permanência de Getúlio Vargas no poder, como nova proposta política – o Estado Novo, que “trouxo mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública”. (SKIDMORE, 1976. p. 55). Na segunda metade da década de 1940 com o fim do Estado Novo e com Getúlio Vargas deposto, General Dutra no ano de 1946 assume a presidência do país, permanecendo até o ano de 1950. Quando em 1951 Vargas retoma o poder presidencial, num cenário de muita desarticulação política e instabilidades sociais.

A relevância de se apresentar o quadro político na época se faz necessária para uma melhor interpretação dos dados e compreender não somente as estatísticas isoladamente, mas a conjuntura social e política, que são pano de fundo dos acontecimentos e que repercutem no processo de Educação Feminina, assim como os avanços no que se refere aos direitos das mulheres, como o direito ao voto, por exemplo, instituído neste período.

Retomando o debate para as estatísticas no campo educacional, no decorrer da década de 1950, já no segundo governo de Vargas, mesmo com o surgimento de campanhas nacionais contra o analfabetismo, o país e os Estados se reconfiguravam continuamente, assim como as diferenças sociais e de gênero se apresentavam mais evidentes. A atenção neste período estava muito mais voltada ao nacionalismo e um fortalecimento econômico e político do Brasil. Assim Skidmore (1976, p. 111) nos apresenta:

Ao assumir a presidência, em janeiro de 1951, Getúlio se deparava com um Brasil muito diferente do país que havia governado como presidente autoritário, de 1937 a 1945. A sociedade brasileira apresentava uma estrutura de classes mais nitidamente diferenciada do que a do tempo do Estado Novo, especialmente nos primeiros anos. O duplo processo de industrialização e

urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: as indústrias, a classe operária urbana e a classe média urbana.

De acordo com o autor fica evidente que o país passava por uma reformulação estrutural e novos cenários se apresentavam na sociedade devido ao crescimento econômico/industrial no país. Todas estas transformações no espaço público refletiam significativamente no espaço privado, o ambiente doméstico também foi reconfigurado no decorrer da década de 1950. Conforme ainda nos aponta Skidmore (1976, p. 111), “a atmosfera política conciliatória do Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante”, o que impacta diretamente no percurso das mulheres no espaço público.

Estas transformações eram vivenciadas no âmbito nacional e refletia diretamente nos Estados, no caso de Minas Gerais, de acordo com Wirth (1982, p. 63) “Minas, uma sociedade em migração, participou da tendência urbanizadora nacional, principalmente após 1930”, o que ressalta de certo modo, a evidência política e econômica mineiras, no cenário nacional, levando em conta o café como seu principal produto de exportação. Mais adiante o autor considera sobre o aspecto de unidade em Minas Gerais:

Como região, Minas era definida não apenas por sua base econômica difusa, mas também por seus valores políticos e culturais. O regionalismo mineiro foi primeiramente uma concepção político – cultural, que não engrenava facilmente com os fatores econômicos. A coerência regional era amplamente determinada pela existência de fronteiras políticas. O fato de Minas não ser uma unidade econômica coerente derivava de suas origens no século XVIII, como conveniência administrativa à metrópole. Todavia, desde Tiradentes, o ideal de unificação e de tentar tornar a unidade política mais viável economicamente era um legado importante da cultura política do estado. Esse ideal estimulou a fundação de Belo Horizonte em 1897. Posteriormente, em 1960, foi um presidente mineiro (Juscelino Kubitschek) que mudou a capital federal do Brasil para Brasília pelos mesmos motivos (WIRTH, 1982, p. 69).

Para tanto apresento os dados regionais, para uma interpretação de que modo as políticas de unidade e desenvolvimento econômico, impactavam no crescimento populacional. Segue tabela referente aos dados populacionais do Estado de Minas Gerais entre os anos de 1872 a 1950.

Tabela 5 - População presente, na data dos recenseamentos gerais, segundo algumas das principais características individuais. Estado de Minas Gerais – 1950

Especificação	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Total	2.039.735	3.184.009	3.594.471	5.888.174	6.736.416	7.117.792
Homens	1.047.026 (51,3%)	1.627.461 (51%)	1.838.238 (51%)	2.981.806 (50,7%)	3.363.958 (50%)	3.836.758 (54%)

Mulheres	992.709 (48,7%)	1.556.638 (49%)	1.756.233 (49%)	2.906.368 (49,3%)	3.372.458 (50%)	3.881.034 (46%)
-----------------	--------------------	--------------------	--------------------	----------------------	--------------------	--------------------

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950.

Sobre o sistema educacional neste período, assim como havia uma carência de investimento e articulações políticas acerca da educação nacional, no Estado de Minas Gerais, os avanços neste sentido eram lentos e totalmente voltado para as elites, a instrução/educação não era um atributo para as classes mais pobres, as diferenças sociais eram reforçadas no campo educacional. Nesse sentido, “o acesso à educação superior vinha através das escolas secundárias da elite [...] o papel dessas escolas como influência regionalizante na elite não pode ser superestimado”. (WIRTH, 1982, p. 141).

É necessário verificar qual o grau de escolaridade dessa população, que nível de instrução obtido pelas pessoas com 10 anos ou mais, em 1950. Abaixo a tabela comparativa de dados neste período, de acordo com o censo. No estado de Minas Gerais, das mulheres que concluíam o ensino primário, somente 0,23% chegavam ao colegial, um dado estatístico importante que reforça o cenário educacional do Estado de Minas Gerais em relação ao sistema educacional, especialmente no que se refere à educação feminina.

Tabela 6 - Pessoas presentes, de 10 anos e mais, que possuem curso completo, por sexo e grau do ensino, segundo a espécie do curso. Estado de Minas Gerais – 1950

Ensino Geral	Total	Homens	Mulheres
Total	793.529	398.654	394.875
Primário	674.384	339.451 (50,3%)	334.933 (49,7%)
Ginasial	44.273	27.927 (63%)	16.346 (37%)
Colegial	6.357	5.555 (87,3%)	801 (12,6%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950.

O que significava “ser mulher” neste contexto? Bassanezi (1997) nos responde esta questão destacando o Brasil dos anos 1950 com um período de significativa ascensão da classe média, diante do crescimento urbano e industrialização, destacados anteriormente. A autora ressalta que estas transformações evidenciaram “as distinções entre os papéis femininos e

masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos” (p. 608).

O destino natural das mulheres ainda consistia em ser a provedora do lar, a responsável pela ordem e harmonia doméstica, exercendo suas funções “naturais” de mãe e esposa. As mulheres que se arriscavam no exercício de alguma profissão, requerendo ainda que timidamente sua participação no espaço público, muitas das vezes eram mal julgadas por estar indo contra a sua natureza.

Assim, Bassanezi (1997, p. 610) define:

[...] desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina era tido como “objetivo” de vida de todas as jovens solteiras.

Diante desta configuração social estruturada pelo patriarcalismo, estudar e posteriormente seguir carreira na docência, era também uma manifestação da autonomia feminina nestes moldes. As mulheres, muito apesar de representarem a minoria na conclusão do ensino secundário, configuram a maioria significativa no curso Normal ou Pedagógico, assim como nos cursos de Enfermagem e Assistência Social, reforçando o estereótipo feminino e sua relação com profissões que demandam cuidados e zelo, contribuindo para uma harmonia social; “elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país” (LOURO, 1997, p. 447). Quando observamos as profissões relacionadas às Ciências Econômicas, Engenharia e Direito, que detinha maior prestígio social e melhores remunerações, percebemos a quantidade mínima de mulheres no exercício de tais profissões.

Tabela 7 - Pessoas presentes, de 10 anos e mais, que possuem curso completo, por sexo e grau do ensino, segundo a espécie do curso. Estado de Minas Gerais – 1950

Ensino cultural ou profissional	Total	Homens	Mulheres
Normal ou pedagógico	39.193	1.060 (2,7%)	38.133 (97,3%)
Enfermagem e assistência social	467	74 (16%)	393 (84%)
Ciências Econômicas	209	197 (94,2%)	12 (5,8%)

Engenharia	1.748	1.731 (99%)	17 (0,1%)
Direito	3.155	3.091 (98%)	64 (2%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950.

Houve um significativo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho nos anos 1950, neste sentido: “surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc. que exigiam das mulheres certa qualificação” (BASSANEZI, 1997, p. 624). O desenvolvimento econômico do país contribuiu para o aumento da escolaridade e instrução feminina. A tabela seguinte evidencia este movimento de inserção feminina no mercado de trabalho, assim como reforça a absoluta feminização do magistério na década de 1950.

Tabela 8 - Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e ramo da atividade principal, segundo a ocupação. Estado de Minas Gerais – 1950

Ocupação	Homens	Mulheres
Professores	3.174	20.998
Engenheiros	1.050	05
Advogados	1.682	23
Enfermeiros e massagistas	1.065	2.341

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950.

Segue tabela com os dados referentes à população total do país no ano de 1960.

Tabela 9 - Condição de presença, por sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade. Brasil – 1960

População - Brasil	Total	Homens	Mulheres
Total	70.191.370	35.059.546	35.131.824

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Podemos observar uma aproximação dos números de mulheres cursando o colegial em relação ao número de homens, considerando que na década anterior, havia uma significativa diferença. Na década seguinte, a presença das mulheres, no Ensino Geral, já se aproximava da quantidade referente à presença masculina.

Tabela 10 - Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino Geral. Brasil – 1960

Ensino Geral	Homens	Mulheres
Total	6.323.875	6.107.056
Primário	5.054.336 (80%)	5.015.743 (82,13%)
Ginasial	613.436 (9,7%)	577.620 (9,5%)
Colegial	199.740 (3,15%)	101.539 (1,7%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Dados que reforçam a maioria feminina nos cursos Normal ou Pedagógico, apontando ainda a quantidade inferior de mulheres nos cursos de Direito e Engenharia, em relação aos homens, considerando que apenas 1,7% das mulheres mineiras cursavam o colegial, apesar do quantitativo de mulheres que já ocupavam os cursos Normal ou Pedagógico, na década de 1960, de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 11 - Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino cultural ou profissional. Brasil – 1960

Ensino cultural ou profissional	Homens	Mulheres
Bacharelado e Didática	15.992	17.477
Normal ou Pedagógico	32.639	303.189
Direito	51.768	3.845
Engenharia	39.314	692

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Através dos dados apresentados a seguir, podemos concluir que de fato, neste período as mulheres representavam a maioria no quantitativo referente aos professores primários no país. A feminização da docência fica evidente no ensino primário. No ensino secundário temos quase que uma equiparação dos números, no que diz respeito a homens e mulheres. Em contrapartida no ensino superior, notamos o baixo número de professoras, assim como elas também representam a maioria de professores sem especificação.

Devemos considerar todo o contexto sociocultural do período, como por exemplo, as tensões políticas que inevitavelmente se estenderam pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), “grandes esperanças de crescimento econômico, propostas conflitantes para sua obtenção, o híbrido sistema político, apesar dos vários recursos de improvisação de Kubitschek, começava a ceder sob pressões dos centros de decisão econômica” (SKIDMORE, 1976, p. 225).

A seguir, dados quantitativos referentes ao exercício da docência, nas diferentes etapas da escolarização no país na década de 1960. Nota-se o processo de feminização do magistério no ensino primário, a equivalência entre homens e mulheres no ensino secundário e em contrapartida, verificamos a diminuição de atuação de professores e professoras no ensino superior, sendo que nesta etapa as mulheres são minoria, assim como representam o maior número de professores sem especificação.

Este quadro representa as dificuldades impostas pelas relações de gênero, onde a grande maioria das mulheres não prosseguia na carreira acadêmica, nem ocupavam cargos de destaque nas escolas, como direção e coordenação. As mulheres tinham a possibilidade de adentrarem ao espaço público e mercado de trabalho, através da docência no ensino primário, que significava basicamente uma extensão da atuação feminina no ambiente doméstico.

Tabela 12 - Ocupação das pessoas de 10 anos e mais, economicamente ativas, por sexo e ramo de atividade. Brasil – 1960

Cientistas, professores, funções afins e auxiliares	Homens	Mulheres
Total	55.775	268.325
Professores primários	32.610 (58,4%)	249.048 (92,8%)
Professores secundários	11.495 (20,6%)	10.339 (3,8%)
Professores superiores	4.616 (8,2%)	1.043 (0,3%)
Professores sem especificação	2.933 (5,2%)	5.367 (2,2%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Dados referentes à população total no Estado de Minas Gerais na década de 1960.

Tabela 13 - Condição de presença por sexo segundo a situação do domicílio e grupos de idade. Estado de Minas Gerais – 1960

População – Estado de Minas Gerais	Total	Homens	Mulheres
Total	9.544.070	4.760.533	4.783.537

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

O Estado de Minas Gerais também apresentava em suas estatísticas um movimento no Ensino Geral, muito semelhante ao quadro educacional no país.

A educação com vistas a um futuro profissional, e conseqüentemente, o investimento em uma carreira eram bem menos valorizados para as mulheres que para os homens devido à distinção social feita entre feminino e masculino no que dizia respeito a papéis e capacidades. Ao menos o acesso das mulheres à educação formal e às áreas de conhecimento antes reservadas aos homens diminuiu a distâncias entre homens e mulheres. (BASSANEZI, 1997, p. 625)

Neste período a profissionalização do professorado se intensificou muito também como um discurso de ordem no contexto político, nesta ocasião o regime militar. Logo, toda a prática didática – pedagógica deveria caminhar nos moldes político e ideológicos impostos na época. Esta profissionalização demandou novas competências por parte dos professores e professoras, “agora caía sobre eles uma avalanche de tarefas burocráticas, exigindo-lhes uma ocupação bastante intensa com atividades de ordem administrativa e de controle; determinava-se, também que sua ação didática se tornasse mais técnica, eficiente e produtiva” (LOURO, 1997, p. 473).

O que gerou descontentamento por um lado, fomentou os interesses das mulheres em “reivindicar o reconhecimento como profissional [...] se constituía numa forma de mulheres professoras lutarem por salários iguais aos dos homens e por condições de trabalho adequadas” (LOURO, 1997, p. 473).

Tabela 14 - Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino geral. Estado de Minas Gerais – 1960

Ensino Geral	Homens	Mulheres
Total	696.474	695.047
Primário	576.791 (82,8%)	571.928 (82,3%)
Ginasial	58.546 (8,4%)	52.880 (7,6%)
Colegial	19.357 (2,8%)	6.672 (0,9%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Tabela 15 - Grau de curso completo das pessoas de 10 anos e mais por sexo, segundo a espécie do curso. Ensino Cultural ou profissional. Estado de Minas Gerais – 1960

Ensino cultural ou profissional	Homens	Mulheres
Bacharelado e Didática	1.179	1.069
Normal ou Pedagógico	2.164	53.766
Direito	4.917	186
Engenharia	3.287	85

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Diante da crescente feminização do magistério, que já perpassava décadas, ocorre a profissionalização dos professores e professoras, o que permitiu identificar a condição de proletariado da categoria docente, conforme destaca Louro (1997, p. 474) “os indicadores dessa proletarização seriam observados, de forma mais evidente, na acentuada queda dos salários já tradicionalmente baixos”.

Tabela 16 - Ocupação das pessoas de 10 anos e mais, economicamente ativas, por sexo e ramo de atividade. Estado de Minas Gerais – 1960

Cientistas, professores, funções afins e auxiliares	Homens	Mulheres
Total	5.207	38.428
Professores primários	3.251 (62,4%)	37.439 (97,4%)
Professores secundários	989 (19%)	500 (1,3%)
Professores superiores	463 (8,9%)	73 (0,18%)
Professores sem especificação	236 (4,5%)	342 (0,9%)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960.

Deste modo ocorre uma reconfiguração no exercício do magistério, professores e professoras, passam a ocupar um espaço de protagonismo dentro do contexto educacional,

“criam-se centros de professores e sindicatos que expressam suas reivindicações através de greves e de manifestações públicas de maior visibilidade e impacto social” (LOURO, 1997, p. 474). As mulheres, em sua maioria, se articulam em prol de interesses profissionais em comum, diante da desvalorização educacional e a crescente presença feminina no magistério.

O capítulo seguinte se apoiará na veiculação das representações da professora em específico as imagens presentes no jornal *O Repórter*, relativas ao ideal de educação feminina em suas páginas no período entre 1933 e 1963, no município de Uberlândia – MG.

CAPÍTULO II – MULHER E EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL O REPÓRTER

Figura 1 - Matéria jornalística de capa, que destaca a fotografia da Jovem Odette Costa membro da elite uberlandense, eleita Rainha da Beleza no ano de 1932

O REPÓRTER

FUNDAÇÃO DE OLIVEIRA Fundação de ARTHUR BARROS (Segunda fase) Redactor: JOSE FRANÇA

NO 1 Uberlândia (Minas), 26 de Novembro de 1933 NUM. 4

JORNAL CRÍTICO, HUMORÍSTICO E NOTICIOSO REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AV. AFFONSO PENNA, 719

... a nossa homenagem aos vossos Paes!

emos fé e temos esperança na mocidade vibrante de Uberlândia. O futuro desta terra que se vai entrando nos domínios da sua posse, está, por esse mesmo, na actuação viva e forte da geração actual. As maneiras porque esboçando a camada modesta do povo a transição e alcançar aquelle peso de responsabilidades graças sobre si propria, e sobre os individuos, e sobre a Nação — colectiva — descurtando os dias louros, desvendando o bellissimo panorama da Uberlândia mais em mentalidades, mais para em realizações, e forte no espirito de variedade. Os bancos escolares que pontilhando pela cidade, na associações se criam para todas finalidades da vida em num e as aspirações vivificam e animam a mente de todos — constituindo as maiores e as melhores garantias para que se os ciosos da grandeza da vida dos destinos desta terra. Que Deus illumine a estrada que a mocidade uberlandense vai seguindo, para que ella se defenda das tentações do vicio, se desdizidos innumerados tropeços que persistem sempre experimentar a agitação do homem, se habilitar a dosagem maior de esforço para saber distinguir e ser portanto justo, consequentemente, triunfar. Queremos crer que esses jovens que estudam e esses



Mlle. Odette Costa, querida filha do sr. cel. Antonio Costa e d. Amélia Teixeira Costa, da elite de Uberlândia, Odette Costa, que em 1932 foi eleita, pelos uberlandenses, a rainha da beleza da cidade, até hoje, não foi coroada.

Por que?

EXPEDIENTE

O REPÓRTER publica-se aos domingos. — Será considerado assinante todo aquelle que pagar a assinatura conforme a seguinte tabela:

Anno	100000
Semestre	60000
Trimestre	40000

Os artigos não aproveitados não serão devolvidos; vão direito à cesta.

IMPORTANTE

A Redacção não dá a publicação de trabalhos sob anonymato e não ser do seu corpo de colaboradores effectivos, pois lhe não convém as responsabilidades dos mesmos.

Edições, avisos, etc., linha \$300. Toda publicação será paga adelantadamente.

Toda correspondencia deverá ser dirigida à Redacção, à Avenida Affonso Penna n. 719.

JOSE LADEIRA

Cirurgião Dentista pela Faculdade de Odontologia de São Paulo, Brazil.

Consultas das 9 das 11 e das 12 das 5 1/2

Av. Affonso Penna, 719

sim poderão realizar a obra aproveitavel do engrandecimento desta terra e da maior valia deste povo. Nós exultamos, enchemo-nos de intensa alegria, sentimos a nossa alma plenamente confortada com a

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 26 de novembro de 1933. Ano 01, nº04. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Diante desta contextualização acerca do itinerário da mulher no processo de escolarização, são inúmeros os enfrentamentos existentes no debate sobre a educação feminina, pautados num discurso patriarcal e sexista, que legitimou a negação de uma instrução nos moldes escolares para as mulheres. Compreender o percurso sociocultural se faz necessário para analisar criticamente o processo de feminização do magistério. Para tanto, nos atentaremos à educação feminina em Uberlândia – MG, a formação das mulheres no magistério e o exercício da docência, considerando suas representações nas páginas do jornal *O Repórter*, entre as décadas de 1933 a 1963, conforme já mencionado anteriormente.

No presente capítulo serão apresentadas, ainda que inicialmente, a trajetória da instrução das mulheres na cidade de Uberlândia – MG, bem como uma breve história sobre as principais instituições escolares destinadas à educação feminina, de modo a traçar o cenário educacional no período, os costumes socioculturais expressados pelas mulheres, e repercutidos sobre elas, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960.

Neste primeiro momento, foram selecionados os principais e mais relevantes artigos, notas e afins, da primeira década do referido jornal, que nos remete a educação feminina, indicando a forma pela qual a mulher figurava em suas páginas, quando no exercício do magistério – as representações da professora. Tais páginas, ao mesmo tempo em que registram também nos contam uma história; são estas narrativas que demonstram muito do que foi vivenciado por estas mulheres, através das linhas dos artigos, pelo olhar, seleção e escrita apresentados pelo jornal *O Repórter*, que em seu contexto sociocultural atendia as demandas de uma parcela da população – a elite instruída da cidade de Uberlândia – MG, considerando que “a maioria da população uberlandense da primeira metade do século XX não era alfabetizada e, portanto, não tinha acesso à produção escrita que versava sobre a cidade” (DANTAS, 2008, p. 43).

No que se refere ao desenvolvimento desta pesquisa, existiram dificuldades, visto que os trabalhos com as fontes documentais e bibliográficas foram interrompidos diante do fechamento dos Arquivos Públicos e Bibliotecas, uma medida de segurança necessária e compreensível em tempos de pandemia. Devido à pandemia do coronavírus (COVID-19) houve significativas e necessárias mudanças de convívio, higiene e hábitos, muitas famílias vivenciaram a dor de perder um ente querido, inclusive deixo aqui minha solidariedade neste momento de enorme tristeza. Há mais de um ano estamos inseridos neste contexto de pandemia, sem muitas expectativas de que os danos se amenizem, ainda mais diante da maneira pela qual o Governo Federal tem conduzido o país. Deste modo, recorreremos em parte ao trabalho de pesquisa com as fontes, jornal *O Repórter* – iniciado ainda no primeiro ano do Mestrado (2019)

no Arquivo Público de Uberlândia, assim como parte de suas publicações disponibilizadas digitalmente no Acervo Digital do Arquivo Público Mineiro (APM) – Memorial da Imprensa.⁶

2.1 Breve trajetória sobre a Educação Feminina na cidade de Uberlândia – MG

De modo a contribuir para o debate sobre a educação feminina no Triângulo Mineiro, especialmente na cidade de Uberlândia, na primeira metade do século XX, se faz necessário reforçar o modo como os anseios de transformações no período republicano, repercutiram nos modelos de instrução pública, principalmente na educação das mulheres. Segundo Inácio Filho (2002, p. 52), que se observou no “primeiro período republicano, um efetivo e concreto processo de institucionalização da educação mineira [...] vimos logo na inauguração do regime republicano surgir inúmeros decretos, no estado de Minas Gerais visando à reforma do ensino primário e normal”.

Segundo Gatti e Inácio Filho (2011, p. 101), aliado a isso, o avanço do processo de urbanização e o desenvolvimento industrial, fornecem novos contornos sociais, “surge uma nova concepção de cidade, não mais apenas em oposição ao mundo rural, mas trazendo a ideia de um lugar limpo, higienizado e civilizado, livre do caos e construída de maneira planejada, organizada”. Ocorre uma reestruturação dos espaços que perpassa também pelo ambiente escolar, determinando novas funções à escola “com intuito de construir um novo sujeito social, ou seja, um sujeito civilizado, para o qual o processo de escolarização é fundamental” (GATTI; INÁCIO FILHO, 2011, p. 101).

Portanto, coube à sociedade civil, mais do que à iniciativa pública, inicialmente, alavancar a educação na cidade, pois a elite social e cultural de Uberlândia tinha conhecimento de que o desenvolvimento da cidade estava diretamente ligado à disseminação da instrução. Desse modo, o intuito de se investir em educação era justamente o de preparar os jovens que no futuro, pudessem ser responsáveis pelo desenvolvimento e progresso da atual cidade.

⁶ Sistema integrado de acesso do Arquivo Público Mineiro: “Em outubro de 2007 foi inaugurado oficialmente o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – SIAAPM, fortalecido por um cenário de profundas modificações tecnológicas, com grande destaque para a política nacional de ampliação do acesso ao computador para a população e a consolidação da internet como plataforma global de publicação de informação. O SIAAPM é um sistema de informação multimídia em estrutura modular, idealizado dentro das normas que regem a descrição arquivística, reunindo os instrumentos de pesquisa e, de forma gradativa, os conjuntos documentais sob guarda do APM. Em 2013 foi implementado um novo projeto gráfico buscando conciliar a identidade visual do APM com melhorias de navegação e de visualização dos acervos. A tela principal ganhou movimento com o recurso de banners que se alternam dando destaque para os acervos que entraram no sistema recentemente. Além disso, os módulos acervo fotográfico, hoje iconográfico e o imagem em movimento, passaram por reformulação, permitindo aos pesquisadores visualizarem as fotos em miniaturas, assim como ter acesso à imagem e às informações da ficha de identificação sem a necessidade de usar a barra de rolagem. Essas melhorias tornaram a navegação mais confortável e intuitiva e agilizaram a pesquisa”. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> Acesso em: 20 de out. de 2020.

Assim, a sociedade uberabinhense defendia a instalação de estabelecimentos destinados à instrução (GATTI; INÁCIO FILHO, 2011, p. 107).

Na década de 1920 o município de Uberabinha tinha de acordo com o censo em torno de 7 mil moradores na cidade e 23 mil habitantes no município; sendo menor que os municípios de Araguari e Uberaba. No entanto as transformações socioculturais e econômicas da cidade de Uberlândia no decorrer do século XX, se deve em grande parte ao processo de industrialização, principalmente o paulista sobre o contexto regional. De acordo com Dantas (2008), sobre o desenvolvimento de Uberlândia:

(...) localizada na porção ocidental do estado de Minas Gerais, assenta-se em um imaginário bastante ufânico. Desde os primeiros anos de sua emancipação político-administrativa, em 1888, Uberlândia arvora-se destinada ao progresso. E a fim de concretizar tal ideal, foi forjado, na primeira metade do século XX, um discurso que buscou imprimir à cidade uma imagem de ordem e progresso, civilidade e modernidade (DANTAS, 2008, p. 19).

Em decorrência destas transformações, nos anos de 1930 o município de Uberlândia experimentou o crescimento econômico (FERNANDES; LEME; LENK, 2015). Neste aspecto:

Contudo, a imprensa não apenas dava destaque aos fatos de cunho escolar como abria espaço para emissão de opiniões sobre o significado da educação. As notícias vão desde aniversários de professores, festas nas escolas, informes de formaturas e de viagens de filhos da terra para estudar em outros centros, passando por desfiles escolares e anúncios de escolas, entre outras. Mas existem também as reportagens que abordam os problemas educacionais da região e do estado, a importância do sistema de grupos escolares que começava a ser implantado, críticas a omissão do estado com relação à educação e um conjunto grande de editoriais que proclamam sempre o primado da educação como elemento de progresso, de civilização (GONÇALVES NETO, 2002, p. 210).

O embasamento legislativo da educação mineira caminhou em conformidade com os preceitos republicanos, no intuito de uma institucionalização efetiva e concreta para uma consequente homogeneização do processo educativo escolar mineiro. Deste modo, para traçar a trajetória da educação feminina na cidade de Uberlândia, é fundamental apresentar uma breve história sobre as instituições escolares, sejam elas públicas ou privadas (INÁCIO FILHO, 2002).

Neste sentido, importante ressaltar O Ginásio de Uberabinha, importante e significativa instituição escolar, que foi fundado como instituição privada na década de 1912. No ano de 1924 houve a implantação, anexa ao Ginásio, da Escola Normal de Uberabinha, possibilitando a inserção da mulher, no ambiente escolar. Em 1929 o prédio foi doado ao Estado de Minas Gerais, de acordo com o Decreto Estadual nº. 8.958. (ARAÚJO, 2008). Segundo Gatti e Inácio Filho (2011, p. 114): “O antigo Gymnásio sempre foi considerado um exemplo de bom ensino,

pelo compromisso de seus professores e diretores no intuito de elevar o nome da cidade”; e em diferentes momentos recebeu destaque nas páginas do JOR.

Em 1905, as escolas normais oficiais em Minas Gerais foram fechadas em decorrência das primeiras crises econômicas da República e só foram reabertas no final da década de 1920, diante deste cenário o ensino confessional foi incentivado, propondo assim, que apenas uma elite pudesse adquirir o diploma de normalista. Neste contexto é necessário destacar a relevância das instituições particulares confessionais:

A expansão do ensino particular confessional de veio católico teve grandes repercussões nessa região por nós particularmente estudada. Isso se deveu a Restauração Católica, movimento de reeuropeização do catolicismo com características claramente centralizadoras e sob a autoridade papal. Ele se realizou a partir de meados do século XIX, porém sua repercussão no Brasil começou a ser sentida no período republicano, com a separação entre igreja e Estado. Na verdade, tal cisão foi um triunfo para a romanização aqui também em vias de se firmar. Tratava-se de uma verdadeira institucionalização da Igreja católica entre nós, após a separação instaurada pelo regime republicano, em janeiro de 1890. Para o que nos interessa, reiteramos que é marcante a atuação da Igreja em resgatar a catolicidade brasileira, através da imigração de congregações estrangeiras e da conseqüente instalação de suas escolas (INÁCIO FILHO, 2002, p. 53).

Conforme nos apresenta Inácio Filho (2002), no ano de 1932, na cidade de Uberlândia, a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, se estabeleceu na cidade onde ocorreu a fundação do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. É notório que neste momento o poder da igreja também se sustentava no âmbito educacional, moral e fundamentando as bases cristãs familiares. Ainda segundo o autor:

Com isso, no dia 3 de fevereiro de 1932 chegaram a Uberlândia as primeiras missionárias recebidas pelo cônego Albino Figueiredo, por associações religiosas e autoridades locais. O Colégio Nossa Senhora das Lágrimas foi inaugurado no dia 11 de fevereiro do mesmo ano, funcionando durante os primeiros meses em uma casa particular e contando com o número inicial de 50 alunas. Dada a necessidade de melhores condições para concretização da escola, cinco meses depois o colégio passou a funcionar no atual endereço, registrado como estabelecimento particular. Após três anos de funcionamento tornou-se escola normal oficial do estado, elevado à categoria de escola normal de 2º grau. Durante toda sua história inúmeros foram os cursos paralelos oferecidos pelo Colégio Nossa Senhora. Dentre eles destacamos: cursos noturnos para empregadas domésticas e cursos de “doutrina social”, além dos encontros de formação religiosa, momento de encontro da congregação com seu objetivo inicial (INÁCIO FILHO, 2002, p. 61-62).

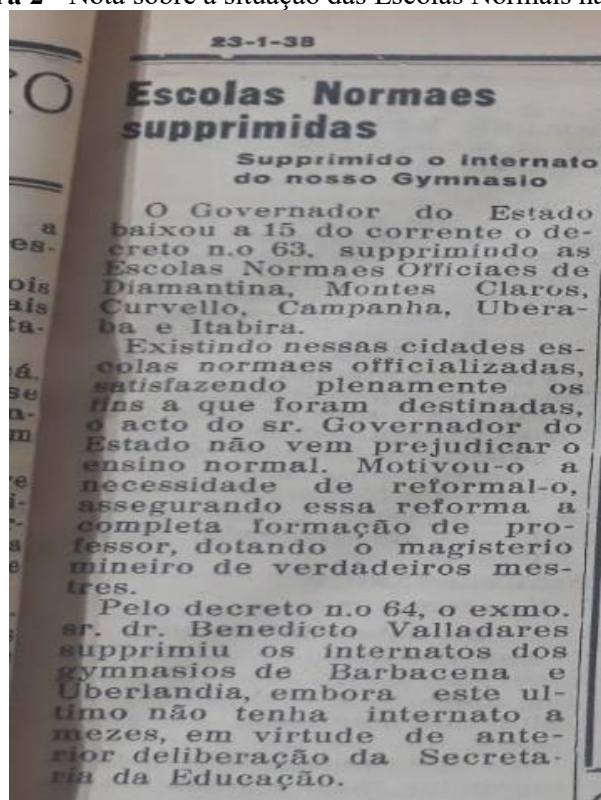
Importante destacar que a educação das mulheres no Brasil, relaciona-se aos moldes religiosos das escolas confessionais, dentre elas o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas em Uberlândia-MG, exerceu esta função. É possível identificar que em cada período da história o modelo de educação se refere às necessidades do processo de produção, através do sistema

educacional a sociedade constitui os sujeitos de acordo com os seus interesses. As instituições escolares repercutem os interesses sociais, políticos e econômicos. O ambiente escolar torna-se um cenário expresso da realidade social vigente em determinado tempo histórico (RAMOS; INÁCIO FILHO, 2008).

Partindo desta análise, temos um parâmetro inicial do cenário educacional na cidade de Uberlândia na década de 1930, sobre a educação feminina numa instituição particular confessional; “analisando hoje a participação da mulher brasileira que atua diversificadamente no mercado de trabalho, é instigante perceber a educação como fio condutor que influenciou a postura da mulher, as ações pedagógicas, as necessidades sociais...” (INÁCIO FILHO, 2002, p. 58).

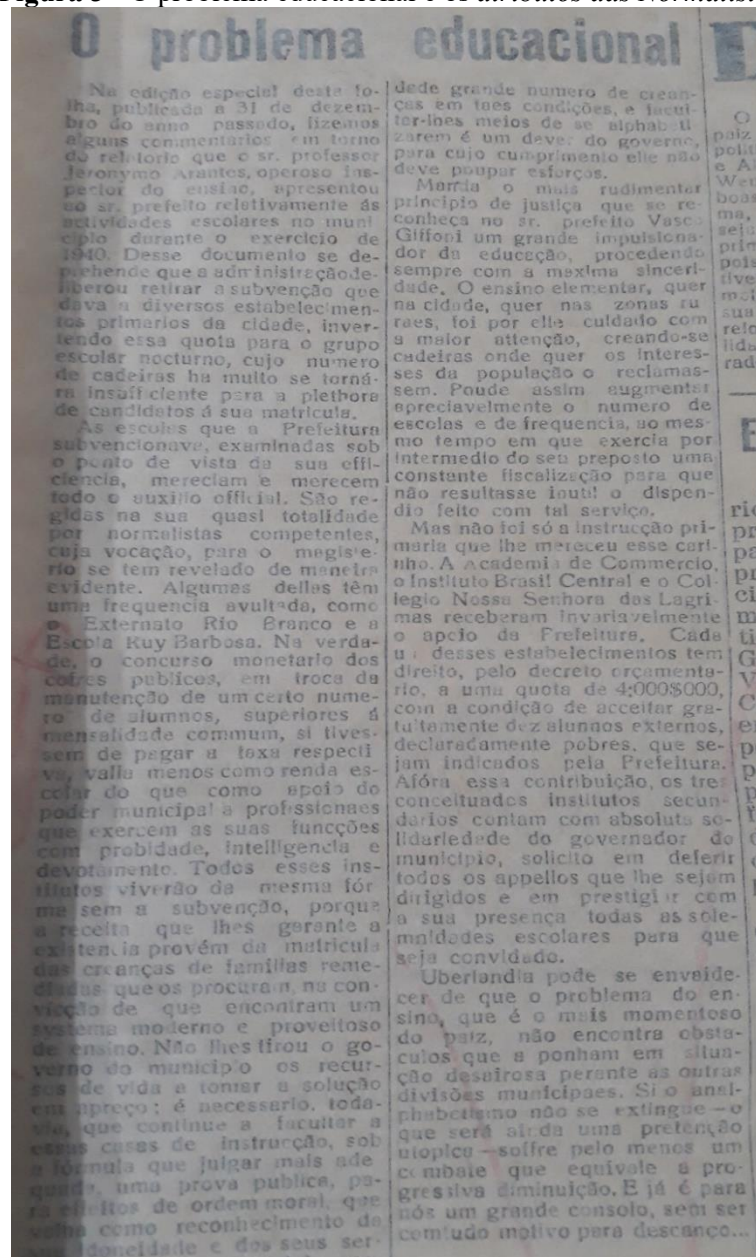
Conforme artigo seguinte (Figura 2), publicado no ano de 1938, o jornal *O Repórter* destaca as reformas educacionais do período, bem como a relevância da educação para o desenvolvimento e progresso do município de Uberlândia: “a necessidade de reformal-o, assegurando essa reforma a completa formação de professor, dotando o magistério mineiro de verdadeiros mestres” (JOR, 1938).

Figura 2 - Nota sobre a situação das Escolas Normais na região



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 30 de janeiro de 1938. Ano 05, nº202. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 3 - O problema educacional e os atributos das Normalistas



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 12 de março de 1941. Ano 08, nº366. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Neste artigo são expostas algumas dificuldades no que diz respeito aos investimentos através do fundo educacional e em contraponto destaca os atributos das Normalistas:

As escolas que a prefeitura subvencionava, examinadas sob o ponto de vista da sua eficiência mereciam e merecem todo o auxílio oficial. São regidas na sua quasi totalidade por normalistas competentes, cuja vocação, para o magisterio se tem revelado de maneira evidente. Algumas dellas têm uma frequência avultada, como o externato Rio Branco e a escola Ruy Barbosa. Na verdade, o concurso monetario dos cofres publicos em troca da manutenção de um certo numero de alumnos, superiores á mensalidade commum, si tivessem de pagar a taxa respectiva, valia menos como renda escolar do que como apoio do poder municipal a profissionaes que exercem as suas funções com probidade, intelligencia e devotamento (JOR, 1941).

As narrativas veiculadas pelos periódicos tinham grande importância, pois a partir delas era composto o ideal político e social do município. No caso do jornal *O Repórter*, ficava evidente a postura do jornal sobre as diferentes temáticas, bem como a educacional, de modo que o cotidiano escolar era retratado através de notas e artigos, professoras e professores, recebiam homenagens e destaques nas colunas do JOR.

É nessa perspectiva que se consideraram as representações veiculadas acerca da docência pelos periódicos das entidades representativas de diferentes segmentos do magistério que, numa tentativa de definir a identidade do grupo, articulavam os embates e as negociações entre valores e concepções que se pretendiam generalizar para a totalidade da categoria e acabavam por forjar a sua imagem, procurando difundi-la junto a diversos setores sociais em busca de uma melhor remuneração e de um maior prestígio. Evidentemente, tais entidades procuravam ganhar voz e visibilidade nos órgãos da grande imprensa, importantes não só para atrair a atenção da opinião pública para os problemas enfrentados pela categoria, mas também para divulgar a sua atuação em prol dos professores. Por outro lado, os jornais também tinham interesse em incluir (e manter) os professores entre os seus leitores através de seções especializadas em educação [...] (VICENTINI, 2021, p. 13).

Diante da expansão da educação e conseqüentemente o aumento das instituições escolares, ocorreram algumas reformas no ensino e nos moldes que até aquele momento, norteavam a rotina escolar. Com o crescimento da demanda de alunos, já não era vantajoso manter a separação das turmas entre meninos e meninas. Neste contexto surgem as salas mistas: *“considerando serem motivos relevantes, nos termos da lei as dificuldades de natureza econômica, especialmente na atual internacional e ora alegada por diretores de estabelecimentos de ensino secundário.”* (JOR, 1943).

Figura 4 - Funcionamento das classes mistas no Ginásios

AVENIDA AFONSO PENA, 132 UBERLÂNDIA

Funcionamento das classes mistas nos Ginásios

O ministro Gustavo Capanema, em portaria ministerial que tomou o numero 222, deu solução ao pedido formulado por diretores de estabelecimentos de ensino secundario, relativamente à separação das classes femininas. Essa portaria é do teor seguinte :

«O ministro de Estado de Educação e Saude, considerando que, nos termos do artigo 25, numero 2, da lei organica do ensino secundario, o preceito que determina separação das classes femininas, poderá deixar de vigorar por motivo relevante ;

considerando serem motivos relevantes, nos termos da lei as dificuldades de natureza economica, especialmente na actual situação internacional e ora alegada por diretores de estabelecimentos de ensino secundario; resolve permitir que deixe de vigorar o preceito do artigo 25 numero 2, da lei organica do ensino secundario, até que, a juizo do Ministerio da Educação, não mais devam prevalecer as razões de caracter relevante que ora fundamentam a permissão.»

As razões a que alude a portaria acima são as constantes do memorial entregue ao ministro Gustavo Capanema, no dia 25 de março pelos representantes do Sindicato Nacional dos estabelecimentos de ensino secundario e primario, também assinado por diversos diretores de collegios filiados a esse orgão da classe.

CONFECCÕES COM TODO ESMERO NA

A Moda Artística

Av. Afonso Penna, 21

Preços de bananas

—Em virtude de volume de bananas frescas importadas pelos Estados Unidos das arcas produtoras da America Central ter sido reduzida de 80% devido ás dificuldades de transporte, e tendo em vista a possibilidade de abandono de algumas das

Gazogeni

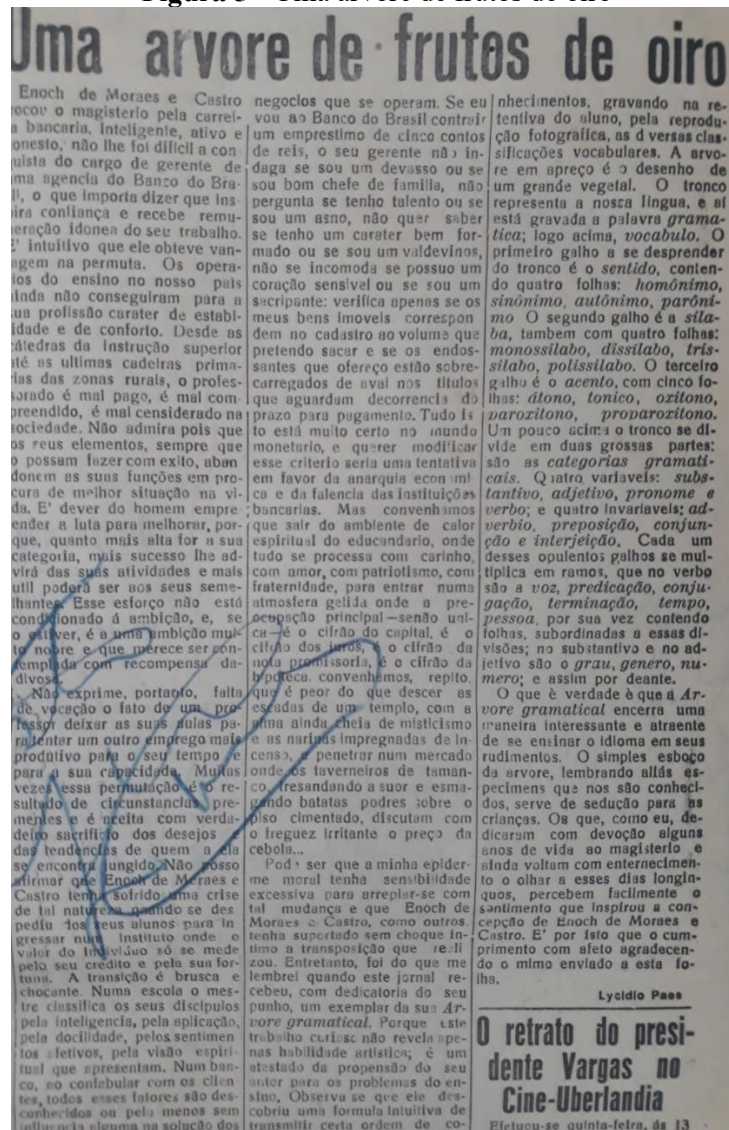
Veiculos e motores

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 03 de abril de 1943. Ano 10, nº571. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Como apresentado no capítulo anterior, considerando a análise de Villela (2007, p. 120) o artigo a seguir (Figura 05), apresenta uma das principais causas para o aumento significativo de mulheres exercendo a docência, “contrariando a vertente interpretativa que enxerga a entrada da mulher no magistério como concessão dos homens que abandonariam a carreira em busca de outras mais bem remuneradas”; especialmente nos anos de 1920 e 1930:

“Os operarios do ensino do nosso país ainda não conseguiram para sua profissão caracter de estabilidade e de conforto. Desde as cátedras da instrução superior até as ultimas cadeiras primarias das zonas rurais, o professorado é mal pago, é mal compreendido, é mal considerado na sociedade. Não admira pois que os seus elementos, sempre que o possam fazer com exito, abandonem as suas funções em procura de melhor situação na vida” (JOR, 1941).

Figura 5 - Uma árvore de frutos de ouro



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 30 de abril de 1941. Ano 08, nº379. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Conforme já apresentado nesta pesquisa, o processo de feminização do magistério tem diferentes contornos, tais como a evasão masculina das cadeiras de ensino. Segundo Freire (2011, p. 249):

No entanto, no início do século XX, alguns segmentos da sociedade reclamavam a ampliação de vagas nas escolas normais, a fim de atender a vontade de aprender das moças que, em grande número, prestavam concurso de admissão a essas escolas. À época, a procura das mulheres pela escola normal era crescente, enquanto entre os homens a demanda decrescia e, em consequência, a redução no número de professores formados deixava as salas de aula masculinas ameaçadas de ficar sem docentes.

Na sequência dois artigos relacionados à figura da mulher no exercício da docência, ressaltando seus atributos intelectuais e morais. No primeiro, uma nota que remete a Professora

Antonieta que esteve ligeiramente nesta cidade, a serviço do seu grupo escolar de que é diretora, em Tupaciguara. A nota destaca o prestígio da visita desta professora a cidade de Uberlândia – MG, bem como sua contribuição para a educação, um exemplo de dedicação ao ofício de ensinar.

Figura 6 - Professora Antonieta Silva – Normalista e Diretora

Professora Antonieta Silva

ISO DE CREDORES

primeira devidamente selada, ambas por mim assinadas, para serem publicadas no "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, e num dos jornais da cidade de Uberlândia.

Centralina, 28 de fevereiro de 1955.

José dos Santos Melo.

Reconheço verdadeira a firma e letras supras de José dos Santos Melo e dou fé.

Centralina, 28 de Fevereiro de 1955.

Em test. **J. Carmo Curado,** da verdade.

Joaquim do Carmo Curado
— Escrivão de Paz e Notas.

Esteve ligeiramente nesta cidade, a serviço do seu grupo escolar de que é diretora, em Tupaciguara, a dedicada e inteligente professora Antonieta Silva.

Normalista, diplomada também pela antiga Escola de Aperfeiçoamento, a gentil educadora tem-se revelado cônica dos seus deveres. Por isso mesmo acaba de ser convidada pela ilustre e renomada pedagoga Helena Antipoff para funcionar, em comissão, no curso especializado da Fazenda Estadual de Rosário, próximo da Capital.

Nós nos congratulamos com a distinta professora pela deferência que lhe acaba de

DATILO'G

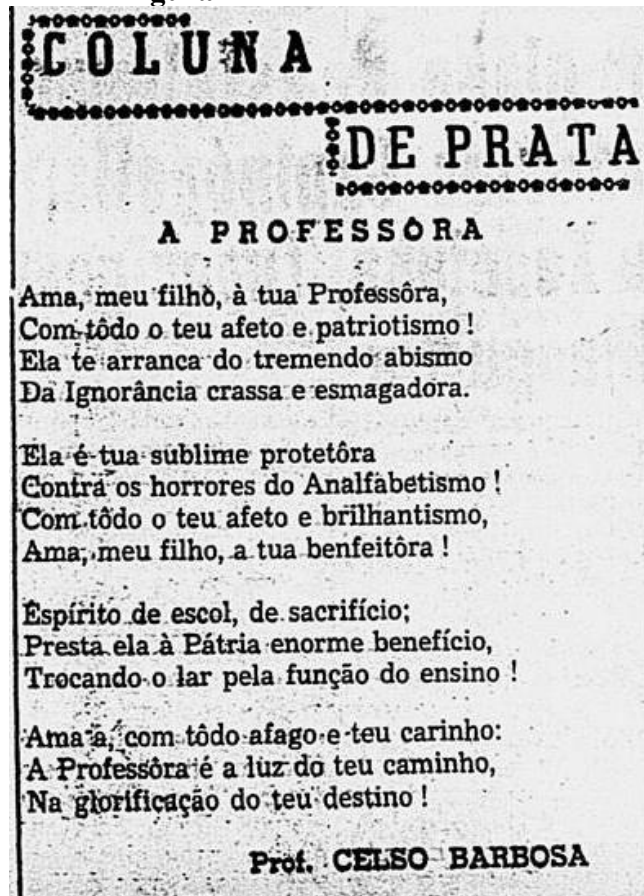
OS LABORATO'RIO A. PRECISAM DE RIA QUE POSSUA DE SERVIÇOS GER RIO E QUE SEJA I FA. E' FAVOR NAC QUEM NÃO POSSU TOS. — TRATA COMER

ser dispensada, desejando-lhe felicidades e bem estar na função nova que irá brevemente exercer.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 08 de março de 1955. Ano 22, nº2213. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

No segundo artigo, uma poesia em destaque na *Coluna de Prata* do jornal – O Repórter, que evidencia os atributos morais evidenciando a importância da Professora para a sociedade. Versos que enaltecem de modo romântico, o trabalho e dedicação da professora: *Ama, meu filho, à tua Professora, com todo teu afeto e patriotismo! Ela te arranca do tremendo abismo da ignorância crassa e esmagadora.*

Figura 7 - Poesia – A Professora



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 28 de abril de 1961. Ano 28, nº3716. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Estas representações das professoras, em muito se justificam pelo processo de feminização do magistério. As mulheres entre os anos de 1930 e 1960, conforme apresentado anteriormente, ocupavam de forma crescente as cadeiras da docência. Na sequência, imagens retiradas do jornal *O Repórter*, que apresenta de seu ponto de vista, um pouco do cenário educacional da cidade de Uberlândia-MG, nos anos de 1930. Importante verificar a perspectiva do jornal sobre os aspectos que envolviam a educação escolar, desde o quantitativo de alunos e professores, até a divulgação de convites e notas sobre a formatura de normalistas, destacando também os atributos intelectuais, físicos e morais das professoras.

Figura 8 - Situação numérica da vida escolar de Uberlândia em agosto de 1939

O REPORTER

Situação numérica da vida escolar de Uberlândia em agosto de 1939

O prof. Eurico Silva, lente do Gymnasio Mineiro local, fez interessante palestra no Rotary Club, em sua semanal do dia 4 do corrente, versando sobre a instrução pública em Uberlândia, focalizando sob diversos aspectos a nossa vida escolar, fazendo comparações entre Brasil, Minas Geraes e o nosso município, no sector do ensino publico, apresentando resultados que dizem com eloquencia o alto logar que occupamos nesse sentido.

Damos publicidade linhas abaixo, a um quadro da situação numerica da vida escolar em Uberlândia, lido pelo prof. Eurico Silva por ocasião de sua palestra.

Estabelecimento	Sexo msc.	Sexo fem.	Tot.	Profs.
Escolas Municipaes	659	600	1.259	36
Grupo E. Dr. Duarte	261	362	623	31
Grupo E. B. Brandão	228	259	487	23
Collegio N. S. Lagrimas	37	328	365	26
Lyceu de Uberlândia	246	65	311	14
Inst. Brasil Central	130	167	297	16
Gymnasio Mineiro	135	24	159	14
Externato Rio Branco	76	61	137	4
Externato Dr. Duarte	69	46	115	3
E. Est. Martinopolis	40	60	100	2
Ext. Santa Luzia	72	25	97	3
Escola Ruy Barbosa	48	32	80	2
Ext. N. S. Aparecida	34	26	60	3
Escola Uberlândia	24	36	60	2
Ext. Sta. Maria	30	16	46	2
Escola Remington	30	16	46	2
Escola N. S. Carmo	12	22	34	1
Ext. Sta. Ignez	18	10	28	2
Ext. Sta. Clara	16	11	27	1
Ext. N. S. Lourdes	7	8	15	1
	2.172	2.174	4.346	188

Situação comparativa Brasil

50.000.000 habs.—1.829.024 alumnos—84.729 professores
 1 professor para 590 habitantes
 21 alumnos para um professor
 0,16 % de professores sobre a população global
 3,6 % frequentam escolas

Minas Geraes

8.000.000 de habitantes — 290.039 alumnos — 14.366 professores
 1 professor para 556 habitantes
 20 alumnos para um professor
 0,17 % de professores sobre a população global
 3,6 % frequentam escolas

UBERLÂNDIA — Agosto de 1939

30.000 habitantes — 4.346 alumnos — 188 professores
 1 professor para 159 habitantes
 23 alumnos para um professor
 0,62 % de professores sobre a população global
 14,4% frequentam escolas

Outras observações

Professorado do Brasil — 70 % de mulheres
 Professorado de Uberlândia — 80 % de mulheres

Despesa publica com a instrução em Uberlândia — (1.939)

Estado—306:000\$000 (12,7% da arrecadação local)	}	415:000\$000
Município—109:000\$000 (10% da renda ordinaria)		

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 13 de agosto de 1939. Ano 06, nº278. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.⁷

No artigo anterior são apresentados numa tabela os números referentes ao quantitativo de alunos e alunas (sexo: masculino/feminino) por escolas, assim como o número total de professores e professoras sem distinção por sexo. Um dado muito importante presente neste artigo, diz respeito aos quantitativos totais de habitantes, alunos e professores no Brasil, em Minas Gerais e no município de Uberlândia, no ano de 1939. De acordo com os dados expostos

⁷ Transcrição de trecho do referido artigo (sic): “O prof. Eurico Silva, lente do Gymnásio Mineiro local, fez interessante palestra no Rotary Club, em sua semanal do dia 4 do corrente, versando sobre a instrução pública em Uberlândia, focalizando sob diversos aspectos a nossa vida escolar, fazendo comparações entre Brasil, Minas Geraes e o nosso município, no sector do ensino público, apresentando resultados que dizem com eloquência o alto logar que occupamos nesse sentido”.

no artigo, no Brasil a média era calculada de 21 alunos para cada professor, considerando que havia um total de 50.000.000 de habitantes, sendo 1.829.024 alunos e 84.729 professores.

No Estado de Minas Gerais havia 8.000.000 de habitantes, 290.039 alunos para um total de 14.366 professores, gerando uma média de 20 alunos para cada professor. No que se refere ao município de Uberlândia, no mês de agosto de 1939, a cidade tinha um total de 30.000 habitantes, sendo que destes 4.346 eram alunos e 188 professores, numa média de 23 alunos para cada professor. Considerando os dados expressos neste artigo sobre o cenário da instrução escolar em Uberlândia, pode-se constatar que a feminização da docência já configurava o contexto educacional do município, visto que de acordo com os dados, o “professorado” de Uberlândia era composto por 80% de mulheres, assim como o “professorado” no Brasil 70% correspondia às mulheres.

2.2 O lugar social das Mulheres na cidade de Uberlândia: Imagens Jornalísticas sobre a Feminilidade – *A mulher está falhando como esteio moral do lar.*

Deste modo, considerando a discussão teórica dos conceitos até aqui, seguiremos para uma análise sobre a categoria representada em torno do ideal de mulher e as implicações destas representações no itinerário feminino tanto no espaço privado quanto no espaço público, que neste contexto se refere à mulher no exercício da docência. Assim, buscamos apresentar qual era o papel da mulher difundido pelo jornal – *O Repórter*, bem como traçar o percurso das professoras entre as décadas de 1933 a 1963, considerando a função que os jornais exerceram durante os séculos XIX e XX no Estado de Minas Gerais, especialmente na região do Triângulo Mineiro, conforme nos apresenta Inácio Filho (2002, p. 134):

Nos jornais encontramos como que “um retrato em branco e preto” da realidade mineira do período, podendo ler em suas páginas desde anúncios de compra, venda, troca de escravos e outras “mercadorias”, quanto a exposição de motivos para revoltas, revoluções e projetos políticos para o futuro da nação [...] o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Conforme já mencionado, os jornais eram importantes instrumentos sociais, visto que em suas páginas eram difundidos os modelos e padrões estabelecidos na sociedade. Especialmente entre os anos de 1930 e 1960, na cidade de Uberlândia – MG a elite figurava como principal elemento na composição da imprensa escrita da época. Entre os diversos anúncios de publicidade que atendiam a demanda comercial da cidade, também havia as notas

e artigos que faziam referências aos hábitos e costumes, ao padrão de beleza feminino, a ascensão profissional masculina em diferentes áreas, bem como a conduta da mulher no lar, de acordo com o artigo a seguir, que ressaltava a ocorrência de uma palestra dedicada as dez mães-professoras do Grupo Escolar Dr. Duarte, com o objetivo de alertá-las sobre suas atribuições para o estabelecimento da moral no lar: *Justamente, disse o Dr. Milton, porque a mulher está falhando como Esteio moral do lar no seu belo, Nobre e Santo de verde mãe e esposa* (JOR, 1960).

Figura 9 - A mulher está falhando como esteio moral do lar

A mulher está falhando como esteio moral do lar

O Grupo Escolar Dr. Duarte prestou, em dias passados, uma homenagem às suas mães-professoras, em número de dez. Estavam presentes o dr. Milton Grandinetti (M.M. Juiz de nossa comarca), Padre Mário Florestan (diretor do Ginásio Cristo Rei), industrial Primo Crosara (presidente da Caixa Escolar daquele grupo), a delegada do Ensino Regional, Professora Elza Kremilda Abranches, diretoras Rita de Aquino e Carlota Marques do Grupo Escolar Cel. Carneiro, representantes do Colégio Nossa Senhora e mães das homenageadas, além de outras inúmeras presenças.

O que mais se destacou, quem mais recebeu aplausos, foi o dr. Grandinetti, quando, em palavras incisivas, emitiu conceitos convincentes, pondo a nu a dura realidade do presente, no setor social: "Justamente, disse o dr. Milton, porque a mulher está falhando como esteio moral do lar. No seu belo, nobre e santo 'dever de mãe e esposa'. Ao terminar, apontou soluções que poderão sanar, em parte, as falhas existentes, pedindo o concurso das mestras e educadoras.

Finalizando a sessão, foi oferecida pela diretora, às Mães professoras, uma lembrança piedosa. Veia a reunião, sem dúvida, marcar mais um passo na ascensão curricular da cidade. As professoras, Conceição Maia e Aparecida Vieira da Mota, agradeceram em nome das homenageadas a presença de tão ilustres figuras. O industrial Primo Crosara, homem cujo dinamismo se faz sentir no campo da assistência social desta região, esteve

presente, durante todo o tempo destinado àquelas atos. O Grupo Escolar Dr. Duarte, muito lhe deve em suas realizações. Foi ele o espírito animador de vários empreendimentos de relevância no próprio estabelecimento.

Em companhia do M.M. Juiz de Direito, do Revmo. Padre Mário Florestan e de outros, o senhor

Primo Crosara esteve na sala pedagógica mostrando aqueles ilustres visitantes, um farto material de ensino, onde a criança tem maiores facilidades para aprender. Ao se despedir, o padre Mário Florestan fez uma advertência às educadoras: "Ensinem o catecismo, pois é bem certo: Deus é o princípio e o fim de todas as coisas".

As professoras mães, na nossa homenagem reconhecida.

ALFAIATARIA FINOTTI
LUIS FINOTTI

O MEU, O SEU, O NOSSO ALFALATE.
Galeria do "Edifício Finotti" — Avenida Afonso Pena — Uberlândia — Minas

tem sempre um sortimento completo de brins, tropicada, linhos, tussôres, caruás, casimiras, etc.
otimamente instalado.
Afonso Pena — Uberlândia — Minas

Atividade pesqueira do país

Rio (SE) — Em consequência do aumento verificado na frota de pesca do País, no período de 1955/59 a produção de pescado apresentou um acréscimo sobre o quinquênio anterior de 255.469.283 quilos, que correspondeu ao valor de 10 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Verificou-se, entretanto, um decréscimo relativamente à pesca de atum, iniciada em julho de 1956, com nove barcos, mas ultimamente reduzida a cinco.

Naquêle ano, as pescarias de atum alcançaram um total de certa expressão, isto é, . . . 1.646.784 quilos; em . . . 1957, o total foi de seis milhões de quilos, subindo para oito milhões e 666 mil em 1958. Mas em consequência do desfalecimento da frota, até outubro de 1959, a captura de atum totalizou apenas 2 milhões e 287 mil e 35 quilogramas.

Lagosta e baleia

Em compensação, uma promissora fonte de divisas vem surgindo com a exportação de lagosta. O volume total exportado em 1953 até outubro de 1959, atingiu a 1.359.394 quilogramas. Os Estados Unidos compraram quase a totalidade da lagosta brasileira, ficando o restante com a Bélgica, Uruguai, Holanda e Itália.

Por sua vez, a caça da baleia vem assumindo grande importância econômica e industrial, suprindo a indústria nacional de couros do óleo necessário ao trabalho dos seus cortumes.

A produção deste ano deverá atingir a 500 baleias, tendo sido adquiridos dois baleeiros no Japão para a captura desse cetáceo, que será industrializado na base de Costinha, em frente ao Porto de Cabedelo, na Paraíba.

Pravda confirma luta interna na URSS

O "Pravda" acaba de confirmar a existência de uma luta surda entre os dirigentes comunistas mundiais. O artigo que publicou, o jornal atacou os elementos "extremistas" do comunismo mundial. Pelo teor da publicação tudo indica que Kruschew saiu vitorioso nesta fase da luta travada nas altas esferas comunistas, obrigando os demais dirigentes soviéticos a apoiar sua política de coexistência pacífica com o Ocidente. Percebe-se Kruschew que a instabilidade do grupo "extremista" de pôr fim à coexistência pacífica, estendendo os Estados Unidos e as demais potências ocidentais dispostas a uma firme resistência às ameaças soviéticas, poderia criar um clima perigoso na própria URSS.

Capital para fáb

B. HTE (SE) — Um grande passo acaba de ser dado com vistas à instalação da fábrica de tratores em Minas. Esteve recentemente na capital mineira, o sr. Max Heintz, diretor da Deutz do Brasil, que veio para importantes contatos com o grupo constituído em Minas para estudo da importante questão. Dois encontros foram realizados em S. Paulo, como estava previsto, sendo a proposição submetida à Deutz da Alemanha.

Por outro lado, revela-se que algumas grandes empresas de Minas — dentre elas a Usiminas e a Camig — participarão com grande contribuição de capital para a instalação da fábrica de tratores Deutz em nosso Estado.

Por os planos apressados

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 27 de junho de 1960. Ano 27, nº3513. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

A imprensa escrita tinha papel fundamental na determinação dos moldes da sociedade da época, os jornais ao longo dos anos, desempenharam muito mais do que a função informativa, mas a capacidade de interferir e configurar os padrões comportamentais, considerando que os jornais eram o principal meio de comunicação com a população até a

década de 1960, perdendo apenas para o rádio que rompia com a barreira do analfabetismo.

Neste sentido Dângelo (2008, p. 343) destaca:

O rádio, segundo estas impressões, passa a fazer parte da intensa movimentação de uma cidade identificada pelo desejo de progresso, com lazeres e entretenimentos vinculados à sofisticação da elite, que se vestia divertia conforme os padrões dos grandes centros.

Contudo o jornal influenciava condutas e comportamentos da *elite letrada uberlandense*, em suas páginas eram ressaltados os atributos femininos, seja no ambiente doméstico ou no exercício da vida pública, através da docência.

Em 1953, a coluna “*Especial para Mulher*” ocupou importante espaço no jornal – *O Repórter*. Na referida coluna eram apresentadas receitas culinárias, manuais de conduta feminina, dicas de moda internacional, educação financeira e afins. A coluna – *Especial para a mulher*, tinha importante destaque pois ocupava a página 02 nas edições do jornal – *O Repórter* no ano de 1953.

Figura 10 - Coluna – Especial para a mulher

Especial para a mulher

Grande Estádio Da Globe Press
Nova York — Acumule as vezes, que as crianças preferem do pão e de outros alimentos nutritivos. Quando não acabarem, o restante do pão mais apertado, embale em papel muito fino.

As receitas abaixo, fornecidas pelo Instituto de Economia Doméstica da General Electric Company, ajudarão a resolver o problema.

PAO COM SEMEANTE DE CENOURAS

1/4 de colher das de chá de sal;
Uma pitada de fermento;
1/2 colher das de chá de semente de cenoura;
1/2 xícara de manteiga;
1 pão.
Misture-se o fermento com a manteiga. Tire-se a casca do pão e corte-se o pão longitudinalmente e até cerca de metade de sua espessura e, em seguida, corte-se o mesmo. Intermitentemente, com intervalos de duas polegadas. Espalhe-se a mistura de manteiga e tempero em cima do pão e dentro das curvas feitas.

Coloque-se numa forma de assar e aqueça-se no forno, não muito quente, durante vinte minutos. Serve-se quente.

BISCOITOS DE TAMARA E QUEIJO

Uma colher de chá de açúcar;
1/4 de xícara de leite;
1/4 de xícara de manteiga;
2 xícaras de farinha de trigo;
2 colheres das de sopa de açúcar;
2 colheres das de chá de fermento;
1/2 colher das de chá de sal;
1/4 de xícara de queijo ralado;
1/4 de xícara de tâmara picada.

Coloque-se o leite e a manteiga numa tigela, juntamente com um pouco de açúcar. Misture-se a farinha e o fermento e o sal. Em seguida, o queijo e as tâmaras.

Misture-se tudo com bastante cuidado. Forme 25 biscoitos. Coloque-os numa forma e leve-os ao forno, durante 20 ou 25 minutos.

BISCOITOS "FISSA"

2 colheres das de chá de fermento;
1/2 colher das de chá de sal;
1/4 de xícara de queijo ralado;
1/2 xícara de queijo ralado;
2 colheres das de sopa de manteiga.

3/4 de xícara de leite.
Misture-se a farinha de trigo com o fermento e o sal e a manteiga com o queijo ralado e o leite e o fermento e o sal. Misture-se tudo com bastante cuidado. Forme 25 biscoitos. Coloque-os numa forma e leve-os ao forno, durante 20 ou 25 minutos.

FUNERARIA do ANGELO

Carros fúnebres para todas as classes
Cortês e velas de cera
Escorregão de Viagens e transportes fúnebres para qualquer cidade
ENCARREGA-SE DE TRANSLADAÇÕES

Rua Central, 208 — UBERLÂNDIA — MINAS

Duas vezes a volta ao mundo... a pé!

Toda a imprensa comemora o caso de um humilde funcionário dos Correios que anda, diariamente, dezessete quilômetros, no desempenho das suas funções. Semando-se o esforço despendido por esse postalista durante os anos em que vem percorrendo sua profissão, chega-se à conclusão de que, se esse caminhar sempre em linha reta, já teria dado a volta ao mundo, a pé, pelo menos duas vezes! Também em inúmeras outras profissões, o desgasto físico acumulado atinge cifras verdadeiramente impressionantes. E as energias assim desperdiçadas poderiam ser recuperadas periodicamente, para que o indivíduo possa se manter trabalhando em perfeita condição de saúde. É isso que o Sistema de Fisiologia Rakay com Vitamina B1, cálcio e fósforo dá excelentes resultados, equilibrando o sistema nervoso e fortalecendo os músculos de quantos precisam sustentar o índice de resistência a fim de suportar o tratamento sadiaque que a vida moderna exige.

MARMORARIA BRASILEIRA
BENEDITO LUCIO
Capitão de Tamoios, Alameda, 208 — Sagitório e gravos
Marmore — Granito para construções — Marmoraria
Capelas e obras em geral.
RUA XV DE SETEMBRO, 419 — UBERLÂNDIA — MINAS

Cancelamento do registro civil do sr. Wainer

Rua 25 (SE) — Foi distribuída ontem à primeira Vara de Família, a ação de cancelamento de registro civil proposta pelo curador Otávio Francisco do Monte, contra o curador Samuel Wainer, O. curador, depois de examinado o processo da legítima em curso na Polícia, foi classificado pela maioria do júri de registro do ex-diretor "Ulisses Horta", baseado no artigo 2.º da lei n.º 978.

Fonte: Jornal *O Repórter*, 26 de setembro de 1953. Ano 20, nº 1871. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

As receitas abaixo, fornecidas pelo Instituto de Economia Doméstica da General Electric Company, ajudarão a resolver o problema (JOR, 1953); tais temáticas relacionadas a mulher no exercício de suas atribuições domésticas, apresentavam uma forma adequada de manutenção da ordem patriarcal, visto que neste período as mulheres já ocupavam diferentes espaços sociais. No que diz respeito ao processo de feminização do magistério, neste momento as professoras já manifestavam seus interesses e reivindicações trabalhistas, mesmo não havendo uma organização amparada pelo sindicalismo ainda embrionário.

Durante levantamento inicial no acervo do Arquivo Municipal de Uberlândia foi possível verificar em partes, a legibilidade de seu conteúdo apesar do desgaste temporal. O que se pode observar através de uma primeira análise do conteúdo do jornal, é que ele nos oferece informações que vão desde questões nacionais, movimentação política e econômica, que perpassaram pelo Estado de Minas Gerais, fornecendo importantes lições sobre questões de

natureza variada daquele período. Eram veiculadas notícias e notas referentes à movimentação social, pessoas de prestígio e ocupantes de um favorável “lugar social” com bastante destaque, onde são ressaltados, segundo sua própria visão, os seus feitos em prol da sociedade uberlandense em meados do século XX.⁸

A figura que segue é uma boa demonstração de como os jornais eram espaços exclusivistas e que geravam grande prestígio social a quem frequentava suas páginas. No campo educacional, um dos momentos mais expressivos que ganhavam destaque nos jornais locais eram as cerimônias de formaturas, quando as mulheres aos poucos ganhavam papel de destaque, vejamos:

Figura 11 - Formaturas – 1939

CONVITES E FESTAS

Collegio N. S. das Lagrimas

Este Collegio festejará nos dias 1, 2, 3 e 4 de dezembro, o encerramento do seu anno lectivo.

Realizar-se-á a Festa Azul, recebendo diplomas as seguintes alumnas: — Professorandas do 2.º grão: Aspasia Loureiro e Silva, Clarice Aparecida da Costa Pereira, Maria Alice de Castro Bernardes, Maria Guilhermina Guimarães e Olga da Cunha Marra.—Normalistandas: — Alice Attie, Almira Chaves, Doris Villela de Andrade, Ilice Lemes Gontijo, Izete Dantas Fonseca, Juliana B. Almeida Souza, Maria Amelia Rodrigues da Cunha, Maria Aparecida Ribeiro, Maria Axiliadora Lomanaco, Maria Carmem da Cunha, Maria de Lourdes Alves, Maria Jacyntha C. Braga, Marites Ottoni Astantes, Nadir Chaves, Nise Chaves, Siria Alves, Therezinha Matos.

Todos os actos terão a presença de D. Francisco de Campos Barreto, virtuoso bispo de Campinas, que aqui chegará no dia 1 de dezembro.

Collegio S. C. de Jesus, de Araguay

Da talentosa Normalistanda Salime Bufaçal, recebemos gentil convite para as festas que se realizam no Collegio Sagrado Coração de Jesus em Araguay, no dia 4 de dezembro.

Serão diplomadas as seguintes professorandas: — Amelia R. da Cunha, Annecy Duarte, Aurelina Bittencourt, Anna Assis, Ambrosina Ferreira, Geny Abdala, Genoveva Thomé, Ignez Franco Macedo, Josephina Santos, Luiza Pereira, Lybia Vieira, Latife Kehdi, Lourdes Barbosa, Maria Ribeiro, Maria Augusta Andrade, Maria Alice Macedo, Maria Helena Rocha, M. Ordalia Carneiro, M. Ferreira Alves, Mathilde Kamil, Nathalia Alves Ferreira, Rosa Frena, Rita Ferreira, Salime Bufaçal, Thais de Moraes e Victoria Kamil.

Será paraanympho o dr. Merolino Corrêa de Lima e oradora da turma a alumna Rosa Frena.

Academia de Commercio

A turma de guarda-livros da Academia de Commercio de Uberlândia festejará no dia 10 de dezembro o termino de seu curso.

Serão diplomados: Amrú Villela, Didier Grama, Durval Siquieroli, Dinah Dinorah Domingues, Evangelina Fernandes de Moraes, Fabio de Araujo, Geraldo Gouveia Franco, Graciema Ferreira dos Santos, Ionio Rodrigues Serralha, Inaudy Henriqueta de Avila, Ivone Machado Bernardes, Jefferson Rodrigues, Joel Silva, Jeronymo José Alves, José Gomes Fonseca, Lazaro Lizardo Domingues, Lourdes Saraiva, Lydia Naghettini, Maria Amelia da Cunha Faria, Napoleão Carneiro, Olympia das Dores Segadães, Zelia Pacheco, Alarico Villela.

As solemnidades constarão de sessão presidida pelo Prefeito Municipal, em que falarão a oradora da turma senhorita Graciema Fer-

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 13 de agosto de 1939. Ano 06, nº278. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.⁹

⁸ Análise realizada pela autora diante da materialidade do Jornal *O Repórter*, considerando os números que se encontram no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, muito deles em condições precárias, devido ao tempo e maneira pela qual foram armazenados durante as décadas; destacando aqui a quantidade expressiva de jornais que se encontram em processo de restauro.

⁹ No mês de novembro, conforme encerramento do ano letivo, o Jornal *O Repórter* divulgava em suas edições convites para formaturas das principais escolas de Uberlândia e da região do Triângulo Mineiro.

Nesta matéria, no convite de formatura dos Colégios Confessionais – N. S. das Lágrimas e S. C. de Jesus, de Araguay, há evidências pelo nome das normalistas que era um ambiente escolar frequentado somente por mulheres, enquanto com o convite da Academia de Commercio nota-se a presença de homens e mulheres, evidenciando o caráter de uma escola mista. Conforme destaca Vilella (2007, p. 121), “O provimento das cadeiras vagas das escolas femininas ficou a cargo das instituições religiosas ou particulares leigas”.

A figura da normalista era muito simbólica, no que diz respeito ao comportamento feminino, representavam a pureza, a dedicação da mulher para um “bem maior”, seja ele os cuidados com marido e filhos, ou a educação das crianças no ambiente escolar. Neste sentido, no artigo a seguir, é apresentado um texto, onde são destacados os atributos da mulher e do homem. A mulher é considerada como ser divino dotada de amor, sonhos, bem distante da razão e inteligência. Em contrapartida, o homem é retratado como a voz da razão, aquele que convence pela inteligência, sinônimo de força e persuasão.

Figura 12 - O homem e a mulher

O homem e a mulher

O homem é a mais elevada das criaturas. A mulher o mais sublime dos ideais.

Deus fez para o homem um trono, para a mulher um altar.

O homem é o cérebro; a mulher o coração. O cérebro fabrica a luz; o coração fabrica o amor. A luz tecunda; o amor ressuscita.

O homem é gênio; a mulher é anjo. O gênio é incensurável; o anjo é indefinível. Contempla-se o infinito; admira-se o inefável.

A aspiração do homem é a suprema glória. A aspiração da mulher é a virtude extrema! A glória faz o grande; a virtude faz o divino.

O homem tem a supremacia. A mulher a preferência. A supremacia significa força; a preferência apresenta o direito.

O homem é forte pela razão. A mulher é invencível pelas lágrimas. A razão convence, as lágrimas comovem. O homem é capaz de todos os heroísmos. A mulher, de todos os martírios. O heroísmo enobrece, o martírio sublima.

O homem é um código. A mulher um evangelho. O código corrige, o evangelho espelha.

O homem é um templo. A mulher é o sacro. Ante o templo nos descobrimos, ante o sacro nos ajoelhamos.

O homem pensa, a mulher sonha. Pensar é ter no crânio uma luz; sonhar é ter na fronte uma aureola.

O homem é um oceano. A mulher é o lago. O oceano tem a perla que adorna. O lago, a rosa que deslumbrava.

O homem é a agulha que costura. A mulher, o rouxinol que canta. Voar é dominar o espaço; cantar é conquistar a alma.

O homem tem um laral; a mulher tem um coração.

Antonio Alves Pereira Junior, proprietário da Tinturaria Continental, avisa no seus distintos amigos e frequentes, que tendo se retirado de sua casa os senhores Lezaro Garcia e José dos Santos, não se responsabiliza por qualquer serviço entregue aos mesmos.

Uberlândia, 22 de Setembro de 1947.

Victor Wago.

PO' VETERINARIO

PREMIADA COM MEDALHA DE OURO

Fabricante: Octavio Pinto de Oliveira

NÃO É VENENOSO - USO INTERNO E EXTERNO

Único remédio infalível nas doenças das criaturas. Cura radicalmente qualquer animal doente em poucos dias. Cura peste aliana, batidela, trêmulo, agouamento, colicas, diarréias, e caroco nos bezerros e todas as pezas nas aves em geral. É um poderoso preventivo.

MODO DE USAR:

Para animais de grande porte como - boi, burro, etc. 4 a 8 colheres das de sopa no leite ou no mel todos os dias até completa cura.

Para animais médios como - carneiros, bezerros, porcos, etc. 2 colheres das de sopa.

Para animais pequenos como - leitões, galinhas, patos, etc. uma colher das de chá - Como preventivo, esta dose de 3 em 3 dias.

Deita-se na hora da criação um pouco de água em cima para facilitar a deglutição. Dois pacotes de Pó em um saco de sal dão para 100 vacas. - ARAGUARI

Anuncie neste jornal

Senhores proprietarios

V. S. precisando forrar sua casa de residencia, fazer beirais de predios, procure **Construtora Industrial Brasil**, que lhe dará orçamento sem compromisso tanto para forros comuns de ARGILOTETO, como para forros com o novo processo de fazer antes do telhado, LAGE TECTO. - Preço por metro quadrado desde cr. \$ 38,00 com a garantia e solidez. Tel. 1107 - Rua Santos Dumont 400.

Construtora Industrial Brasil

LAGE DE CONCRETO

Eng. Civil Dr. Mildo Rugani
Construtor Sylvio Rugani

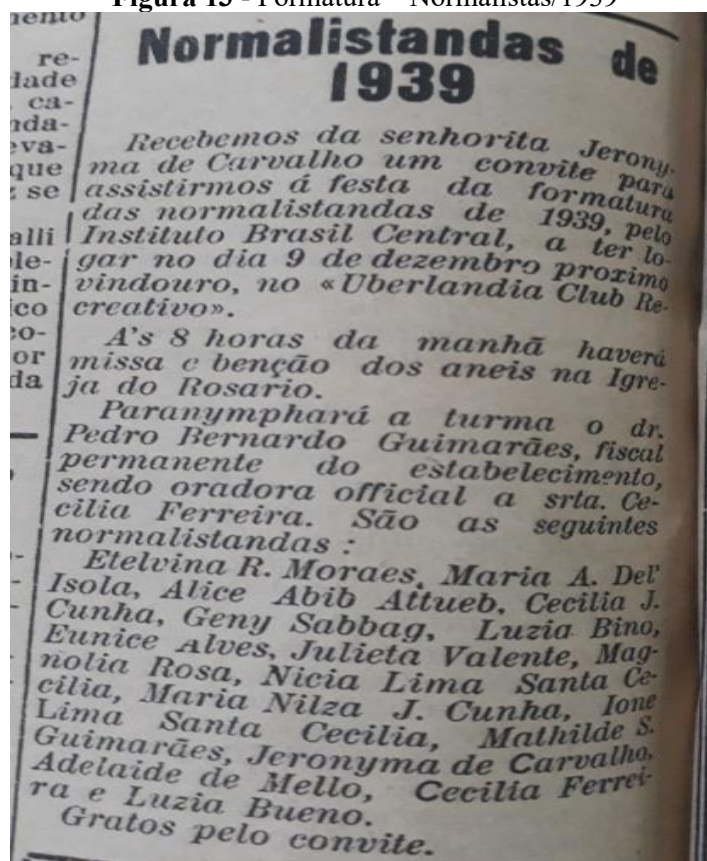
UBERLANDIA EST. DE MINAS

Fonte: Jornal *O Repórter*, 20 de outubro de 1947. Ano 14, nº 1050. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Segue um trecho que nos remete ao capítulo anterior, no que se refere aos estudos feministas e debate de gênero, quando destacamos a condição da mulher numa sociedade

machista. As determinações e atribuições sociais definidas pelo sexo biológico: *O homem é o cérebro, a mulher o coração. O cérebro fabrica a luz; o coração fábrica o amor. A luz fecunda; o amor ressuscita. O homem é gênio: a mulher é anjo.*

Figura 13 - Formatura – Normalistas/1939



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 19 de novembro de 1939. Ano 06, nº292. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Convite para a formatura das Normalistas do Instituto Brasil Central no dia 09 de dezembro de 1939. Na maioria das vezes os convites destacavam os nomes das normalistandas, bem como o nome do paraninfo, neste caso Dr. Pedro Bernardes Guimarães, fiscal do estabelecimento. Apesar do grande número de mulheres normalistas e professoras, nestas ocasiões a celebração em grande parte era conduzida por uma figura masculina. Neste contexto os homens ainda ocupavam as posições de poder e destaque nas escolas.

Segundo Gonçalves Neto (2002, p. 206), considerando a função do jornal:

O jornal torna-se, portanto, um veículo de divulgação rápida de notícias, de ideias, de programas etc. E a insistência continuada em determinadas temáticas acaba por criar a adesão ao que é proposto. Sem contar a autoridade que toma a notícia escrita, especialmente numa sociedade pouco letrada, ainda mais se vier assinada ou respaldada por alguma “autoridade” portadora de título acadêmico ou de reconhecimento social, como políticos de expressão, professores ou advogados. O jornal torna-se, dessa forma, um elemento

fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura.

Figura 14 - Diretora do Grupo Escolar - Diogo Vasconcellos/BH



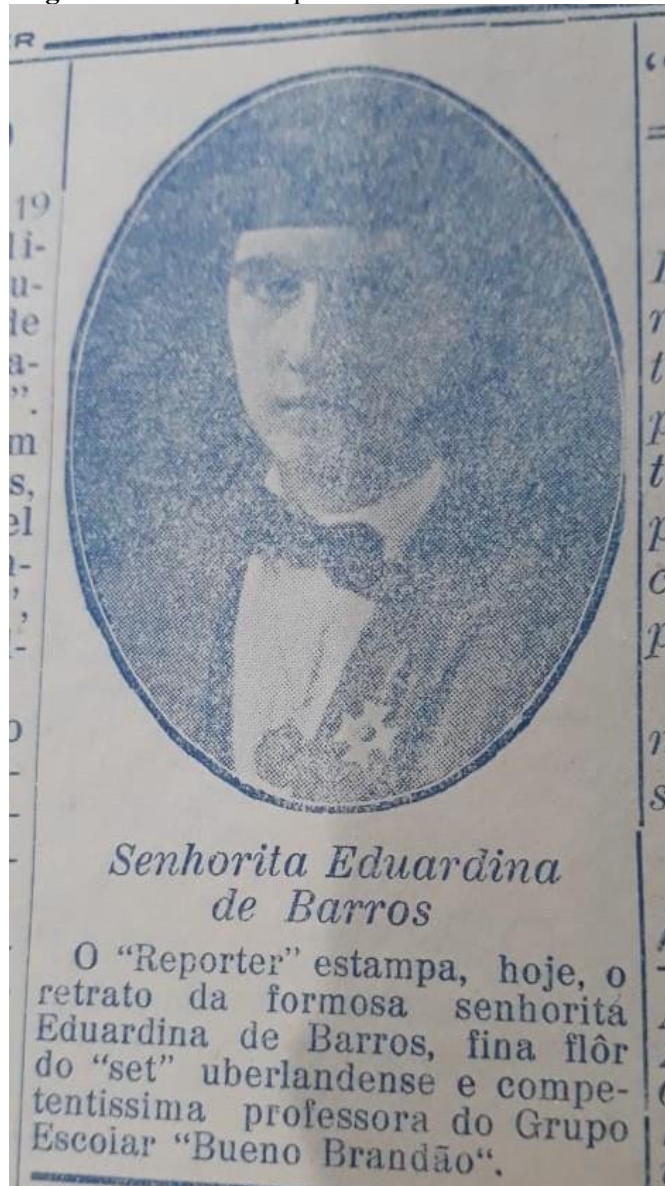
Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 07 de janeiro de 1934. Ano 01, nº11. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Neste registro, consta o retrato de Alice Paes e uma nota que destacava a figura feminina em posição de poder no ambiente escolar, no cargo de diretora do Grupo Escolar Diogo Vasconcellos em Belo Horizonte/MG. Os atributos intelectuais da diretora eram ressaltados, assim como o grau de parentesco com Azenor Paes, exposto como sendo o diretor do jornal – *A Tribuna* na cidade de Uberlândia.

A figura da mulher quando retratada pelos jornais era oriunda de uma perspectiva masculina, seja a mulher no exercício de sua feminilidade e docilidade, atributos necessários para a perfeita harmonia da vida doméstica, principalmente nas famílias tradicionais da época, ou mesmo a mulher no exercício da docência, a figura da professora aliada ao modelo ideal de mestra. Considerando o jornal – *O Repórter*, a maioria de seus principais editoriais destinados às mulheres eram de autoria masculina. Era comum verificar nas páginas dos jornais a mulher sendo representada através do olhar do homem, recebendo atenção em notas e artigos devido a

sua relação/parentesco com uma figura masculina de destaque na cidade reforça “questões de gênero que dão suporte a hegemonia masculina”. (BUTLER, 2013).

Figura 15 - Retrato da professora Eduardina de Barros



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 03 de dezembro de 1933. Ano 01, nº05. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Em sequência analisando o artigo apresentado, temos a figura de outra mulher em destaque no retrato, seguido de uma nota que ressalta seus atributos físicos “formosa senhorita Eduardina de Barros, fina flor do ‘set’ uberlandense”, bem como seus atributos intelectuais “competentíssima professora do Grupo Escolar Bueno Brandão”. Sobre os uniformes Vasconcellos (2012, p. 357) nos aponta: “O uniforme que as normalistas usavam despertava orgulho e respeito. Tal garbo pode ser atribuído às dificuldades pela qual passaram antes de serem admitidas”. Outro aspecto que despertou atenção foi a vestimenta e a postura dela no

retrato, analisando a imagem foi possível identificar que os trajes, bem como a presença de uma gravata, compunham o uniforme das professoras e normalistas da época, aliados a postura séria, apesar da docilidade esperada no exercício do magistério.

Diante deste cenário, se faz necessário ressaltar que a educação pública de acordo com os ideais republicanos, se tornou concreta somente na década de 1940, em contrapartida a elite do Triângulo Mineiro, manteve como principal fonte de instrução escolar, as Escolas Confessionais, onde fica evidente a não dissociação entre Igreja e Estado, ainda nas primeiras décadas do século XX:

Convém ressaltar: nossas escolas confessionais atenderam as necessidades e os desejos de escolarização de uma elite rural predisposta a manter suas convicções religiosas, suas convicções políticas, seus privilégios e a passa-los a seus filhos. Entretanto, os objetivos das congregações de dar curso ao processo de romanização da Igreja católica no Brasil republicano, dada a separação entre Igreja e Estado, não implicou uma contradição, ao contrário, interesses da sociedade conservadora mineira e da restauração católica completaram-se plenamente (INÁCIO FILHO, 2002, p. 62).

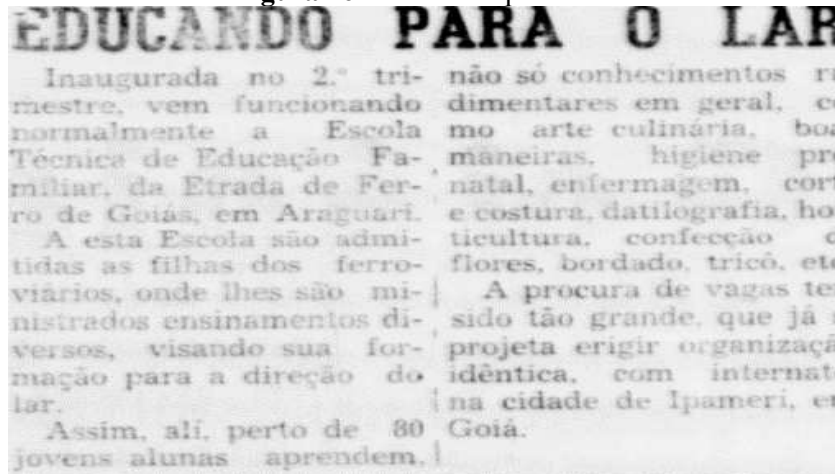
Evidentemente, que a educação feminina neste período foi norteadada por este modelo educacional, que determinava não só a instrução feminina no ambiente escolar, mas condicionava a forma que as mulheres se apresentavam socialmente, as escolas confessionais no século XX refletem todas estas atribuições, legitimaram o itinerário da mulher através da distinção de gênero. Conforme ressalta Inácio Filho (2002, p. 57):

Nos anos de 1920 a vida doméstica brasileira – a mineira em seu interior – foi sacudida pela comunicação de massas, sob as formas de transmissão radiofônica, presença massiva de jornais e revistas que tornaram pública a vida privada, expondo questões sobre as quais até então era perigoso falar.

Em contrapartida, temos representadas nas páginas do jornal – *O Repórter* a importância da manutenção da mulher no ambiente doméstico, a mulher poderia exercer funções profissionais, desde que suas responsabilidades domésticas não fossem comprometidas. A figura a seguir, apresenta uma nota que trata sobre a inauguração de uma Escola no Estado de Goiás, que tinha como intuito principal, repassar as mulheres os preceitos de uma educação doméstica:

Inaugurada no 2.º trimestre, vem funcionando normalmente a Escola Técnica de Educação Familiar, da Estrada Ferro de Goiás em Araguari. A esta Escola são admitidas as filhas dos ferroviários, onde lhes são ministrados ensinamentos diversos, visando sua formação para a direção do lar. Assim, ali perto de 80 jovens alunas aprendem não só conhecimentos rudimentares em geral, como arte culinária, boas maneiras, higiene pré-natal, enfermagem, corte e costura, datilografia, horticultura, confecção de flores, bordado, tricô etc. A procura de vagas tem sido tão grande, que já se projeta erigir organização idêntica, com internato na cidade de Ipameri, era Goiás (JOR, 10/ago./1953).

Figura 16 - Educando para o lar

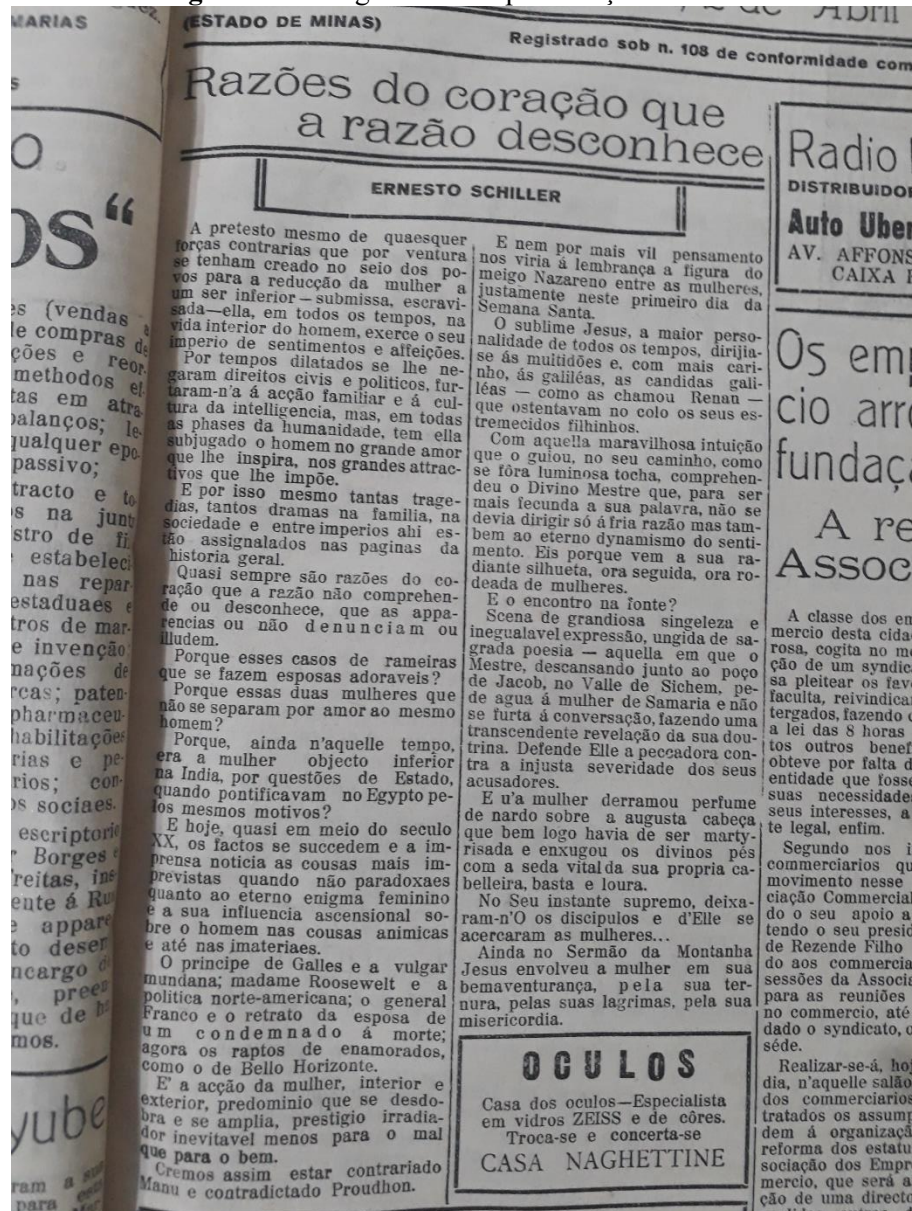


Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 10 de agosto de 1953. Ano 20, nº1834. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

O poder de dominação exercido sobre as mulheres, era legitimado para além do controle de seus pais e maridos, pela igreja através dos dogmas da religião, como a importância do casamento e a boa conduta moral da mulher, e pela medicina, por meio das teorias e estudos que determinavam que a mulher deveria “procriar”, a maternidade era posta como um privilégio feminino.

A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão somente a ideia da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. Convém notar que a valorização da *madre* como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido da sua realização e sim no de sua disciplina pensava-se que, ao contrariar sua função reprodutiva, a *madre* lançava a mulher numa cadeia de enfermidades que iam da melancolia até a ninfomania (DEL PRIORE, 1997, p. 83).

Figura 17 - Artigo sobre a representação da mulher



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 02 de abril de 1939. Ano 06, nº259. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Muito pertinente explorar os termos e definições apresentados neste artigo, que vão desde a condição imposta socialmente e culturalmente à mulher, até o que é tido como sua condição natural: *“ela, em todos os tempos, na vida interior do homem, exerce o seu império de sentimentos e afeições. Por tempos se lhe negaram direitos civis e políticos, furtaram-na a acção familiar e a cultura da intelligência, mas em todas as fases da humanidade, tem ella subjogado o homem no grande amor que lhe inspira, nos grandes atractivos que lhe impõe”*.

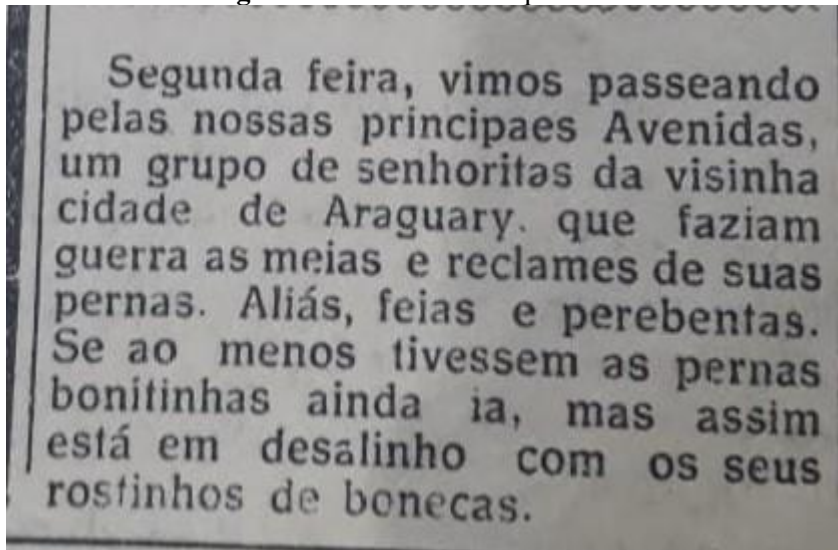
São contrastados neste texto diferentes aspectos que envolvem representação da mulher: sobrenatural dotada de sexto sentido, que enfeitiça e encanta o homem, ao mesmo tempo em que se apresenta como o guia espiritual do próprio homem – a *sagrada poesia*. De grande

relevância esta análise pois ela refletiria a visão de mulher expressada pelo jornal *O Repórter* no período em questão, traduz conceitos e percepções acerca do contexto sociocultural da época, bem como o ideal de beleza feminina.

A nota a seguir, aponta os “defeitos” físicos de moças da cidade de Araguari que estavam em passeio por Uberlândia: “*reclames de suas pernas, aliás feias e perebentas. Se ao menos tivessem pernas bonitinhas.*” O jornal desempenhava um papel de desqualificar a cidade vizinha (Araguari), reforçando a superioridade das mulheres de Uberlândia frente as mulheres de Araguari. Conforme apresentamos anteriormente o debate sobre as questões de gênero, neste ponto é possível reconhecer a objetificação do corpo feminino através da mídia:

O papel das mídias na sociedade pode ser pensado a partir do seu poder de propor definições da realidade via agendamentos e tematizações. Nestas definições da realidade, além de um trabalho de reprodução de elementos da cultura e da sociedade que a constitui e da qual participa ativamente, pode ser percebido também esse trabalho discursivo concomitante de produção e instituição de sentidos. O conjunto de discursos da mídia (revistas, jornais, televisão, rádio, cinema etc.) traz uma multiplicidade de ‘vozes’ propondo diferentes definições do que seja “certo”, “bom” ou “bonito”. Estas definições são apresentadas sutilmente, sem estardalhaço: elas apenas estão ali – ou não estão (BRAGA, 2009, p. 04).

Figura 18 - Pernas feias e perebentas



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 25 de fevereiro de 1934. Ano 01, nº18. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Os jornais traziam em suas páginas a configuração da sociedade, anseios políticos, movimentação econômica etc. Era de fato o retrato seletivo do cotidiano, a principal fonte de informação.

Vê-se, assim que a utilização da imprensa, como objeto de análise, em muito enriquece a observação histórica, principalmente no que concerne à educação: normalmente a imprensa é utilizada apenas como um recurso complementar,

porém nos últimos anos vem contribuindo sobremaneira para novos estudos ligados ao campo educacional. Nesta perspectiva, entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “*corpus* documental” de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social (ARAÚJO; GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2002, p. 72).

Para tanto se faz necessário considerar a história cultural e suas representações coletivas recorrendo a Chartier (2002). Para ele, através das representações determinadas comunidades interpretam suas realidades, conforme seus interesses. Deste modo as representações são estabelecidas através da relação entre a ideia e um determinado objeto, e são constituídas para atender aos interesses e intenções dos grupos que as criaram. Temos nos jornais uma evidente manifestação destes conceitos. E devemos nos atentar para o contexto histórico, os interesses e o posicionamento nos existentes nos discursos.

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como diferentes lugares e momentos um determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apropriação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 2002, p. 16).

A partir dessa perspectiva de representações, vimos que a figura da mulher durante todo o período pesquisado de 1930 aos anos iniciais da década de 1960, estava em disputa pelas reportagens do jornal apresentadas nesta seção. Na década de 1930 observamos uma representação feminina muito relacionada a docilidade e pureza, artigos e notas que evidenciavam muito mais os aspectos físicos e sociais das mulheres que compunham o *set uberlandense*. Nos anos de 1940 e 1950 o jornal nos apresenta uma crescente movimentação feminina, no que se refere a ocupação de espaços, principalmente no ambiente escolar.

Na sequência serão apresentadas as representações da professora – a representação da mulher no exercício do magistério (1933 – 1963), o modo que estas distinções e determinações de gênero se apresentam em artigos e notas do jornal *O Repórter* e como contribuíram para reforçar e atribuir conceitos socioculturais à mulher.

CAPÍTULO III – AS REPRESENTAÇÕES DA PROFESSORA FRENTE A IDEIA DE FEMINISMO NO JORNAL *O REPORTER*

No presente capítulo serão apresentadas as análises acerca da construção das representações da professora entre as décadas de 1930 e 1960 – de acordo com as fontes, artigos e notas encontradas no jornal *O Repórter*, buscando identificar a mudança na imagem da professora no contexto histórico ao longo destas três décadas. Neste capítulo buscamos verificar como as mulheres no ofício da docência eram reconhecidas, quais eram suas reivindicações, qual a representação social da professora e de que modo elas eram representadas pela imprensa durante o século XX. Considerando que por meio das publicações dos periódicos impressos tinha-se o retrato social da classe dominante do período, e para se encaixar no padrão social da época, era necessária uma boa educação (tradicional), tanto no aspecto familiar, como no ambiente escolar, onde a figura da professora teria grande relevância.

Vilella (2007) buscou observar, ao longo do século XIX, as mudanças e/ou permanências na imagem da professora nos primórdios do processo de feminização do magistério quando havia uma expressiva rejeição a mulher professora no Brasil, tendo sua imagem relacionada à “Eva” que corromperia a sociedade, logo após passa a figurar como a regeneradora social, relacionada à imagem de “Maria Salvadora” (VILELLA, 2007).

A presente pesquisa intenciona traçar através destas representações – pautadas no ideal de mulher, o entendimento à cerca do processo de feminização do magistério e as formas pelas quais a imprensa escrita difundiu, ainda que não explicitamente, que o exercício do magistério tem um caráter feminino. A representação da mulher nas páginas do jornal traduz o modelo de sociedade que se pretende estruturar neste contexto. Esta representação se estende ao nosso recorte temático que trata da mulher no exercício do magistério – as representações da professora, que serão apresentadas especificamente no decorrer deste capítulo.

3.1. *Aquela professora que bole com o coração da gente* – O imaginário veiculado sobre a figura da professora

Diante do que já foi apresentado nesta pesquisa, é importante considerar como o discurso difundido pelo jornal, repercutia sobre o imaginário da figura da professora. No capítulo anterior destacamos por meio de artigos e notas do jornal *O Repórter* entre os anos de 1930 e 1960, a imagem da mulher definida por uma sociedade elitista e machista. Moral,

conduta e atributos físicos foram ressaltados como o padrão feminino adequado, a partir de uma ótica masculina, estabelecendo definições sexistas.

No quadro que segue relacionamos os artigos, notícias e notas de maior relevância para o desenvolvimento da pesquisa no intuito de propiciar uma melhor compreensão do teor das narrativas e representações apresentadas pelo jornal *O Repórter*. Por meio dessa análise é possível reconhecer as representações da professora propaladas pelo jornal.

Quadro 5 - Relação de artigos, notas e afins do jornal *O Repórter* (1933 a 1963)

TÍTULO DO ARTIGO	ANO/DATA	NO.	CONTEXTO
<i>Srta, Eduardiana Barros</i>	Ano I – 03 de dezembro de 1933	05	“ <i>O Repórter estampa hoje o retrato do formosa senhorita Eduardina Barros, fina flor do set uberlandense e competētissima professora do Grupo Escolar Bueno Brandão.</i> ”
<i>Srta. Alice Paes</i>	Ano I – 14 de janeiro de 1934	12	Nota que destaca o prestígio da Srta. Alice Paes competente diretora do Grupo Escolar Diogo Vasconcellos na capital mineira – Belo Horizonte.
...	Ano I – 25 de fevereiro de 1934	18	Nota que aponta os “defeitos” físicos de moças da cidade de Araguari que estavam em passeio por Uberlândia.
<i>Belleza</i>	Ano I – 04 de março de 1934	19	Reportagem de capa que traz uma narrativa que exalta os atributos femininos necessários para definir a beleza da mulher.
<i>Perfil – por Baptistinha</i>	Ano I – 29 de abril de 1934	27	Baptistinha assina dedica palavras de apreço para uma mulher, descrevendo seus atributos, dentre eles: <i>que seu sorriso é puro e lindo, é um lírio de graça feito por Deus [...] que é professora e que sua educação e fidalguia de seu modo de tratar cercam-na das mais sinceras sympathias?</i>
<i>Qualquer Cousa...</i>	Ano I – 6 de maio de 1934	28	Artigo de capa abordando o Feminismo.
<i>Anniversarios</i>	Ano I – 20 de maio de 1934	30	Nota de felicitação para “ <i>a graciosa e gentil Srta. Ignez Penna, competente professora da Escola Normal e dilecta filha do sr. Abelardo M S. Penna.</i> ” A descrição apresentada reforça o ideal da professora “ <i>graciosa e gentil</i> ”.

<i>Concurso de Belleza</i>	Ano I – 03 de junho de 1934	32	Divulgação do Concurso de Beleza: “ <i>vamos escolher entre as damas da nossa sociedade, a que é mais dotada de beleza physica, emfim mais bela.</i> ”
<i>Que coisa feia!...</i>	Ano I – 03 de junho de 1934	32	Nota que critica as mulheres que se maquiam.
<i>Ensino</i>	Ano II – 18 de novembro de 1934	40	Convite para a colação de grau das professorandas de 1934 (capa).
<i>Escola Normal de Uberlândia</i>	Ano 4 – 14 de fevereiro de 1937	154	Anúncio destinado ao preenchimento das vagas.
...	Ano 4 – 21 de fevereiro de 1937	155	Nota sobre a índole de uma professora: “ <i>A Srta. Machado (aquella professora que bole com o coração da gente) [...] todo dia aparece com um novo romeu. Até quando, C.?</i> ”
<i>Escolas Normaes supprimidas</i>	Ano 5 – 30 de janeiro de 1938	202	Artigo sobre a situação das Escolas Normais na região – “ <i>O Governador do Estado baixou a 15 do corrente o decreto n°63, supprimindo as Escolas Normaes Officiaes de Diamantina, Montes Claros, Curvello, Campanha, Uberaba e Itabira. Existindo nessas cidades escolas normaes oficializadas, satisfazendo plenamente os fins a que foram destinadas, o acto do sr. Governador do Estado não vem prejudicar o ensino normal. Motivou-o a necessidade de reformal-o, assegurando essa reforma a completa formação de professor, dotando o magisterio mineiro de verdadeiros mestres. Pelo decreto n° 64 , o exmo. Sr, dr. Bendicto Valladares supprimiu os internatos dos gymnasios de Barbacena e Uberlândia, embora este ultimo não tenha internato a mezes, em virtude de anterior deliberação da Secretaria da Educação.</i> ”
<i>Collegio N. S. das Lagrimas</i>	Ano 5 – 12 de junho de 1938	229	Convite para as festividades de encerramento do ano letivo.
<i>Dirce Poli Lage</i>	Ano 5 – 12 de junho de 1938	229	Nota acompanhada de fotografia que destaca os atributos fisicos e comportamentais da normalista Dirce Poli Lage: “ <i>muito formosa nas vestes de brancura lyrical.</i> ”
<i>Razões do coração que a razão desconhece – por Ernesto Schiller</i>	Ano 6 – 02 de abril de 1939	259	Crônica sobre a condição social da mulher: “ <i>A pretesto mesmo de quaesquer forças contrarias que por ventura se tenham creado no seio dos povos para redução da mulher um ser inferior - submissa, escravizada - ella, em todos os tempos, na vida interior do homem, exerce o seu imperio de sentimentos e afeições. Por tempos</i>

			<i>dilatados se lhe negaram direitos civis e politicos, furtaram-na à acção familiar e á cultura da Intelligencia, mas, em todas as phases da humanidade, tem ella subjugado o homem no grande amor que inspira nos grandes attractivos que lhe impõe.”</i>
<i>Normalistas de 1939</i>	Ano 6 – 19 de novembro de 1939	292	Convite de formatura das Normalistas do referido ano de 1939.
<i>Uma arvore de frutos de oiro</i>	Ano 8 – 30 de abril de 1941	379	O artigo expressa problemas encontrados no exercício da docência e evasão de homens do magistério.
<i>Dona Mariquinhas – por Lycidio Paes</i>	Ano 8 – 10 de maio de 1941	382	Poesia que evidencia as características fundamentais da mulher no exercício de diferentes profissões, dentre ela o magistério: <i>“Quando é professora, ensina com discrição e decoro, numa oração pequenina os mistérios do namoro.”</i>
<i>Ele é boa...</i>	Ano 8 – 15 de outubro de 1941	427	Neste artigo – <i>Ele é boa</i> – Lycidio Paes faz referência ao cotidiano escolar na cidade de Uberlândia.
<i>Sociais - Mãe</i>	Ano 14 – 09 de abril de 1947	970	Poesia de Mario de Andrade que ressalta a importância da mulher desempenhando seu papel de mãe: <i>“Existirem mães, isso é um caso sério. Afirnam que a mãe atrapalha tudo; e fato, ela prende os erros da gente, e era bem melhor não existir mãe. Mas em todo caso quando a vida está mais dura, mais vida, ninguém como a mãe para aguentar a gente escondendo a cara entre os joelhos dela. – O que você tem? Ela bem que sabe, porém a pergunta é para disfarçar. Você mente muito. Ela faz que aceita e a desgraça vira mistério pra dois. Não vê que uma amante nem outra mulher entende a verdade que a gente conversa por trás das mentiras só mesmo uma mãe. Só mesmo essa dona que apesar de ter a cara raivosa do filho entre os seios, mascando-lhe a carne, sentindo os cheiros, permanece virgem, e o filho também...Oh virgens, perdi-vos. Pra terdes direito a essa virgindade que só as mães têm!”</i>
<i>Onde falta a moral</i>	Ano 14 – 16 de abril de 1947	972	Artigo que destaca moral como atributo importante fundamental para homens e mulheres: <i>“Parece até que a moral está fadada a desaparecer do meio dos homens. O que será, sem dúvida o acúmulo de todos os absurdos. Ser moralista, bater corajosamente por algum princípio grande, hoje em dia, parece até uma pilhéria que se conta ao estrepitar das gargalhadas, nas esquinas. O homem moderno, essencialmente superficial, procura, no acesso de loucura, a felicidade com pretextos vãos de liberdade...”</i>

<i>Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão</i>	Ano 14 – 23 de abril de 1947	974	Nota sobre uma festividade no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, destacando uma mulher ocupando o cargo de diretora escolar: “ <i>A explanação sobre a data foi feita pela professora Célia Cesar Cunha usando ainda da palavra a diretora Lourdes Carvalho, que retratou Tiradentes como Cristão.</i> ”
<i>Vitória do Feminismo</i>	Ano 14 – 21 de maio de 1947	983	Em contrapartida, conforme a nota apresentada, mulheres ocupando o cargo de direção escolar não era algo comum.
<i>O Dia das Mães</i>	Ano 15 – 25 de maio de 1948	1161	Nota da Associação Brasileira de Imprensa que homenageia a figura materna: “ <i>A Associação Brasileira de Imprensa reúne-se às organizações que, no Brasil inteiro comemoram, no próximo dia 31 de maio, o Dia das Mães, dedicado a reverenciar a figura da mulher na mais nobre das suas missões: a maternidade.</i> ”
<i>Especial para a Mulher</i>	Ano 20 – 15 de abril de 1953	1763	Durante as décadas de 1950 e 1960 o jornal <i>O Repórter</i> publicou a coluna: <i>Especial para a Mulher</i> , que tratava de temas até então relacionados ao interesse feminino, tais como: receitas, educação financeira doméstica, dicas de moda e comportamento.
<i>As Normalistas não podem casar</i>	Ano 20 – 15 de julho de 1953	1816	Nota que apresenta o seguinte: “ <i>Rio, (SE) - O professor Roberto Accioli secretário de educação apresentará ao prefeito sr. Dulcídio Cardoso o ato que vigorará a portaria proibitiva de casamento das normalistas. Segundo informa o prefeito está examinando com maior interesse possível o referido projeto.</i> ”
<i>Educando para o lar</i>	Ano 20 – 10 de agosto de 1953	1834	Esta nota trata sobre a inauguração de uma Escola que tinha como intuito principal, repassar as mulheres os preceitos de uma educação doméstica.
<i>Assembleia Nacional de Mulheres em Porto Alegre</i>	Ano 20 – 12 de outubro de 1953	1882	Neste artigo é possível perceber a movimentação feminina na cidade de Uberlândia – MG, no que diz respeito aos direitos das mulheres.
<i>O Feminismo em marcha</i>	Ano 21 – 05 de fevereiro de 1954	1960	Artigo que repercute a participação feminina em diversos setores da sociedade paulista.
<i>O deputado foi derrotado pelas professoras</i>	Ano 21 – 01 de dezembro de 1954	2156	Neste artigo é exposto a movimentação de professoras de Belo Horizonte, em prol do aumento de seus salários.

<i>Professora Antonieta Silva</i>	Ano 22 – 08 de março de 1955	2213	Nota que relata a visita da Professora Antonieta Silva, diretora do Grupo Escolar em Tupaciguara, ao município de Uberlândia – MG.
<i>Florespina de Freitas</i>	Ano 25 – 17 de abril de 1957	2706	Artigo que destaca a data comemorativa do aniversário da Professora Florespina de Freitas.
<i>Mulheres Trabalhadoras</i>	Ano 26 – 10 de março de 1958	2977	Nesta nota são apresentados dados do IBGE, relacionados ao aumento do número de trabalhadores do sexo feminino, na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950.
<i>Um símbolo de mulher</i>	Ano 26 – 22 de março de 1958	2985	Neste artigo a professora Zilma Coelho Pinto, recebe homenagem do jornal.
<i>Dona Manoelita</i>	Ano 26 – 20 de outubro de 1958	2123	Artigo que figura como homenagem póstuma a professora Manoelita Antunes da Mota, que após ficar viúva se viu desamparada financeiramente e na criação de seus filhos. Como detinha um diploma de normalista, apesar de não ter exercido a docência, devido ao fato de ter se casado muito cedo. Diante deste cenário conseguiu uma cadeira de magistério e foi nomeada professora primária no Grupo Escolar Bueno Brandão. Mulher, viúva, mãe e professora muito dedicada: <i>“Dona Manoelita continuou na luta, penso que estimada pelos que me sucederam na direção do estabelecimento. Criou os filhos com produto dos seus vencimentos, educou-os, tendo diversas filhas normalistas colocadas algumas no mesmo lugar em que ela escreveu seu drama. Vulto pequenino e arqueado faces enrugadas e cabelos brancos, às vezes me encontrava com ela não distante de sua residência, cumprimentava sempre com respeito que as suas virtudes impunham e com a afeição que conservava desde o tempo em que convivemos na mesma peleja.”</i>
<i>Salário de professora</i>	Ano 27 – 19 de outubro de 1959	3371	Ganho de causa de uma professora, na Justiça do Trabalho da cidade do Rio de Janeiro, por reajuste salarial.
<i>Eu destaco você</i>	Ano 28 – 23 de agosto de 1961	3798	Artigo que destaca a importância e atributos da professora primária.
<i>A professora</i>	Ano 29 – 12 de março de 1962	3906	Poesia de Eurico Silva, segue verso: <i>“Guieiros da infância – este é o nosso lema – educar, instruir! E é nessa ‘ância’ que todos forjamos tão belo porvir.”</i>

<i>Professora espancada em pleno cumprimento do dever</i>	Ano 29 – 30 de abril de 1962	3929	No artigo ocorre o relato de uma agressão cometida contra a professora municipal Eleusa Lôzzi Olliveira, pela mãe de um de seus alunos.
<i>Agradecimento ao Grupo Felisberto Carrejo pela homenagem a imprensa – Palavras de uma educadora</i>	Ano 30 – 26 de setembro de 1963	4168	Apresentação do discurso proferido pela professora Lêda B. Miranda: “ <i>Mais vida e crescimento destas plantas tanto quanto mais profundas suas raízes, assim também, quanto mais profunda amizade união entre professoras e nossos colaboradores tanto mais vida e crescimento deste estabelecimento em prol da criança.</i> ”

Fonte: quadro elaborado pela autora através da análise de artigos, notas e afins do jornal *O Repórter* entre as décadas de 1933 ao início de 1963, considerando as representações da professora no cenário educacional do município de Uberlândia – MG.

A apresentação destes artigos e notas contribuem para a compreensão do posicionamento do jornal *O Repórter*, principalmente no que se refere à construção das identidades, o ideal de mulher e feminilidade do período apresentado (1933 – 1963).

É neste contexto que a figura da professora é representada em notas que relacionam seus atributos estéticos e de personalidade com suas contribuições para a educação dos jovens daquela época, ou mesmo em notícias que também abordam as principais instituições escolares existentes no município de Uberlândia da qual fazem parte.

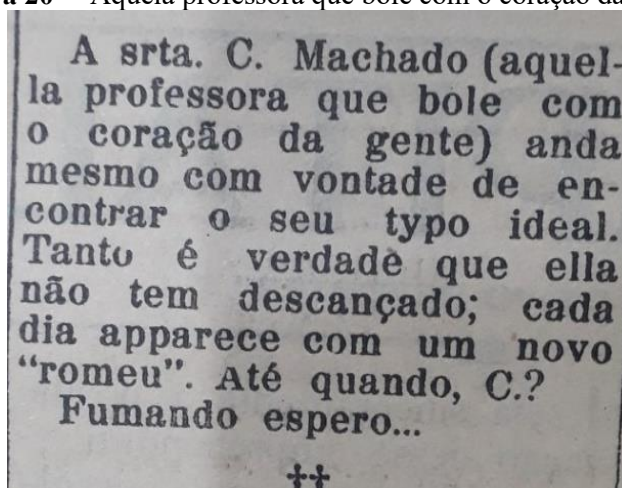
Figura 19 - Dirce Poli Lage - Normalista



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 30 de novembro de 1938. Ano 05, nº242. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Este artigo traz o retrato e a descrição que representam os modos e posturas que se esperavam de uma normalista na época mencionada: *Dirce, que do curso anexo a Escola Normal é alumna inteligente e aplicada – afetuosa e boazinha*. Conforme aponta Vilella (2007, p. 119) “ao substituir a mãe, esperava-se que a preceptora assumisse uma conduta materna, ou seja, assexuada, respeitável, pura”. O que se evidencia através da vestimenta branca da normalista, ajoelhada sobre um altar, demonstrando a religiosidade e quase a “santidade” que a figura da normalista deveria transmitir.

Figura 20 - "Aquela professora que bole com o coração da gente"



A srta. C. Machado (aquela professora que bole com o coração da gente) anda mesmo com vontade de encontrar o seu typo ideal. Tanto é verdade que ella não tem descansado; cada dia aparece com um novo "romeu". Até quando, C.? Fumando espero...

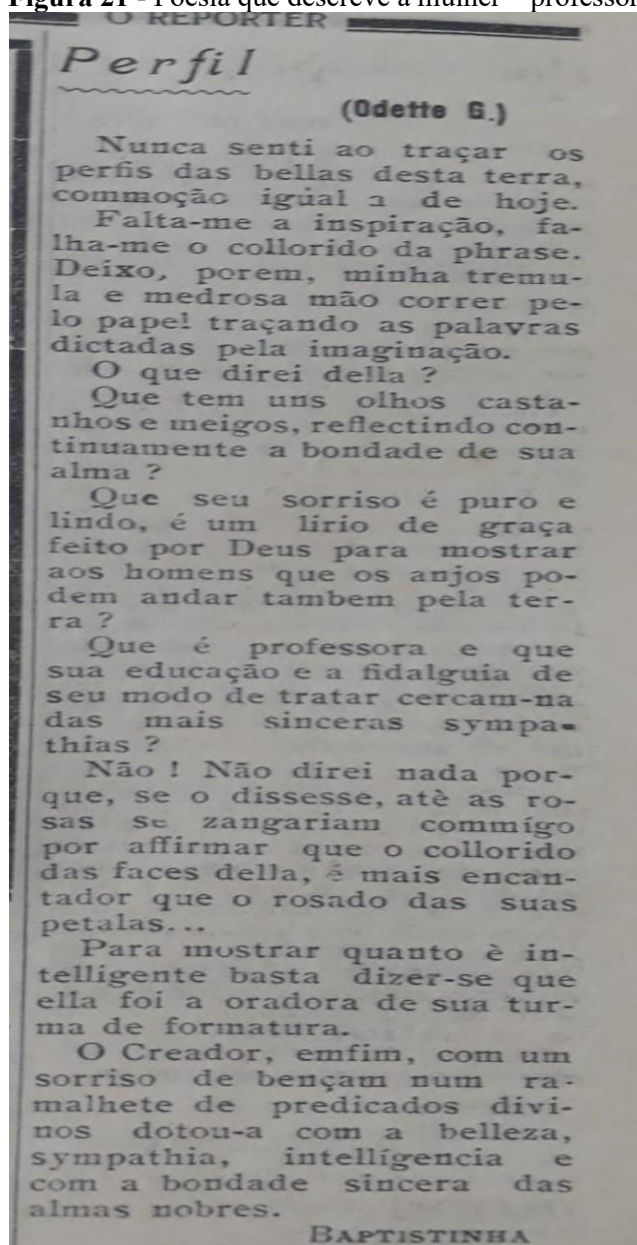
††

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 21 de fevereiro de 1937. Ano 04, nº155. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Nesta nota aparece um recado de algum galanteador, destinado à senhorita *C. Machado*. No contexto o interlocutor parece se incomodar com o fato de que a *Srta. C.* aparece com um novo *Romeu* a cada dia, o que ele julga ser a necessidade que a *Srta. C.* tem de *encontrar logo seu tipo ideal* – tanto que é verdade que ela não tem descansado.

De acordo com os modelos socioculturais da época, não era bem-vista a mulher que se envolvesse amorosamente, se relacionasse ou circulasse pelas ruas da cidade, com homens diferentes, ainda mais se considerando que essa mulher, no caso a *Srta. C.* era uma professora. Quando uma pequena nota como esta, se apresenta nas páginas de um jornal, tem como um de seus intuitos evidenciar qual o papel da mulher: não deveria ser solteira, é necessário encontrar o seu *Romeu*, no entanto não se deve demorar na busca, muito menos se envolver com diferentes *tipos*. Neste caso a nota identifica o sobrenome e a profissão da mulher, o que provoca uma exposição da mesma e pode ser lida como um mecanismo de controle do comportamento das professoras.

Figura 21 - Poesia que descreve a mulher – professora



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 29 de abril de 1934. Ano 01, nº27. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

De acordo com a interpretação deste artigo, escrito por um homem – *Baptistinha* – que se apresenta como uma poesia que tem como intuito reforçar as características da mulher ideal. Neste caso o autor se refere a *Srta. Odette G.*

O que direi dela? Que tem uns olhos castanhos e meigos refletindo continuamente a bondade de sua alma? Que seu sorriso é puro e lindo, é um lírio de graça feito por Deus para mostrar aos homens que os anjos podem andar também pela terra? Que é professora e que sua educação e a fidalguia de seu modo de tratar cercam-na das mais sinceras simpatias? (JOR, 1934).

Podemos considerar que estes atributos mencionados refletiriam o estereótipo da mulher, de modo que também sugerem uma das representações da professora por este jornal.

No artigo a seguir, temos o retrato de uma normalista no anúncio de seu casamento, feito pelo jornal. A seriedade do semblante aliada à postura demonstra que o curso normal poderia ser entendido quase que como uma preparação para o casamento – *A noiva, diplomada com notas destacadas na Escola Normal* – “estudos sobre as relações de gênero permitem dizer que até meados do século XX se projetava a imagem da mulher como a boa mãe e/ou boa esposa”. (RIBEIRO; SOUZA, 2014, p. 430).

Figura 22 - Retrato da noiva normalista



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 30 de novembro de 1938. Ano 05, nº242. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Os artigos do jornal até aqui apresentados, demonstram o quanto a imagem da professora foi se alterando no decorrer das décadas de 1930 a 1960, visto que perpassa pela representação da normalista, quase como num sinônimo de castidade, pureza e vocação; até a representação da professora primária, objeto de desejo e anseios por parte dos homens, os atributos físicos são quase que equiparados em importância aos atributos intelectuais, neste aspecto evidencia-se a objetificação do corpo feminino.

Figura 23 - Ele é boa...



Fonte: Jornal *O Repórter*, 15 de outubro de 1941. Ano 08, nº 427. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Neste artigo – *Ele é boa* – Lycido Paes faz referência ao cotidiano escolar na cidade de Uberlândia, bem como o comportamento dos alunos diante das atitudes dos mestres. O artigo ressalta a importância da educação escolar nos moldes da época. Retrata uma parte significativa sobre o cotidiano no Grupo Escolar Bueno Brandão.

O porteiro que desempenhava as suas humildes funções no grupo escolar Bueno Brandão, desta cidade, quando eu dirigi esse estabelecimento, tinha, em matéria de ensino, uma intuição equivalente a do grande gênio teatral. Pouco menos que analfabeto, esse serventuário, que cumpria os deveres do seu cargo com o rigor metódico de um soldado prussiano, assumia espontaneamente compromissos internos de informante de todo o serviço da casa. Nessa época, em que o grupo não dispunha de número suficiente de cadeiras em que os alunos se avolumavam e em que não havia escolas normais, tornava-se necessário periodicamente o contrato de professoras cuja competência era toda a problemática, recaindo a responsabilidade do insucesso sobre a diretoria, que não dispunha, para uma escolha acertada, nem do conhecimento pessoal, nem de informes idôneo. Esses contratos, portanto,

tinha um caráter precário, mediante combinação prévia, dependente da experiência que se ia realizar. Cabia assim ao diretor ou alguma docente por ele designada, a verificação dos atributos que para o magistério revelasse a titular do contrato. Mas o porteiro, na sua acuidade profissional, queria sempre ser o primeiro a emitir o seu parecer, e – diga-se aqui à puridade – raras vezes se enganava. Possuía, para opinar a respeito, uma orientação mais ou menos igual a de João Caetano, embora não se apoiasse em nenhum fator de ordem física (JOR, 1941).

O autor evidencia a relevância do trabalho do porteiro, que conforme condições expostas, tais como a falta de estrutura e o quadro de docentes incompleto; o funcionário em questão cumpria o papel de fiscalizar e avaliar o desempenho das professoras. De modo que:

Logo que a nova professora assumia a sua cátedra, ele, procedendo alguma limpeza no alpendre fronteiro ou penetrando na sala de aula para atender a qualquer necessidade do seu serviço, observava a disciplina das crianças e ia ao meu gabinete informar: - Ele é boa; os meninos estão quietos. Ou: - Ele é ruim; os meninos estão sem modo. O velho alemão não pronunciava o pronome pessoal na forma feminina: ele – era a professora; e as duas fórmulas acima, no seu laconismo irreverente, exprimiam as sentenças opostas com que ele desse dia da sorte de qualquer pobre pretendente a uma cadeira primária. A verdade, porém, é que essas sentenças estavam baseadas no fundamento de elevado alcance pedagógico. Ele é boa: os meninos estão quietos traço corresponde a afirmar que na classe havia disciplina e que essa disciplina não era imposta por nenhum recurso violento ou severo, compreendido este último adjetivo na sua significação restrita. Ele é ruim; os meninos estão sem modo – traduzia se na sua ausência da ordem, que sempre exigir mantida com brandura e com perfeita cordialidade entre preceptores e alunos (JOR, 1954).

Por meio da validação de um homem, que exercia a função de auxiliar da administração no Grupo Escolar Bueno Brandão, o desenvolvimento do trabalho pedagógico e a postura das professoras eram julgados.

Confesso que sempre fiz e que faço até hoje o meu julgamento sobre os méritos de um professor pela teoria do antigo auxiliar da administração do grupo Bueno Brandão. Não acredito na eficiência de uma aula sem disciplina e sem atenção, seja qual for a competência do mestre. Entenda-se, porém, que disciplina para mim não se resume em silêncio e imobilidade. Estas podem ser forçadas, e o espírito das crianças, apesar dos seus olhares estarem projetados sobre o preletor, pode às vezes devagar por outros mundos distantes do ambiente e do assunto das lições. Disciplina, aluno da pedagogia, é a atenção voluntária. Foi assim que sempre pratiquei o magistério, o que não quer dizer que o meu sistema não encontrasse resistência contrária e que não me desse trabalho para impô-lo a observância (JOR, 1954).

Neste contexto, o autor esclarece que a interação entre professora e aluno deve se pautar não somente na disciplina, mas principalmente numa relação voluntária de conhecimento e aprendizado.

Segundo Santos (2012), Lycídio Paes, autor do texto em debate, foi um importante cronista em diversos jornais do interior de Minas e Goiás no século XX, relatava diversos aspectos relacionados ao cotidiano. Na sequência o cronista destaca a satisfação por ter sido mencionado como referência por uma professora:

E é só para falar de uma destas que a crônica de hoje está sendo composta. Leram os leitores desta folha, em transcrição há dias feita de um artigo do meu prezado confrade Azeredo Neto, um trecho de carta que a este fecundo jornalista dirigiu a professora Maria da Glória Queiroz Magalhães onde o meu obscuro nome era citado na confirmação do que venho escrevendo. Os elogios ali feitos são excessivos e tem por origem a bondade de um grande coração feminino; mas a norma educacional que me atribui é legítima e dela Maria da Glória, sendo como disse, beneficiada, foi uma das mais preciosas colaboradoras que encontrei nos meus 13 anos de magistério (JOR, 1954).

Na sequência, Lycídio Paes destaca os atributos esperados de uma professora em pleno exercício da docência, obviamente passando pelo crivo masculino – *Se todas as professoras de Minas se inspirassem na grandeza de alma e nos ensinamentos de civismo, [...] não hesito em asseverar que a educação pública estaria hoje bem mais evoluída* – percebemos o quanto era difundido este ideal conduta e postura inabaláveis, por parte das professoras, sendo que o autor ressalta indiretamente que os êxitos e fracassos da educação pública eram determinados pela atuação das professoras em sala de aula.

Para além desta visão ideal sobre a docência feminina, Almeida (1996, p. 76) ressalta os enfrentamentos e lutas que as mulheres experimentavam no magistério:

O cotidiano das salas de aula demonstra que as professoras continuaram seu trabalho, alfabetizando e ensinando crianças de todas as classes sociais, apesar dos baixos salários, das lutas de classe, das denúncias e da opressão. As mulheres permaneceram no magistério, mesmo com o leque ocupacional ampliado pela industrialização, o progresso e a tecnologia. E... por paradoxal que possa parecer, um número significativo, gostando do que faz. Reside aí a ambiguidade da profissão: se por um lado é mal remunerada e pouco conhecida pelo poder público, por outro lado é detentora de um determinado prestígio resultante da questão cultural, que aloca os professores e professoras como os principais agentes de sua divulgação.

Figura 24 - O deputado foi derrotado pelas professoras



Fonte: Jornal *O Repórter*, 01 de dezembro de 1954. Ano 21, nº 2156. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Conforme mencionado sobre os encontros e lutas das professoras, é fato que assim como a feminização do magistério crescia, as mulheres no exercício da docência se reconheciam como trabalhadoras. Obviamente que a movimentação por melhores condições de trabalho e salários, forneceram novos contornos para o cenário educacional. No artigo acima, veiculado na segunda página do jornal, o que demonstra certa relevância, foi exposta a movimentação de professoras de Belo Horizonte, em prol do aumento de seus salários:

O sr. Último de Carvalho ficou pulverizado ante a argumentação das mestras – dois mil e quinhentos cruzeiros é o aumento que pleiteiam (Belo Horizonte). O deputado Último de Carvalho é sem nenhum favor, um dos parlamentares mais hábeis da assembleia legislativa. No entanto esta sua habilidade nada lhe valeu quando na biblioteca do Palácio da Inconfidência se viu cercado por mais de 50 professoras que lhe exigiram uma explicação de sua atitude em face das reivindicações final durante mais de 1 hora o senhor Último de Carvalho tentou convencer as senhoras e senhoritas que ali se encontravam que a essa altura dos acontecimentos não poderá mais sustentar e defender a tese do aumento na base dos vencimentos que elas propõem. Isto porque – afirmou – os cofres do Estado não estão em condições de arcar com as despesas que tal medida até acarretará. O deputado Último de Carvalho encontra-se rodeado por mais de 50 professoras, tentando convencê-las de que era impossível ao governo conceder-lhes o aumento nas bases em que pleiteavam, isto é, de dois mil e quinhentos cruzeiros mensais (JOR, 1954).

Percebemos o movimento estabelecido pela união das professoras, e o interesse comum na reivindicação por melhores salários:

De repente, uma das líderes do movimento lhe dirigiu a seguinte interpelação: - Mas antes das eleições o sr. nos dizia isto. E qual o motivo por que agora nos fala dessa maneira? O deputado pessedista mastigou em seco e saiu-se com essa: examinando mais atentamente a situação dos cofres públicos e estudando as possibilidades do orçamento não vejo outro recurso se não retirar a palavra empenhada a tempos atrás, ninguém mais interessado do que eu em que o governo lhes concedesse o aumento como desejo (JOR, 1954).

A promessa feita pelo deputado às professoras acerca do aumento dos salários, não foi cumprida. Neste cenário o parlamentar responsabiliza a ineficiência das verbas repassadas pelo poder público. Temos um discurso apresentado no século passado, mas que ainda reverbera em pleno século XXI, no que diz respeito a educação pública nacional.

Não resta dúvida que o magistério permaneceu desvalorizado em termos salariais em toda sua história, assim como outras profissões que têm entre seu público-alvo a população de baixa renda. É também um fato que, apesar de haver uma certa crença a respeito dos áureos tempos em que exercer a profissão era sinônimo de *status*, prestígio e poder, ser professor ou professora, num país como o Brasil, desde a época dos jesuítas, sempre foi uma profissão pouco valorizada na perspectiva da remuneração recebida (ALMEIDA, 1996, p. 74).

As professoras não se convenceram e – *se a situação dos cofres públicos é tão precária como o sr. afirma ser, como então vai explicar agora o aumento dos seus próprios subsídios? E neste diapasão seguiram-se outros “apartes” que o deputado não pode responder* – diante do exposto, consideramos que as lutas feministas por educação e as relações de poder deram contornos importantes para o cenário educacional no século XX. De acordo com Almeida (1996, p. 72), enquanto os homens se mantinham como protagonistas do espaço público, as mulheres permaneciam confinadas no espaço doméstico, portanto “as lutas feministas também foram lutas pelo poder, que para as mulheres significou a conquista de direitos de cidadania pela participação política e pelo ingresso no mercado de trabalho.” Apesar de não terem tido na ocasião o encaminhamento favorável as suas reivindicações, as professoras:

Continuarão lutando – Antes de se retirar da sala o repórter teve oportunidade de palestrar com a professora Alverina Capdeville uma das líderes do movimento que nos contou a razão do debate entre as professoras e o deputado Último de Carvalho e que, afinal se prende no seguinte: - Pouco antes das eleições o sr. Último de Carvalho se ofereceu para ser o porta-voz da tabela das professoras no projeto ora em trânsito na assembleia legislativa portanto, tentou nesta reunião convencê-las de que é impossível sustentar a palavra empenhada, isto é bater-se pela tabela dos dois mil e quinhentos cruzeiros iniciais. Daí a razão dos debates que a nossa reportagem presenciou. Disse-nos ainda professora Alverina Capdeville que não obstante este recuo do

parlamentar pessedista, elas continuarão lutando pela tabela de dois mil e quinhentos cruzeiros (JOR, 1954).

Através da análise deste artigo, notamos que o jornal *O Repórter* acompanhou e repercutiu em suas páginas, o processo da educação feminina bem como a feminização do magistério, considerando as lutas feministas que pautaram a mobilização das professoras em diferentes períodos, seja através da divulgação da luta por melhores salários e condições de trabalho, ou na manutenção do estereótipo servil e maternal. Conforme apresentado no Quadro 5, podemos considerar que ambas as representações dividiram espaço nas páginas do jornal.

O imaginário veiculado pelo jornal sobre as representações da professora, era relacionado tanto pelas lutas e reivindicações, quanto suas contribuições para a educação na cidade de Uberlândia, através de homenagens que demonstravam a relevância de suas ações no contexto escolar. Veremos a seguir uma destas homenagens, onde a professora – *Florespina de Freitas* – além das palavras, tem sua imagem exposta no jornal, o que denota o prestígio e destaque fornecido a ela pelo jornal:

Completou anos ontem a competente e culta professora Florespina de Freitas, que é diretora do Grupo Escolar Dr. Duarte, desta cidade. Com brilhante folha de serviços prestados à instrução primária uberlandense, a digna aniversariante merece também de nossa parte, homenagem cordial e sincera expressada neste registro com a sua fotografia (JOR, 1957).

De acordo com Martins (2009), Florespina de Freitas foi uma importante figura no cenário educacional do município de Uberlândia entre os anos de 1940 e 1960. A professora Florespina de Freitas ocupava o cargo de diretora do Grupo Escolar Dr. Duarte, e diante deste cargo era reconhecida pelos profissionais e alunos do grupo escolar, bem como apresentado sobre sua conduta:

Colocada, com direito e a justiça devidos aos autos atributos, na chefia desta casa, nunca de notastes orgulho ou vanglória que costumam contagiar aqueles que adquirem posições de mando. A modéstia é o pedestal da vossa competência ponto-e-vírgula A fraternidade é o ambiente do Círculo traçado pelos vossos hábitos (JOR, 1956).

Figura 25 - Professora Florespina de Freitas

Professora Florespina de Freitas

Completo anos, ontem, a competente e culta professora Florespina de Freitas, que é diretora do Grupo Escolar "Dr. Duarte", desta cidade.

Com brilhante fôlha de serviços prestados à instrução primária uberlandense, a digna aniversariante merece, também, de nossa parte, homenagem cordial e sincera, expressada neste registro, com a sua fotografia.

Foi alvo, ao que podemos verificar, de manifestações de apreço, no educandário que, sábiamente, dirige, da parte de colegas e alunos, por força do significativo acatamento. Foi, bem assim, homenageada pela tradicional família Crosara, cujos elementos são esteios na manutenção do Grupo Escolar "Dr. Duarte".

Damos, a seguir, o programa das homenagens tributadas à ilustre nataliciante.

1.a PARTE

Missa e comunhão geral dos alunos do Grupo, na Matriz de Nossa Senhora de Fátima.

2.a PARTE

1.º — Canto de parabéns, por todos os alunos.
2.º — Palavras de saudação da professora Maria de Lourdes M. Catanni.
3.º — Palavras da aluna Arnestina Naves.
4.º — Saudação à sra. Diretora pela aluna Maria das Dores Pereira.
5.º — Boneca Cobiçada, número de acorção, pela aluna Vanda Gonçalves Borges.
6.º — Canção de aniversário, pelas alunas: Gisela, Amélia.
10.º — Tia Florespina, por Ricardo Cota Pacheco.
11.º — Canção de Aniversário, por alunos do 2.º ano da professora Sada Abrão.
12.º — Saudando (poesia) por Clara Regina Machado.
13.º — A Minha Diretora (poesia) por Rosa Elvira Crosara.
14.º — Angelitos Negros, número de acorção pela ex-aluna Neusa Maria Borges.
15.º — A Costureira, por Cleusa Saramago.
16.º — Prece do 1.º ano à D. Florespina.
17.º — Saudação à diretora, por Vera Lúcia.
18.º — História de um amor, número de acorção, por Vanda Gonçalves Borges.
19.º — Dia de Festa (poesia), por Maria Elizabeth Santos Martins, aluna do 2.º ano da professora Nelza Camargos.
20.º — Nossos parabéns — canto, por um grupo de alunos de D. Alayda Braga.
21.º — Agradecendo — poesia, por Ana Maria Oliveira Alves, aluna do 2.º ano da professora Nelza Camargos.
22.º — Sobre o Céu de Paris — número de acorção, por Neusa M. Borges.

3.a PARTE

Demonstração de Ginástica, com o professor Tales de Assis Martins, técnico de Educação Física.

Estiveram presentes, à festa, a inspetora de ensino, o sr. Primo Crosara, presidente da Caixa Escolar, os religiosos frei Adalberto e frei Sebastião, a srta. Aparecida Lamnaco, diretora do Grupo "Cel. Carneiro", autoridades e pessoas gradas. Na próxima edição, divulgaremos os discursos pronunciados na ocasião, por alguns oradores.



Prof. Florespina de Freitas
Vilma, Célia e Carmem Célia

7.º — Canção de aniversário, pela aluna Hedir Maria Silva.
8.º — Minha Diretora, (poesia) pela aluna do 3.º ano: Sandra Cardoso.
9.º — Os Anjos lá do Céu — canto, pelos alunos do 2.º ano, da professora

Fonte: Jornal *O Repórter*, 17 de abril de 1957. Ano 25, nº 2706. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Na sequência, uma nota que apresenta um outro aspecto no exercício da docência, muito distante de homenagens e honras, veremos a seguir o relato de uma situação lamentável, que reflete a desconstrução da imagem da professora, uma ruptura com a romantização da docência – *professora espancada em pleno 'cunprimto' do dever*. Nos deparamos com a realidade imposta mediante a massificação do ensino público primário, professoras e professores inseridos num contexto escolar que se distanciava em muito de sua formação docente, aliado a isso a crescente desvalorização oriunda do poder público que perpassava pelas diferentes instâncias da sociedade, até chegar ao extremo:

A professora municipal, Eleuza Lózzi de Oliveira da Escol Fé e Amor, foi agredida brutalmente pela mãe de um dos seus alunos, pelo simples fato de manter ordem no Educandário, não permitido entrar fora do horário

regulamentar. A criminosa atende pelo nome de Armanda de Oliveira, residente à Av. Estrela do Sul, Mercadinho Tip - Top. A dona que consta tem “cabelos na venta” e gosta de topar paradas e, são vários os absurdos que a acusada vem cometendo. A justiça já tomou conhecimento do fato e esperamos que a mesma venha dar todo o apoio neste sentido, isto porque, o cidadão honesto e, principalmente o Educador que não mede sacrifício na sagrada missão de ensinar merece todo o respeito e gratidão. Pelas professoras da Escola M. do Bairro Tibery (JOR, 1962).

Figura 26 - Professôra espancada em pleno 'cmprimento' do dever

A PEDIDO

Professôra espancada em pleno cmprimento do dever

A professora municipal, Eleusa Lózzi de Oliveira da Escola Fé e Amor, foi agredida brutalmente pela mãe de um de seus alunos, pelo simples fato de manter ordem no Educandário, não permitindo entrar fora do horário regulamentar.

A criminosa atende pelo nome de Armanda de Oliveira, residente à Av. Estrela do Sul, Mercadinho Tip - Top.

A dona que consta tem “cabelos na venta” e gosta de topar paradas e, são vários os absurdos que a acusada vem cometendo. A “Justiça” já tomou conhecimento do fato, e esperamos que a mesma

venha dar todo apóio neste sentido, isto porque, o cidadão honesto e, principalmente o Educador que não mede sacrifício na sagrada missão

de ensinar merece tódo respeito e gratidão.

Pelas professoras da Escola M. do Bairro Tibery

Helena Garcia

HOSPITAL SANTA CATARINA
 Direção do, tra.
ARDALA MUGUEL
 (Prédio próprio construído especial.)

Fonte: Jornal *O Repórter*, 30 de abril de 1962. Ano 29, nº 3929. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Sobre este contexto de infortúnios e descaso apresentados pelo jornal, que dizem respeito as mulheres no magistério, destacamos:

Essas professoras têm feito seu trabalho, mesmo sob as condições mais adversas possíveis, que vão desde o descaso dos poderes públicos para com o sistema escolar e os poucos investimentos materiais, até as mais variadas acusações que lhes são feitas de despreparo para o magistério e insuficiência cultural, como se isso fosse culpa das professoras e não desse mesmo poder que não investe adequadamente nos cursos de formação e nem destina verbas suficientes para a educação. Como se isso não bastasse, ainda têm que conviver com a incompreensão dos meios intelectuais quando asseguram que gostam de ensinar, que sentem prazer com a profissão e até gostam de criança, como se isso fosse motivo de vergonha e não fruto da realidade que cada um carrega dentro de si (ALMEIDA, 1996, p. 77).

Segundo dados sobre o aumento populacional, apresentados no capítulo 1 desta pesquisa, no decorrer das décadas de 1930 a 1960, Uberlândia também experimentava o crescimento populacional. Na década de 1960, segundo Censo Demográfico havia 87.678 habitantes, sendo que destes 51.360 eram alfabetizados e 14.848 eram estudantes que ainda

frequentavam o ambiente escolar (IBGE, 1960). Conforme a população crescia, aumentava também as diferenças no contexto social e escolar, o que significa dizer que a professora formada por uma tradição conservadora, estava inserida num novo cenário de massificação das escolas. Podemos ponderar que a notícia acima representava a mudança na imagem da professora? Será que a *romantização* da figura da professora difundida pelo jornal, se encerra neste momento? As respostas são respectivamente *sim* e *não*. Sim; o jornal refletia as alterações nas representações da professora. Não; o jornal mesmo com o decorrer das décadas não rompeu com a representação do ideal de professora como – *Um símbolo de mulher*.

Figura 27 - Um símbolo de mulher

Um símbolo de mulher

J. CALHEIROS BOMFIM
Não há no Espírito Santo, principalmente, em Cachoeira de Itapemirim, quem não conheça, por sua notoriedade, a professora dona Zilma Coelho Pinto.

E que fez ela para ser tão popular? Salvou a vida de alguém de modo espetacular? Entrou numa casa incendiada em busca de algum animal de

estimação? Descobriu alguma mina de ouro? Ganhou na Loteria Federal?

Não, nada disso. Dona Zilma dedicou-se à causa da alfabetização dos adolescentes e adultos, que, na infância ou na juventude, não puderam sentar-se num banco escolar, ou porque as vicissitudes da vida não o permitiram ou porque não compreendiam então o

significado do saber ler e escrever.

Há mais de dez anos d. Zilma, com amor, devoção e carinho, dedica-se ao valioso mister de alfabetizar gente, principalmente gente grande. Nesse trabalho vem sendo auxiliada pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, do Ministério da Educação e Cultura, que, de longe, de seu quartel-general na Capital da República, orienta as atividades da professora Zilma e lhe manda auxílio, em material escolar.

Faça bom ou mau tempo, ante os revêzes na ventura ou na desventura, no calor ou no frio, d. Zilma nunca faltou ao seu próprio compromisso assumido voluntariamente com os humildes e nunca desatendeu à expectativa de quantos dela dependem. Ensina com afecção, leciona com interesse, transmitindo tudo o que sabe aos seus alunos, de qualquer idade ou profissão, orientando-os para a vida, só voltada para os alunos.

Eis aí um símbolo de mulher, de educadora que bem merecia um lugar especial no quadro de "honra ao mérito".
Honra ao mérito, professora Zilma Coelho Pinto.

Fábrica de Cal. "BRASIL"

Fornece com rapidês, cal virgem, nesta praça e cidades vizinhas, por preços nunca vistos.

SEBASTIAO F. CASCAO
Cx. Postal. 111
Telefone. 618

ARAGUARI — ESTADO DE MINAS

— **Agência Lotérica** —
— de —
— **Ataliba Macedo** —
— (Preços oficiais) —
Bilhetes das Loterias Mineira e Federal
Praça da República, 53 — Fone, 31-42

Fonte: Jornal *O Repórter*, 22 de março de 1958. Ano 26, n° 2985. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

No artigo acima, notamos que o jornal nos remete a representação da professora como – *Um símbolo de mulher* – a professora *Zilma Coelho Pinto*, recebe homenagem devido a sua dedicação em ensinar jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ainda na infância. Esta

dedicação é comparada ao ofício quase que natural da mulher no exercício da docência, reconhecimento e vocação natural:

Há mais de dez anos d. Zilma, com amor, devoção e carinho, dedica-se ao valioso mister de alfabetizar gente, principalmente gente grande. Faça bom ou mau tempo, ante os reveses da ventura ou na desventura, no calor ou no frio, d. Zilma nunca faltou ao seu próprio compromisso assumido voluntariamente com os humildes e nunca desatendeu a expectativa de quantos dela dependem. Ensina com afeição, leciona com interesse, transmitindo tudo o que sabe aos seus alunos, de qualquer idade ou profissão, orientando-os para a vida, só voltada para os alunos. Eis aí um símbolo de mulher, de educadora que bem merecia um lugar especial no quadro de honra ao mérito (JOR, 1958).

Figura 28 - Eu destaque você - Professora primária

Eu Destaco Você

Crônica escrita e lida por Dantas Ruas ao microfone da Rádio Educadora no dia 18 - 8 - 1961.

Eu destaque você, Professora Primária, heroína anônima e desbravadora de inteligências e caracteres. Quem não se recorda com carinho e ternura daquela que lhe ensinou as primeiras letras e lhe guiou os primeiros passos na senda tortuosa do saber. Você é um símbolo, dentro da instituição da família, ou melhor, é uma das vigas que a sustentam e a equilibra. A sua missão é tão dignificante que só encontramos um paralelo para ela — chamando-a

também de mãe. Em todas as épocas da história dos povos, encontramos referências, as mais belas a respeito do seu difícil mister. Na antiga Grécia, Alexandre ao se referir àquele que lhe ensinara o segredo da cultura dizia: "Minha mãe me deu a vida e meu mestre me ensinou a viver". O nosso segundo imperador nutria tal admiração pelo seu trabalho, que certa feita, num desabafo magistral pronunciou uma frase que é todo um tratado de homenagens: "Se eu não fosse imperador queria ser Mestre-Escola". Você, professora primária, tem uma missão de tal significado

FABRICA DE
ESTOPA "MOBER"
(MARCA REGISTRADA)
João Morum
TELEFONE, 3652
ESTOPA ALVEJADA BRANCA E DE CÔR
RUA CEL. ANTONIO ALVES PEREIRA
ESQUINA COM AV. CESÁRIO ALVIM
UBERLÂNDIA MINAS

dentro das sociedades, que a coloca acima das demais criaturas, num pedestal granítico onde uma palavra apenas deveria ser escrita simbolizando todo o nosso agradecimento: gratidão. Sim... porque no exercício de sua profissão, você se doou inteira, de corpo e alma, neste afã de levar aos pequeninos, seres as diretrizes que os irão conduzir na vida futura. Quantos dissabores você não experimenta na sua vida de todos os dias; quantas amarguras você não amalha em seu coração repleto de amor e de bondade, sem uma queixa, sem uma lágrima, sempre o mesmo sorriso bom e terno. Ainda agora quando lhe dirijo estas palavras, vejo a minha primeira mestra, o olhar perdido na distância, como a vislumbrar um amanhã radioso para cada um dos rebentos sob sua guarda. Hoje, homens feitos, sentimos uma saudade doída daquele tempo em que uma nota mais baixa era motivo de ficar preso após as aulas, mas que agora,

quando a neve mesclou de branco os nossos cabelos, tem o significado da recordação. Você, Professora Primária, merece todo um poema, onde a cadência dos versos são marcadas pelo compasso do coração e onde as estrofes trazem o sentido da veneração e do respeito. Tudo de belo promana de você; da sua tolerância, da sua paciência, da sua dedicação e do seu espírito de renúncia. Tendo um só dentro do peito, muitas vezes você traz nos olhos; duas estrelas sem brilho, frutos de sua luta inana, do seu desprendimento e do seu amor. Você, Professora Primária, é a mais luminosa encarnação da divindade, é a mão carinhosa e amiga, que orienta o caule das plantinhas tenras. É por tudo isto que você representa, para a sociedade e para o lar, que nesta noite, ao lhe mandar as minhas sinceras homenagens, o faço com o melhor do meu coração e com um muito obrigado por tudo que recebemos de você, quero, beijando-lhe as mãos, com toda a ternura de um coração de pai, dizer-lhe, Professora Primária, que Deus lhe proteja, porque Eu Destaco Você.

Isto é que é conforto!

Fonte: Jornal *O Repórter*, 23 de agosto de 1961. Ano 28, nº 3798. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

O jornal *O Repórter* nos apresentou em suas edições o percurso da educação de mulheres na cidade de Uberlândia – MG, bem como as representações da professora nas páginas do jornal. Diante do exposto até aqui, é notório que o ideal sobre o imaginário das professoras passou por entre as mudanças sociais e políticas, prevalecendo entre décadas – a representação da professora primária:

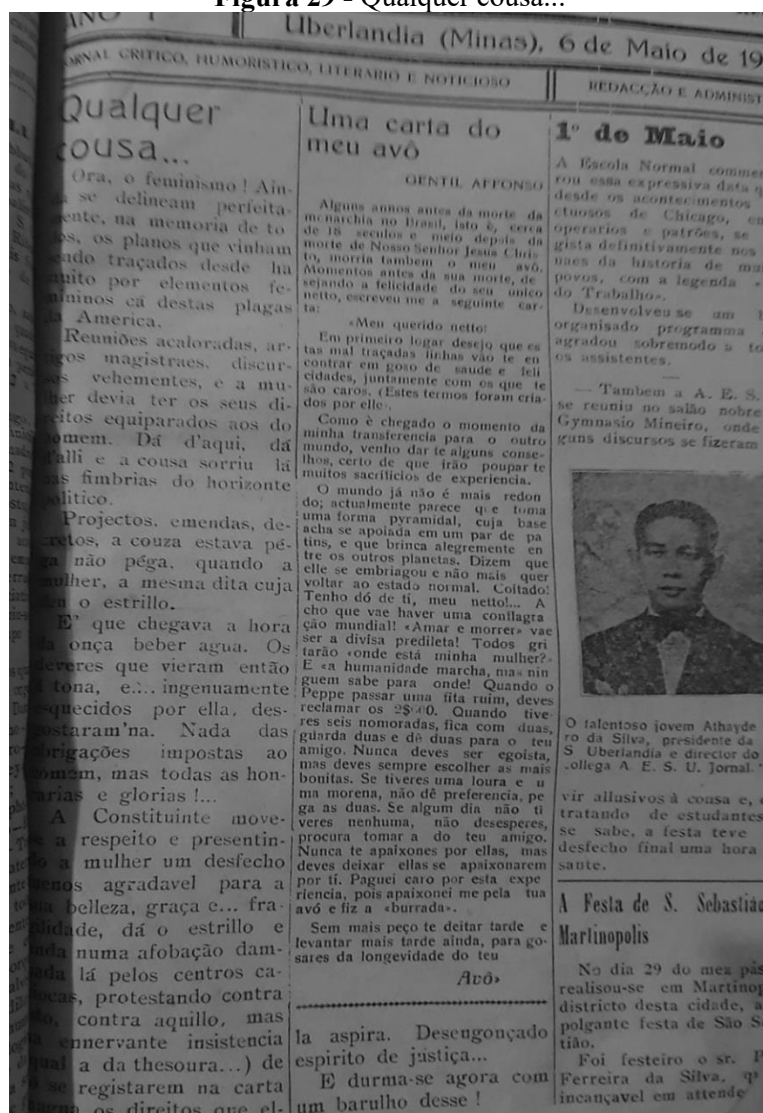
Eu destaco você - heroína anônima e desbravadora de inteligência de caracteres. Quem não se recorda com carinho e ternura daquela que lhe ensinou as primeiras letras e guiou os primeiros passos na senda tortuosa do Saber. Você é um símbolo dentro da instituição da família, ou melhor é uma das vigas que a sustenta e a equilibra. A sua missão é tão dignificante que só encontramos um paralelo para ela chamando-a também de mãe. Tudo de belo promana de você; da sua tolerância, da sua paciência, da sua dedicação e do seu espírito de renúncia. Você, Professora Primária, é a mais luminosa encarnação da divindade, é a mão carinhosa e amiga, que orienta o caule das plantinhas tenras (JOR, 1961).

Deste modo o jornal refletia os interesses e intenções da elite uberlandense daquela época, conforme mencionado anteriormente, pautada numa perspectiva conservadora e patriarcal. A educação de mulheres e a formação de professoras neste contexto eram repercutidas pelo jornal, de modo a reafirmar este modelo de sociedade.

3.2. Feminismos aos olhos do jornal: *Ora o Feminismo [...] durma-se agora com um barulho desse!*

Até que ponto os *feminismos* apresentados pelo jornal *O Repórter* entre as décadas de 1930 e 1960, evidenciaram de fato a luta por direitos e a emancipação feminina de fato? As mulheres da elite uberlandense, neste contexto tiveram oportunidades de vivências para além da vida doméstica? As representações da professora pelo jornal traduziam seus anseios como mulheres trabalhadoras? A pesquisa nos permitiu refletir sobre estas questões acerca das representações da professora aos olhos do jornal, muito determinada pela hegemonia masculina.

Figura 29 - Qualquer coisa...



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal *O Repórter*, 06 de maio de 1934. Ano 01, nº28. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

No artigo apresentado, temos exposta a posição do jornal *O Repórter* frente ao movimento feminista, caracterizando-o como uma ameaça, visto que evidenciava contornos sociais relacionados as reivindicações sobre os direitos das mulheres, na Constituição de 1934:

Ora, o feminismo! Ainda se delineam perfeitamente, na memória de todos, os planos que vinham sendo traçados desde há muito por elementos femininos cá destas plagas da America. Reuniões acaloradas, artigos magistraes, discursos veementes, e a mulher devia ter os seus direitos equiparados aos do homem. Dá d'aqui, dá d'alli e a cousa sorriu lá nas fimbrias do horizonte politico. Projectos, emendas, decretos, a couza estava péga não péga, quando a mulher, a mesma dita cuja deu estrillo. E' que chegava a hora da onça beber agua. Os deveres que vieram então á tona, e...ingenuamente esquecidos por ella, desgostaram'na. Nada das obrigações impostas aos homens, mas todas as honrarias e glorias!... A Constituinte move-se a respeito e presentindo a mulher um defecho menos agradável para a sua beleza, graça e... fragilidade, dá o estrillo e anda numa afobação damnada lá pelos centros cariocas, protestando contra isto, contra aquillo, mas na enervante insistencia (qual a da

tesoura...) de só se registrarem na carta magna os direitos que ela aspira. Desengonçado espírito de justiça ...E durma-se agora com um barulho desse! (JOR, 1934).

Diante do exposto até aqui, é evidente a postura conservadora adotada pelo jornal, principalmente no que diz respeito as questões femininas, as mulheres como personagens do espaço público comprometiam o bem-estar da família e o modelo de sociedade que a cidade de Uberlândia estabelecia, onde o protagonismo do espaço público era masculino. Tudo e qualquer coisa que atravessasse esta ordem, era difundindo especialmente pela imprensa, como uma ameaça. Partindo desta análise, Almeida (2017, p. 205) ressalta:

Nas diferenças praticadas pelo discurso ideológico da imprensa, pouco extenso e variado, solidificava-se um pensamento que pressupunha uma estrutura democrática da sociedade, erigida nas bases da família convencional e no respeito aos indivíduos. Uma ordenação social representada pelo casal e seus filhos, adeptos da privacidade do lar e ao respeito dos valores morais e cristãos, era divulgada a partir do século XIX, como espelhamento de uma sociedade sadia e uma pátria poderosa [...] na imprensa periódica representada pelos jornais diários, os fatos se processavam rapidamente ao sabor do momento. Não cabiam, nessa antiga imprensa, as inquietações femininas que se debatiam com as expectativas sociais, resguardadas no recesso dos lares das influências, ditas maléficas, do mundo público.

E o jornal cumpria esta função. As mulheres eram representadas em seus diferentes contextos e trajetórias, no entanto havia um limite para esta representação feminina, determinado pela ótica masculina que produzia e encaminhava as narrativas expressas pelo jornal – as mulheres, sejam no ambiente doméstico ou no exercício da docência, tinha seu lugar social definido por determinações de moral e condutas estabelecidos pela ordem patriarcal. Neste sentido Almeida (2011, p. 148) destaca: “a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio; o casamento e a maternidade eram a salvação feminina”; o processo de feminização do magistério reflete as lutas feministas entre os séculos XIX e XX, no sentido de possibilitar às mulheres brancas da classe média ingressarem no mercado de trabalho, conforme ressalta Almeida (2017, p. 218) “o trabalho feminino no magistério primário também implicou em resistência e significou o resultado dos primeiros passos dados pelas mulheres no rumo de sua profissionalização”.

Na nota a seguir – *Mulheres trabalhadoras* – são apresentados dados do IBGE, relacionados ao aumento do número de trabalhadores do sexo feminino, na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950:

O ramo de atividade que reunia, em 1950, maior número de mulheres, era o da prestação de serviços, nos quais se incluem os domésticos remunerados. No ramo das indústrias de transformação, destaca-se o grupo dos produtos

têxteis. Quanto a classificação, pelas ocupações profissionais a categoria mais numerosa era de amas e copeiras, seguida da de cozinheiras e da de auxiliares de escritórios. Formavam, bem assim, apreciáveis contingentes, as mulheres que se empregavam como costureiras, balconistas e como diretoras e administradoras (JOR, 1958).

Figura 30 - Mulheres trabalhadoras

Mulheres trabalhadoras

Uma em cada quatro pessoas, que trabalham no Rio, segundo dados coletados pelo IBGE, é do sexo feminino, proporção que não difere, aliás, comparada com os demais recantos do Brasil.

Concluiu aquele Instituto, que, das 69.030 pessoas, dentro do último recenseamento, com atividades remuneradas, ali, cerca de uma quarta parte, isto é, 26 por cento, eram mulheres.

De 1940 a 1950 o número de elementos feminino, trabalhadoras aumentou, entre os cariocas, à razão de 9.100 por ano. Atualmente, as cifras devem ter passado de 300 mil, admitindo-se que venha crescendo, pelo menos no mesmo ritmo do decênio, anterior a 1950, ou seja, 5,7%, ao ano.

O ramo de atividade que reunia, em 1950, maior número de mulheres, era o da prestação de serviços, nos quais se incluem os domésticos remunerados. No ramo das indústrias de transformação, destaca-se o grupo dos produtos têxteis. Quanto à classificação, pelas ocupações profissionais, a categoria mais numerosa era a de amas e copeiras, seguida da de cozinheiras e da de auxiliares de escritórios. Formavam, bem assim, apreciáveis contingentes, as mulheres que se empregavam como costureiras, balconistas e como diretoras e administradoras.

No conjunto do País, o trabalho feminino não ocupava, à mesma época, mais de 15,6% do total de mão de obra em atividade, acentuando-se sua participação, nas regiões melhor desenvolvidas, principalmente no Sul. No Norte e no Nordeste, as percentagens reduzem-se, respectivamente, a 13,2 e 14% e, no Centro-Oeste, a 6.

Dentre os Estados, o Piauí aparece, com uma população feminina econômica ativa de, apenas, 7,7%.

VENDE-SE

Por motivo de mudança a conhecida e afreguezada casa de Armazém "A RENDEIRA", no melhor ponto da Avenida Afonso Pena, 148. Transferindo o contrato com dois anos de prazo. Negócio urgente.

MARIO BOMBONATO
formado pela Faculdade de Direito de S. Paulo
Causas Cíveis, Comerciais e Criminais
Esc.: Santos Dumont, 538

Fonte: Jornal *O Repórter*, 10 de março de 1958. Ano 26, nº 2977. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 31 - Feminismo em marcha

O feminismo em marcha

COMUNICADO DO SERVIÇO NACIONAL DO RECENSEAMENTO

As mais variadas e arriscadas profissões, exercidas tradicionalmente por homens, são atualmente partilhadas pelas mulheres, em igualdade de condições. No Brasil, os aeroclubes foram invadidos pelo elemento feminino, e já existem mulheres — como o recenseamento de 1950 demonstrou — que fazem da pilotagem de avião a principal atividade. Nesta situação encontra-se pelo menos uma moradora do Estado de São Paulo — onde, aliás, a atividade feminina alcançou marcante diversificação, conquistando setores reservados, até pouco tempo, exclusivamente à mão de obra masculina.

Assim além dessa avia-dora civil, foram recen-seadas em São Paulo nada menos de nove mulheres que se declararam "agentes" de estradas de ferro. Não haviam, de pesar for-temente, num grupo que abrangia 2.655 servidores; contudo, a presença do sexo frágil em setor de ati-vidade acentuadamente masculina é indício de que a mulher paulista está en-trando em séria e generalizada concorrência com o homem no campo profissio-nal.

Até com as lides do mar a mulher paulista já tomou contacto. Segundo o últi-mo recenseamento, havia no Estado nada menos de 6 "mestras de embarcação" que, como ocupação prin-cipal, consideram-se para fins de recenseamento a atividade a que realmen-te a pessoa se dedica, em caráter definitivo, e, na maioria dos casos, median-na, exatante. Note-se

que, como ocupação prin-cipal, consideram-se para fins de recenseamento a atividade a que realmen-te a pessoa se dedica, em caráter definitivo, e, na maioria dos casos, median-na, exatante. Note-se

Sergio de Oliveira Marquez
ADVOGADO

Comunica aos seus clientes e amigos que, de regresso a esta cidade, reassumiu a direção de seu escritório.

Avenida Afonso Pena, 273 — 2.º Pavimento (Edifício Cine-Teatro Uberlândia)
Caixa Postal, 73 — Telefone, 1451

Encarrega-se de quaisquer serviços da profissão na Capital de São Paulo — Correspondentes em Belo Horizonte e Rio de Janeiro

Restabelecida a viúva do médico canceroso

Rio, 4 — Anuncia-se que regressou hoje a esta capital, viajando por via aérea, a sra. Marcina Laurano, que estaria completamente restabelecida da enfermidade que a affligia. Essa senhora, viúva do médico Napoleão Laurano, esteve se subme-tendo a rigoroso tratamen-to na clínica Mayo, no Es-tado de Minnesota, nos Estados Unidos.

AGUARDENTES
'PEDRA BRANCA e CANADA'

Você toma aperitivo? Use então os aguardentes 'PEDRA BRANCA e CANADA' e viva satisfeito e contente. São puros, não fazem mal à saúde. São produtos selecionados e produção de um só estabelecimento. Desconfiando da mão, compre

Fonte: Jornal *O Repórter*, 05 de fevereiro de 1954. Ano 21, nº 1960. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

O artigo apresentado acima repercute a participação feminina em diversos setores da sociedade paulista, considerando o avanço das mulheres no mercado de trabalho no exercício de profissões consideradas majoritariamente masculinas, o que se devia, de acordo com o jornal, ao avanço do movimento feminista – *a presença do sexo frágil em setor de atividade acentuadamente masculina é indício de que a mulher paulista está entrando em séria e generalizada concorrência com o homem no campo profissional* – (JOR, 1954).

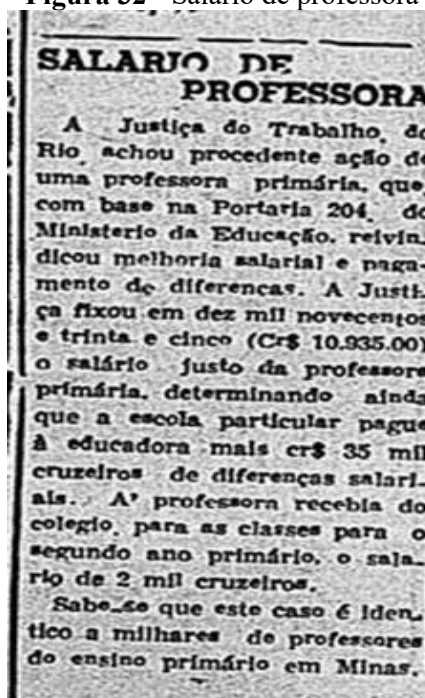
COMUNICADO DO SERVIÇO NACIONAL DO RECENSEAMENTO – As mais variadas e arriscadas profissões, exercidas tradicionalmente por homens são atualmente partilhadas pelas mulheres em igualdade de condições. No Brasil, os aeroclubes foram invadidos pelo elemento feminino, e já existem mulheres – como o recenseamento de 1950 demonstrou – que fazem da pilotagem de avião a principal atividade. Nesta situação encontra-se pelo menos uma moradora do estado de São Paulo – onde, aliás atividade feminina alcançou marcante diversificação conquistando os setores reservados até pouco tempo, exclusivamente a mão de obra masculina. Assim

além dessa aviadora civil, foram recenseadas em São Paulo nada menos de 9 mulheres que se declararam “agentes” de estradas de ferro. Não haviam de pesar fortemente, num grupo que abrangia 2055 servidores; contudo, a presença do sexo frágil em setor de atividade acentuadamente masculina é indício de que a mulher paulista está entrando em séria e generalizada concorrência com o homem no campo profissional. Até com as lides do mar a mulher Paulista já tomou o contato. Segundo o último recenseamento havia no estado nada menos de 6 “mestres de embarcação” do sexo feminino, além de 4 “marinheiras” e 8 “barqueiras e canoieras”. Isto para não falar nas mulheres motoristas, cujo número se elevava as 5 dezenas, exatamente. Nota se que como ocupação principal considera-se para fins de recenseamento a atividade é que realmente a pessoa se dedica em caráter definitivo e, na maioria dos casos mediante remuneração (JOR, 1954).

Conforme as mulheres conquistavam espaços antes negados a elas, seus interesses ganhavam novos contornos, assim como mencionado no artigo acima, as mulheres buscavam igualdade de oportunidades e condições, pilares do movimento feminista. Dentre as representações da professora difundidas pelo jornal *O Repórter*, podemos identificar que a professora representada nas décadas de 1930 e 1940, que exercia o magistério quase que por vocação e dedicação divina, passa a se reconhecer como trabalhadora, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, quando reivindica seus direitos no exercício da docência, sendo a melhoria salarial, uma das principais reivindicações neste período.¹⁰

¹⁰ Importante ressaltar que o Jornal *O Repórter* não representava a realidade educacional do município de forma geral, dado o período. Através de Silva (2019, p.83) “em relação às mulheres matriculadas nos grupos escolares noturnos, nota-se que, apesar das dificuldades vivenciadas no cotidiano, elas permaneciam nas instituições e aproveitavam a oportunidade de estudar”; foi possível verificar uma realidade bem distinta das apresentadas nas páginas do jornal, a das mulheres professoras e estudantes das escolas noturnas de Uberlândia – MG, visto que atendiam trabalhadores e trabalhadoras, que trabalhavam de dia e estudavam à noite, eram escolas na periferia do município, distantes dos grupos escolares que se localizavam no centro da cidade.

Figura 32 - Salário de professora



Fonte: Jornal *O Repórter*, 19 de outubro de 1959. Ano 27, nº 3371. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Nesta nota é destacado o ganho de causa de uma professora, na Justiça do Trabalho da cidade do Rio de Janeiro, por reajuste salarial – *A justiça do trabalho, do Rio, achou procedente ação de uma professora primária, que com base na portaria 204 do Ministério da Educação, reivindicou melhorias salarial e pagamento de diferenças* – (JOR, 1959).

A partir da década de 1940, toda e qualquer notícia do jornal que dizia respeito ao avanço das mulheres, principalmente no espaço público – campo profissional, eram relacionadas ao feminismo.

O senhor Otávio Mangabeira, governador da Bahia, nomeou a professora Anfrísia Santiago para o cargo de diretora do departamento de educação daquele Estado. É a primeira vez que na terra baiana uma mulher ocupa funções de tamanho destaque na administração pública. A nomeada é uma educadora notável pela sua cultura pedagógica (JOR, 1947).

Como exemplo a nota a seguir, destaca uma professora ocupando o cargo de direção escolar, algo que não era comum naquele período, conforme apresentado anteriormente, apesar da feminização do magistério, os cargos de poder no ambiente escolar eram de responsabilidade masculina. Muito provavelmente, por este motivo a nota pequena, localizada no canto inferior da página, reflete a importância dada a – *Vitória do feminismo* – pelo jornal.

Figura 33 - Vitória do feminismo

Vitoria do feminismo

O sr. Otavio Mangabeira, governador da Bahia, nomeou a professora Anfrisa Santiago para o cargo de diretora do departamento de educação daquele Estado. É a primeira vez que na terra bahiana uma mulher ocupa funções de tanto destaque na administração pública. A nomeada é uma educadora notável pela sua cultura pedagógica.

Fonte: Jornal *O Repórter*, 21 de maio de 1947. Ano 14, nº 983. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 34 - Assembleia Nacional de mulheres em Porto Alegre

Assembleia Nacional de mulheres em Porto Alegre

A Organização Feminina, pela comissão abaixo assinada, participa ao povo de Uberlândia que realiza-se à segunda Assembleia Nacional de Mulheres, em Porto Alegre, Rio Grande Do Sul, nos dias 9, 10 e 11 de novembro, com o seguinte tomário:

1.º — Os Direitos da Mulher como mãe trabalhadora e cidadã.

2.º — Defesa da Infância e da Paz Mundial.

A sra. Noemia Gouveia, membro desta Associação e delegada eleita, representando o Triângulo Mineiro, apresentará na Assembleia as necessidades das mulheres: Direitos civis, iguais aos dos homens; Salário igual para trabalho igual; Mais escolas rurais e municipais; Crèches; Aumento das verbas sociais; Assistência às parturientes nos Postos de Puericulturas e aumento do leite para as crianças; Melhor assistência na Santa Casa, Policlínica e na Cadeia Pública; Funcionamento do Armazem Popular; tabela nos preços; Entendimentos entre os povos para a Paz Mundial.

tema Gouvêia de Palva Rezende.

Garibaldiina Fonseca de Souza,
Filomena Melazo,
Maria das Dóres Andrade,
Maria Fonseca.

Fonte: Jornal *O Repórter*, 12 de outubro de 1953. Ano 20, nº 1882. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Neste artigo é possível perceber a movimentação feminina na cidade de Uberlândia – MG, no que diz respeito aos direitos das mulheres:

A organização feminina, pela comissão abaixo assinada, participar o povo de Uberlândia que realizasse a segunda Assembleia Nacional de Mulheres, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nos dias 9,10 e 11 de novembro, com seguinte temário: 1º- Os direitos da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã. 2º - Defesa da infância e da paz mundial. A sra. Noêmia Gouveia, membro desta Associação e delegada eleita, representando o Triângulo Mineiro, apresentará na Assembleia as necessidades das mulheres: direitos civis iguais aos dos homens; salário igual para trabalho igual; mais escolas rurais e municipais; creches; aumento das verbas sociais; assistência parturientes nos postos de puericultura e aumento do leite para as crianças, melhor assistência na Santa Casa, Policlínica e na cadeia pública; funcionamento do armazém popular; tabela nos preços; entendimentos entre os povos para a paz mundial. Irmã Gouveia de Paiva Rezende - Garibaldina Fonseca de Souza - Filomena Melazzo - Maria das Dores Andrade Maria Fonseca (JOR, 1953).

Pelas páginas do jornal *O Repórter* as representações da professora forneciam um parâmetro da sociedade da época, a elite uberlandense assistia e presenciava o avanço nas lutas de cunho social, neste contexto as lutas e conquistas feministas não eram invisíveis ou ignoradas pelo jornal, elas eram noticiadas e até debatidas, desde que respeitando a narrativa conservadora que vigorava no período mencionado (1933 – 1963).

CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa não se determina estática e finalizada. Ela continua...

Cumpri com empenho o ofício de Historiadora, dediquei-me às leituras e me debrucei sobre a minha principal fonte de pesquisa historiográfica – o jornal. Estas páginas trazem muitas reflexões, madrugadas em frente ao computador, onde muitas das vezes as mãos não acompanhavam a mente inquieta, por este motivo experimentei pausas na escrita durante o seu desenvolvimento.

O trabalho iniciado no ano de 2019 no Arquivo Municipal de Uberlândia, foi interrompido em 2020 devido a pandemia do COVID-19, tempos difíceis vivenciados por muitos, em diferentes níveis. Como proceder com a minha pesquisa sem o acesso presencial aos arquivos e bibliotecas? Como manter a saúde mental e física diante de um contexto de incertezas e perdas? Inevitável não se indignar com a conduta irresponsável e genocida do governo atual. Muitas perguntas e algumas poucas respostas. No entanto prevaleceu a certeza de que apesar dos entraves no percurso, era necessário prosseguir. E prosseguimos, passo a passo, capítulo por capítulo. Estas páginas também refletem sonhos, foco e dedicação. Elas são uma parte importante de mim mesma, me conduziram para a finalização de uma etapa muito significativa em minha trajetória acadêmica – o Mestrado em Educação.

Dissertar sobre as representações da professora por meio das páginas do jornal *O Repórter*, propiciou-nos importantes análises, dentre elas compreender a História da Educação no Brasil, pela ótica da História das Mulheres – feminismo, imprensa, questões de gênero, educação feminina e feminização do magistério. Importantes autores e autoras forneceram contornos fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. A relevância desta pesquisa se concentra principalmente em compreender como o jornal *O Repórter*, determinava e difundia as representações da professora na cidade de Uberlândia – MG, entre os anos de 1933 e 1963.

Conforme apresentado no Capítulo 1, destacamos o itinerário histórico na inserção das mulheres no ambiente escolar, considerando que o processo de escolarização brasileiro foi primordialmente pautado na exclusão feminina. Compreender de que forma as mulheres ocuparam as cadeiras das instituições escolares, foi o pilar fundamental para o desenvolvimento deste capítulo. A partir das leituras e análises, reconhecemos que o processo de entrada das mulheres nas escolas ocorreu de forma lenta, e de acordo com as normas sociais e políticas estabelecidas na época, fundamentalmente pautadas no modelo patriarcal. Discorremos sobre a legislação e dados estatísticos, traçando o contexto histórico e as transformações socioculturais.

No Capítulo 2 foi dada ênfase a trajetória da instrução das mulheres na cidade de Uberlândia – MG, destacamos importantes instituições escolares destinadas à educação feminina, traçando o cenário educacional no período, a formação das mulheres no magistério e o exercício da docência, considerando suas representações nas páginas do jornal *O Repórter*, entre as décadas de 1933 a 1963, bem como os costumes socioculturais expressados pelas mulheres, e repercutidos sobre elas pelo referido jornal.

Selecionamos aproximadamente 150 notícias no período de 1933 a 1963, entre notas, artigos, poesias e crônicas, que foram organizadas em 4 categorias: educação feminina, papel da mulher, feminismos e a imagem da professora. Destas, utilizamos para o desenvolvimento da pesquisa, cerca de 60 notícias divididas pelas categorias mencionadas e apresentadas no decorrer dos capítulos 2 e 3. Esta organização foi de fundamental importância para nos conectarmos com o ideal feminino expresso pelo jornal. Ressaltamos que neste ideal feminino, surgem as representações da professora, sejam elas a mulher vocacionada ao ofício de ensinar, o ser divino repleto de pureza que se dedica ao magistério, a professora que mesmo com todos os atributos mencionados acima, sente-se desvalorizada e com poucas perspectivas no exercício da docência.

No último capítulo desta dissertação, buscamos nos aprofundar no debate sobre como estas representações difundidas pelo jornal, refletiam de fato a realidade das professoras, buscamos identificar a mudança na imagem da professora no decorrer das décadas de 1930 a 1960 e de que modo as mulheres no ofício da docência eram reconhecidas, nos questionamos sobre quais eram suas reivindicações, qual a representação social da professora e de que forma elas eram representadas pelo jornal. Destacamos que por meio das publicações dos periódicos impressos tinha-se o retrato social da classe dominante do período, a postura conservadora era uma conduta permanente da elite uberlandense.

Os artigos selecionados e apresentados no decorrer da pesquisa, falam por si mesmos. Nossas análises e interpretações se pautaram muito mais em contextualizá-los historicamente. A partir da leitura das edições do jornal *O Repórter*, e analisando cada artigo em suas especificidades, obtivemos um quadro de informações que traduziram um período bastante significativo. Foi possível acompanhar as impermanências de opiniões repercutidas pelo jornal, sobre as representações da professora, numa edição ela se destaca como *graciosa e gentil*, noutra edição *espancada em pleno cumprimento do dever*. De que maneira o jornal *O Repórter* contribuiu para a idealização da imagem da professora? O jornal repercutiu o movimento de feminização do magistério? Os feminismos do jornal refletiram as lutas das mulheres?

As respostas para estes questionamentos, muito provavelmente serão obtidas quando na continuidade desta pesquisa. Necessitaremos de um olhar amplo sobre a imprensa escrita na cidade de Uberlândia no século XX, para tanto iremos trabalhar com pelo menos mais 2 jornais de grande circulação no período. As análises e considerações até aqui apresentadas serão articuladas com as narrativas de outras fontes documentais. Desse modo, poderemos discorrer desde o processo de feminização do magistério, até sua crescente desvalorização. De fato, poderemos ponderar sobre as representações da professora no mesmo contexto, porém sob perspectivas distintas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, p. 71-18, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208792>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (séculos XIX/XX). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 42, p. 143-156, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639871>. Acesso em 10 mai. de 2021.
- ALMEIDA, José Ricardo de. **História da instrução pública no Brasil (1500 a 1889)**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ANDRADE, Renata F. M. **Organização da Instrução Pública na província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850 – 1889)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14068/1/RFMAndradeDISPRT.pdf>. Acesso em: 12 ago. de 2020.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. A gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG. In: ARAÚJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B. e LOPES, A. P. C. (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1950). José Carlos de Souza Araújo, Décio Gatti Júnior (org.). In: **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação).
- BARROS, Luiz Eduardo P. As representações e seus elementos: o exemplo do impasse diplomático brasileiro com o Paraguai na questão Sete Quedas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], jul. 2011.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. **Histórias das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos). – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BONATO, Nailda Marinho da C. O Uso das Fontes Documentais na Pesquisa em História da Educação e as Novas Tecnologias. **Acervo**, v. 17, n. 2, p. 85-110, 7 dez. 2011. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/162>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRAGA, Adriana. Corpo, mídia e cultura. **Razón y Palabra** [en línea]. 2009, (69), Universidad de los Hemisferios Quito, Ecuador. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520330062>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte de 1891**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao1.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.331^a, de 17 de fevereiro de 1854. **Coleção Das Leis Do Império Do Brasil**. Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889. Disponível em: Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Coleção Das Leis Do Império Do Brasil**. Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429. **Coleção de Leis do Brasil - 1961**, Página 51 Vol. 7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.htm>. Acesso em: 20 out. de 2020.

BULHÕES, Raquel R. R. A Educação nas Constituições brasileiras. **Lex Humana** (Petrópolis. nº1, 2009).
https://doi.org/10.14195/2175-0947_1-1_6

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Renato Aguiar (trad.). - 5º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília C.S. **Impasses e desafios à organização da instrução pública primária no Brasil (1890 - 1930)**. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O Município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: a educação em Minas Gerais no início da República (1889-1906). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**; v.5, nº2 – 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3485>. Acesso em: 18 out. de 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, Ltda (DIFEL), 2002.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2, 10 jul. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso em 13 jun. de 2019.

DÂNGELO, Newton. Entre alto-falantes e o “amigo de todas as horas”: rádio, imprensa e cultura popular em Uberlândia (1939 – 1969). Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (organizadores). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade/**

ISBN 978-85-7078-172-7. Uberlândia – História – Séc. XX. 2. História social – Uberlândia (MG). Sistema de Bibliotecas da UFU/ Setor de Catalogação e Classificação Mg/01/08. DANTAS, Sandra Mara. De Uberabinha a Uberlândia – Os matizes de um projeto de construção da Cidade Jardim (1900 – 1950). Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (organizadores). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade/** ISBN 978-85-7078-172-7. Uberlândia – História – Séc. XX. 2. História social – Uberlândia (MG). Sistema de Bibliotecas da UFU/ Setor de Catalogação e Classificação Mg/01/08.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos). **Histórias das mulheres no Brasil**. – 2º (ed.). – São Paulo: Contexto, 1997.

DISCINI, Norma; CAMPOS, Raquel Discini de. A imagem da mulher na literatura e no jornal das primeiras décadas do século XX: Questões de discurso e gênero. **Cadernos de História da Educação** – v. 8, n. 2 – jul./dez. 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MACEDO, Eunice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004. **Anais ...** Curitiba: PUC-PR, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista brasileira de educação**; Mai./Jun./Jul./Ago./, 2000, nº14.

FERNANDES, Camilla Moreira; LEME, Alessandro André; LENK, Wolfgang. A formação econômica e urbana de Uberlândia e o Programa Minha Casa Minha Vida: interesses político-econômicos e desafios sociais. **XI Congresso Brasileiro de História Econômica. 12º Conferência Internacional de História de Empresas**. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/UFES. 14 a 16 de setembro de 2015. Vitória- ES. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_camila_fernandes_alessandro_leme_wolfgang_lenk_a-formacao-economica-e-urbana-de-uberlandia-e-o-programa-minha-casa-minha-vida-interesses-politico_economicos-e-desafios-sociais.pdf. Acesso em: 12 nov. de 2020.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia da SBP** – 2004, Vol.12, nº21, p.119-126.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no magistério: Uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v.1, n.2, p.239-256, jul. - dez. 2011- ISSN2237-1451. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle/article/view/10971/7273>. Acesso em: 16 ago. de 2020. <https://doi.org/10.18788/2237-1451/rle.v1n2p239-256>

GATTI, Giseli Cristina do Vale; FILHO, Geraldo Inácio. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX. **Cadernos de História da Educação** – v.10, n.1 – jan./jun. 2011 – p.93-121. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13149>. Acesso em: 25 out. de 2020.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. José Carlos de Souza Araújo, Décio Gatti Júnior (organizadores). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. – (Coleção memória da educação).

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880 – 1960). José Carlos de Souza Araújo, Décio Gatti Júnior (organizadores). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. – (Coleção memória da educação).

INEP. **Censo da Educação Superior**. Portal: MEC. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v3_br.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 10 ago. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil**. Minas Gerais: IBGE, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf. Acesso em 15 ago. 2020.

LEE, Rita; DUNCAN, Zélia. **3001 – Rita Lee**. [S. l.]: Universal Music, 2000. 1 CD-ROM. Pagu: Faixa 7.

LISPECTOR, Clarice. **A Paixão Segundo G.H.** – Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. **Histórias das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos). 2º (ed.). São Paulo: Contexto, 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Carla Bassanezi Pinsky, (org.). **Fontes históricas** – 2º (ed.). 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Maria. Cristina. Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2005, p.111-136.

MARTINS, Rosa Maria de Sousa. **Ser professora na República: modos de pensar, sentir e agir (1930 – 1950)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13807/1/ros.pdf>. Acesso em: 25 set. de 2020.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. **Mulher e criança: ambivalência de dois mundos ditados por especialistas em artigos de revistas destinados ao grande público entre os anos de 1940 a 1950**. 2011. 333 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101325>. Acesso em: 20 mai. de 2021.

NICOLETE, Jamilly Nicácio; ALMEIDA, Jane. Soares de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902 – 1940). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 203-220, set. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/k7hXR65Jck6DcfbsLbZhbry/abstract/?format=html&stop=next&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2021.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.50841>

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lúcia. Liberdade, igualdade e democracia: o ideário republicano e a educação das mulheres no início do século XX no Brasil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 159-176, set./dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7146567>. Acesso em: 12 nov. 2020.
<https://doi.org/10.25053/redufor.v3i9.861>

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 2003.

RAMOS, Lucélia Carlos; INÁCIO FILHO, Geraldo. A Atuação da igreja católica na educação uberlandense: O Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. **Cadernos de História da Educação**, v. 1, 20 fev. 2008. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/309>. Acesso em: 26 fev. 2020.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cyntia Greive Veiga (organizadores). **500 anos de educação no Brasil**. 3º (ed.). 1º (reimp.). - Belo Horizonte: Autêntica 2007.

RIBEIRO, Betânia de O. L.; Souza, Sauloéber Társio de. Educação de mulheres nas páginas de manuais de história da educação (1930 – 1970). **Cadernos de História da Educação** – v.13, n.2 – jul./dez. 2014. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29197>. Acesso em: 11 nov. de 2020.

SANTOS, Regma. Maria dos. ESPAÇO E MEMÓRIA: representações sobre a cidade nas crônicas de Lycidio Paes. **Espaço em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2012. DOI: 10.5216/er.v13i2.16931. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16931>. Acesso em: 14 jul. de 2021.

SANTOS, Regma. Maria dos. Práticas Culturais: as tipografias, os jornais, e as livrarias de Uberlândia (1897 – 1950). **Histórias & Perspectivas**, Uberlândia (40): 207-226, jan.jun.2009. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19222>. Acesso em: 23 mar. de 2020.

SAVIANI, Demerval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trab. educ. saúde** [online]. 2008, vol.6, n.2, pp.213-232. ISSN 1981-7746. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000200002>. Acesso em: 25 out. de 2020.

<https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000200002>

SAVIANI, Demerval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/108>. Acesso em: 10 out. de 2020.

SILVA, Carla Cristina Jacinto da. **A história da educação de mulheres pobres nas instituições escolares noturnas primárias de Uberlândia/MG (1933-1959): Espaço de luta e resistência pela escolarização**. 2019. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.917>. Acesso em: 12 jul. 2020.
<https://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.917>

SILVA, José Lito Salustriano; SOUZA, Sauloéber Tarsio de. A Imprensa Escrita como Fonte para a Pesquisa em História da Educação: Jornal “O Repórter” (Uberlândia 1950-1963). **Semana de História do Pontal: Sociedade, Cultura, Patrimônio**. Encontro de Ensino de História; 25 a 28 de set. de 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 -1964)**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

UBERLÂNDIA. Prefeitura. **Cartilha Lugares e Memórias**. Portal: Prefeitura de Uberlândia. Uberlândia, MG, [2021]. p. 03. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura/historia-de-uberlandia>. Acesso em: 25 out. 2020.

VASCONCELLOS, Vera Maria ramos de. Memórias e narrativas de professoras “normalistas” do instituto de educação/RJ. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 32, n. 88, p. 351-366, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v32n88/a07v32n88.pdf>. Acesso em: 10 nov. de 2020. .
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622012000300007>

VEIGA, Cyntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VICENTINI, Paula P. Celebração e visibilidade: O Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963); **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, n. 2 [8], p. 9-41, 14 fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38679>. Acesso em: 25 mai. de 2021.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cyntia Greive Veiga (organizadores). **500 anos de educação no Brasil**. 3º (ed.). Belo Horizonte: Autêntica 2007.

WIRTH, John D. **O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v. 50).

Fontes Jornalísticas

Jornal *O Repórter*, 26 de novembro de 1933. Ano 01, nº04. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 03 de dezembro de 1933. Ano 01, nº05. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 07 de janeiro de 1934. Ano 01, nº11. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 29 de abril de 1934. Ano 01, nº27. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 06 de maio de 1934. Ano 01, nº28. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 25 de fevereiro de 1934. Ano 01, nº18. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 21 de fevereiro de 1937. Ano 04, nº155. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 21 de maio de 1947. Ano 14, nº 983. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 30 de janeiro de 1938. Ano 05, nº202. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 30 de novembro de 1938. Ano 05, nº242. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 30 de novembro de 1938. Ano 05, nº242. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 13 de agosto de 1939. Ano 06, nº278. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 13 de agosto de 1939. Ano 06, nº278. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 19 de novembro de 1939. Ano 06, nº292. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 02 de abril de 1939. Ano 06, nº259. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 09 de julho de 1939. Ano 06, nº273. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 12 de março de 1941. Ano 08, nº366. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 10 de maio de 1941. Ano 08, nº382. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 15 de março de 1941. Ano 08, nº 367. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 30 de abril de 1941. Ano 08, nº379. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 15 de outubro de 1941. Ano 08, nº 427. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 03 de abril de 1943. Ano 10, nº571. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal *O Repórter*, 09 de abril de 1947. Ano 14, nº 970. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 16 de abril de 1947. Ano 14, nº 972. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 23 de abril de 1947. Ano 14, nº 974. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 20 de outubro de 1947. Ano 14, nº 1050. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 25 de maio de 1948. Ano 15, nº 1161. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 26 de setembro de 1953. Ano 20, nº 1871. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 10 de agosto de 1953. Ano 20, nº1834. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 15 de abril de 1953. Ano 20, nº 1763. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 15 de julho de 1953. Ano 20, nº 1816. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 02 de outubro de 1953. Ano 20, nº 1875. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 12 de outubro de 1953. Ano 20, nº 1882. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 05 de fevereiro de 1954. Ano 21, nº 1960. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 01 de dezembro de 1954. Ano 21, nº 2156. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 08 de março de 1955. Ano 22, nº 2213. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 15 de janeiro de 1955. Ano 22, nº 2186. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 30 de novembro de 1955. Ano 22, nº 2388. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 17 de abril de 1956. Ano 23, nº 2474. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 17 de abril de 1957. Ano 25, nº 2706. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 25 de dezembro de 1957. Ano 25, nº 2932. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 22 de março de 1958. Ano 26, nº 2985. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 10 de março de 1958. Ano 26, nº 2977. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 20 de outubro de 1958. Ano 26, nº 2123. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 21 de outubro de 1958. Ano 26, nº 2124. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 19 de outubro de 1959. Ano 27, nº 3371. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 25 de dezembro de 1959. Ano 27, nº 3412. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 27 de junho de 1960. Ano 27, nº 3513. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 28 de abril de 1961. Ano 28, nº 3716. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Jornal *O Repórter*, 23 de agosto de 1961. Ano 28, n° 3798. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 18 de abril de 1961. Ano 28, n° 3709. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 07 de julho de 1961. Ano 28, n° 3765. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 30 de abril de 1962. Ano 29, n° 3929. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Repórter*, 12 de março de 1962. Ano 29, n° 3906. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

ANEXOS

Figura 35 - Ainda a boa Mulher - O ideal feminino

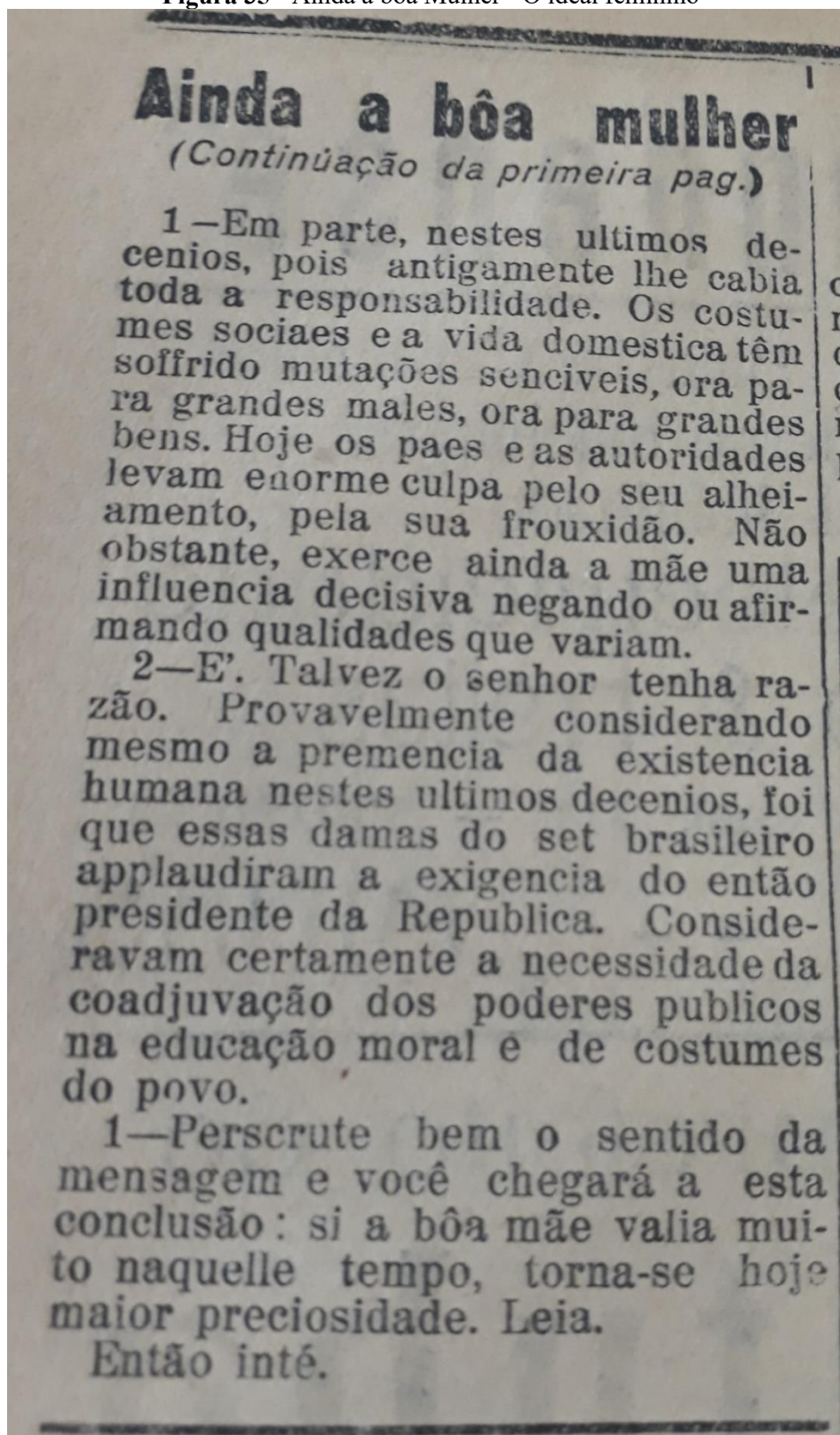
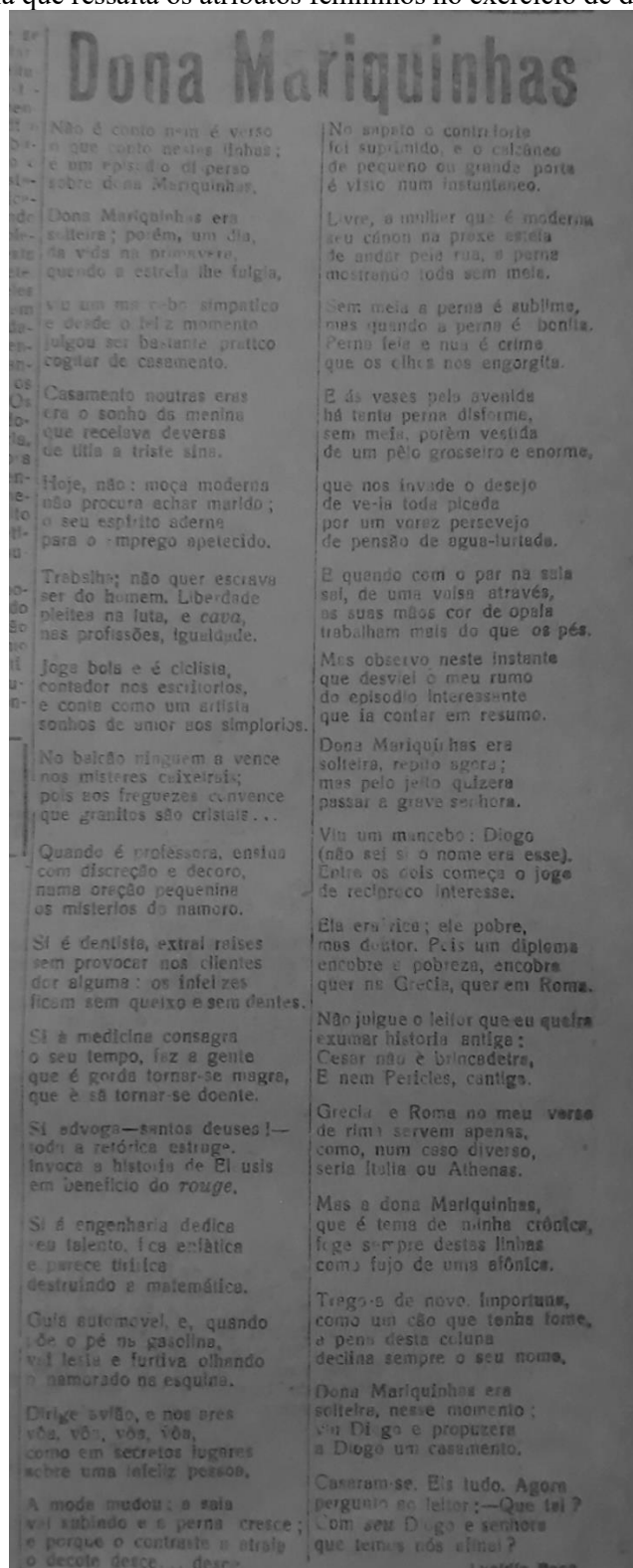


Figura 36 - Poesia que ressalta os atributos femininos no exercício de diferentes profissões



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora. Jornal - *O Repórter*, 10 de maio de 1941. Ano 08, nº382. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 37 - As leitoras – A noção de costura e bordado eram consideradas atribuições necessárias para as mulheres

A's leitoras

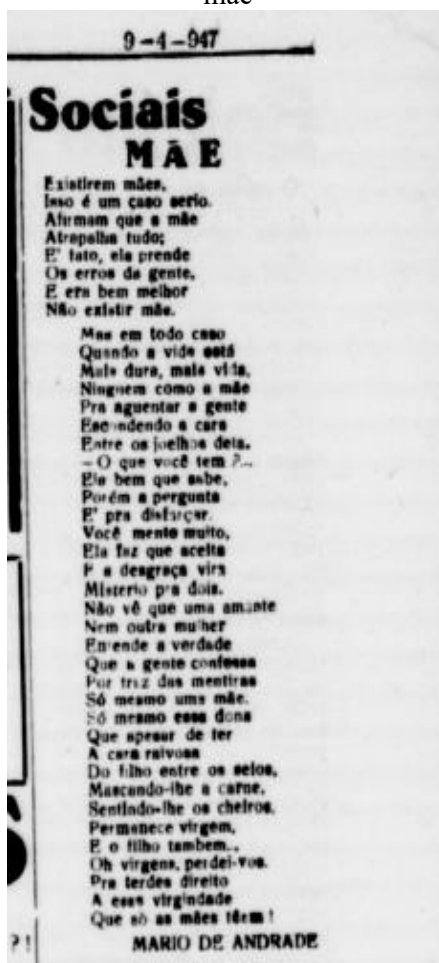
Mui breve, iremos distribuir gratuitamente, ás assignantes desta folha, a esplendida e util publicação, «RISCOS & BORDADOS DO MENSAGEIRO DO LAR», como SUPLEMENTO FEMININO, contendo em cada numero, bellos e numerosos modelos de bordados e um grande MAPPA DE RISCOS em tamanhos naturaes, alem de varias sessões que alegrarão nossas leitoras e cujos modelos, uma vez executados, darão aos seus lares um ambiente de felicidade.

Desta forma «O MENSAGEIRO DO LAR» institue a Rede Jornalística Nacional (R. J. N.), contribuindo poderosamente em prol da unidade da familia brasileira!

As pessoas que desejarem, pois, receber essa publicação gratuitamente deverão inscrever-se como assignante desta folha para o anno de 1941.

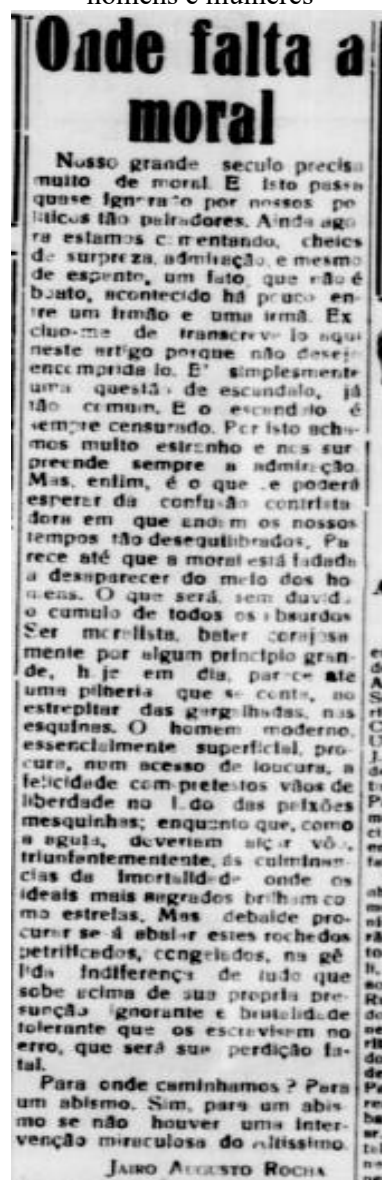
Fonte: Jornal *O Repórter*, 15 de março de 1941. Ano 08, nº 367. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 38 – Sociais Mãe: Poesia que ressalta a importância da mulher desempenhando seu papel de mãe



Fonte: Jornal *O Repórter*, 09 de abril de 1947. Ano 14, nº 970. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 39 - Onde falta a moral – Artigo que destaca moral como atributo importante fundamental para homens e mulheres



Fonte: Jornal *O Repórter*, 16 de abril de 1947. Ano 14, nº 972. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 40 - Nota sobre uma festividade no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, destacando uma mulher ocupando o cargo de diretora escolar

Grupo Escolar Julio Bueno Brandão

Em comemoração á data de 21 de abril, ás 8 horas da manhã realizou-se no Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, festiva hora cívica.

Ao som do hino nacional brasileiro foi hasteada a bandeira, desenrolando-se a seguir, um programa preparado cuidadosamente pelas classes do 3º ano, regidas pelas professoras Isaltina Fernandes Oliveira e Primavera Vaz da Mota com a colaboração das demais classes.

Constatou o mesmo de apresentação de trabalhos dos alunos, sibilos, desenhos, canto e declamação.

Foram distribuídos prêmios a dez alunos que lograram melhor classificação no concurso de composição e desenho, aberto pela diretoria.

A explanação sobre a data foi feita pela prof. Celia Cesar Cunha usando ainda da palavra a diretora Lourdes Carvalho, que retratou Tiradentes como cristão.

Foram erguidos vivas á data e encerrou-se o programa com o hino a Tiradentes.

Fonte: Jornal *O Repórter*, 23 de abril de 1947. Ano 14, nº 974. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 41 - Nota em homenagem ao Dia das Mães

O dia das mães

Por motivo do dia das mães, que em nosso país se comemora a 31 do corrente, a Associação Brasileira de Imprensa dirigiu a todos os jornais do território nacional a seguinte mensagem:

«A Associação Brasileira de Imprensa reúne-se ás organizações que, no Brasil inteiro, comemoram, no próximo dia 31 de maio, o «Dia das Mães», dedicado a reverenciar a figura da Mulher na mais nobre das suas missões: a maternidade. Felizes os povos que sabem exaltar a função maternal e dignificar as mães como elementos basilares da coletividade. Os fundamentos cristãos da nossa nacionalidade dão á mãe

relevo todo especial pois dela depende, em parte marcante, a continuidade das nossas tradições e o fortalecimento dos laços familiares, como etapa primeira do desenvolvimento da solidariedade e da cooperação entre todos os seres humanos, sem distinção de raças, credos ou ideais. Eis porque a Casa do Jornalista se dirige

aos órgãos de todo o Brasil, no sentido de que prestigiem o «Dia das Mães» pondo ao serviço de ideia tão generosa quanto feliz toda a força de divulgação de que se acham revestidos para o desempenho de sua função social. Cordiais saudações. — Herbert Moses, presidente.

Dr. Miron de Menezes
MOLESTIAS DO CORAÇÃO - ELETROCARDIOGRAFIA
Médico pela Universidade de Minas Gerais
Cursos de especialização no Serviço de Cardiologia do Hospital Municipal de S. Paulo.
CONSULTAS: - DAS 14 ÀS 18 HORAS
AV. CIPRIANO DEL'FAVELLO, 337 — FONE, 1114

Fonte: Jornal *O Repórter*, 25 de maio de 1948. Ano 15, nº 1161. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 42 - Coluna dedicada ao público feminino

Especial para a mulher

GRACIELA ELIZALDE
Da GLOBE PRESS

Qual a quantidade de leite que a leitora bebe? Provavelmente não é a suficiente, pois o fato é que as pessoas adultas precisam de beber tanto leite quanto as crianças.

De fato, todas as pessoas adultas deveriam beber pelo menos três xícaras de leite por dia, para que o organismo disponha de uma quantidade adequada de cálcio, assim como 30 por cento de proteína, 60 por cento da vitamina B2 (riboflavina), 18 por cento de vitamina B1 (tiamina) e 18 por cento da vitamina A de que necessitamos.

Talvez, contudo, a leitora não goste de leite. O recurso, então, será fazer uso de alimentos ricos em leite, como queijo, manteiga ou sorvetes.

O Instituto de Economia da General Electric aconselha servir-se sorvetes com frequência, acompanhados de biscoitos "Waffles", que também contém leite. E, como um agradável refrigerante, entre as refeições, aquele departamento da G. E. aconselha a servir o "Chocolate de Leite De Luxe", cuja receita apresentamos a seguir.

É muito fácil de se preparar, como se verá.

Eis a receita:

1 colher de sorvete de baunilha, bem duro; 1 xícara de leite; 2 colheres bem cheias de xarope de chocolate.

Coloque-se todos os ingredientes no liquidificador, batendo em alta velocidade (velocidade 12) durante um minuto.

De qualquer maneira, é claro que não poderíamos abusar de sorvetes ou refrescos como esse cuja receita vai acima, e o mais aconselhável, portanto, é que se procure acostumar a usar-se bastante leite nos alimentos. É preciso não se esquecer, porém, que os alimentos sejam preparados de modo a não se desperdiçar as valiosas proteínas do leite. O mais seguro é cozinhar a uma temperatura baixa os alimentos que contém leite e não deixá-los muito tempo no fogo.

Para evitar que o leite se corte ou coagule, quando há necessidade de combiná-lo com um alimento ácido — como se dá quando se mistura tomate com leite para fazer sopa de creme de tomate — deve-se colocar o alimento ácido no leite, gradativamente, e não derramar o leite sobre o alimento ácido.

MAQUINAS DE ESCREVER E CALCULAR REMINGTON

as melhores

Vendas a dinheiro e em prestações

CASA GUIMARAES LTDA.
CONCESSIONARIOS

AVENIDA APOSSO PENA, 148 — UBERLANDIA — MINAS

AVISO

MINISTERIO DA AGRICULTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL
DIVISÃO DE DEFESA SANITARIA ANIMAL
POSTO DE VIGILANCIA SANITARIA ANIMAL

São avisados os senhores fazendeiros e criadores, de que acha-se instalada à rua Barão de Camargos, 624, nesta cidade, o "POSTO DE VIGILANCIA SANITARIA ANIMAL", onde serão encontrados Produtos Biológicos e Químicos, seringas e acessórios, destinados a venda e revenda pelo preço de custo, assim como os Certifi-

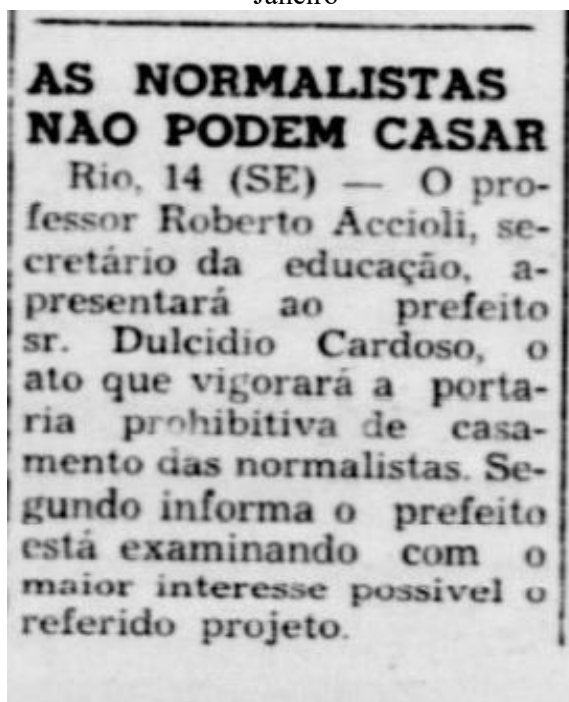
cados de Inspeção Sanitária Animal para embarque de animais pelas vias Rodoviárias, Férreas e Aéreas.

A aplicação dos medicamentos acima referidos é feita pelos funcionários do Posto, sem onus para os interessados.

O P. V. S. A., conta com a cooperação de todos os senhores fazendeiros e criadores, a fim de que se dê maior expansão ao serviço do referido Posto, e melhores sejam os resultados auferidos.

Uberlândia, 6 de abril de 1953. — José Maria L. Santa Cecília, veterinário chefe do P. V. S. A.

Figura 43 - Nota que faz referência a proibição do casamento das normalistas na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Jornal *O Repórter*, 15 de julho de 1953. Ano 20, nº 1816. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.

Figura 44 - Especial para a mulher: Dicas de comportamento feminino

Especial para a mulher

Graciela Elinaldo
Da Globe Press

Nova York — Chegamos à conclusão de que, quando se trata de celebrar datas especiais, como aniversários, por exemplo, as norte-americanas são dignas de admiração. Não poupam esforços, tanto no que diz respeito à preparação do menu, como também à ornamentação da casa.

Era nisso que eu ia pensando, há dias, quando mais uma vez, viajava para Bridgeport, para assistir uma demonstração especial do Instituto de Economia Doméstica da General Electric. Ia comigo uma amiga que se especializou em economia doméstica e que fez despertar meu entusiasmo para a ideia de aprender o que se serve e quais são os enfeites usados para celebrar o "Hallowe'en" nos Estados Unidos.

O "Hallowe'en" é colocado no dia 31 de outubro, véspera de Todos os Santos, e é uma das festas favoritas das crianças. Em muitos lugares, é chamada o Dia das Travessuras, e, para honrar esse nome, grandes grupos de crianças percorrem os bairros da cidade para ver que travessuras conseguiram fazer. Segundo fui informada, um passatempo predileto da garotada consiste em marcar com giz as portas, janelas e paredes, o que constitui, naturalmente, um pesadelo para as donas de casa.

Em parte para evitar que as crianças pratiquem essas diabruras e também porque os norte-americanos gostam muito de festas, "Hallowe'en" tem servido de pretexto para a realização de festas familiares. Algumas vezes, as crianças usam disfarces, mas, em geral, se limitam a reunir-se para brincar, aproveitar os quartos e admirar os enfeites.

Entre os enfeites, colocam-se em primeiro lugar as lanternas feitas de casacos de abóbora. Para isso, raspa-se a polpa da abóbora até uma polegada da casca, recorta-se uma máscara de aspecto feroz, com dois buracos servindo de olhos e um buraco comprido de boca. Dentro da cabeça, coloca-se uma vela, para que a luz reflita através da boca e dos olhos. Como "Hallowe'en" se baseia em lendas do tempo das bruxas, fantasmas, esqueletos e outras assombrações, a máscara da cabeça é bem apropriada para a ocasião.

As cores tradicionais do "Hallowe'en" são o negro e o alaranjado. As donas de casa, portanto, se valem principalmente dessas duas cores em suas ornamentações. Algumas se dão ao trabalho de fazer toda sorte de enfeites e desenhos com papel crepom cor de laranja, para ornamentar as paredes. Capacetes e guardanapos de papel alaranjado completam a ornamentação característica da festa.

SUFRE
DO FIGADO,
ESTOMAGO E
INTESTINOS?

Tome
ESTOMARITINO
e coma o que quiser

Fonte: Jornal *O Repórter*, 02 de outubro de 1953. Ano 20, nº 1875. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso do APM – SIAAPM.¹¹

¹¹ Artigo da coluna – Especial para a Mulher – que aponta dicas de moda e comportamento femininos, apresentando referências internacionais.

Figura 45 - Nomeação para o cargo de professora

—X—

O Prefeito do Município de Uberlândia, usando das atribuições que lhe confere o Art. 73, n.º XII, da Lei n.º 28, de 22 de Novembro de 1917, resolve nomear para o cargo de Professora, com o padrão II de vencimentos, a normalista MALBA DE MELO CESAR.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, em 3 de Janeiro de 1954.

Tubal Vilela da Silva
Prefeito Municipal
Angellino Pavan
Secretário.

—X—

Fonte: Jornal *O Repórter*, 15 de janeiro de 1955. Ano 22, nº 2186. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 46 - Sociais - "Ser mãe"

- SOCIAIS -

"SER MÃE"

(Para D. Adélia Abalem)

Rendendo singela homenagem, nesta hora de dor e de amargura, por que passa Dona ADÉLIA ABALEM, ao perder o seu idolatrado e querido filhinho WILSON, em circunstâncias trágicas e profundamente constrangedoras, publicamos, hoje, os sincéros versos de COELHO NETO, descrevendo o que, dentro da vida, representa "SER MÃE".

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
O coração! Ser mãe é ter no alheio,
Lábio que suga o pedestal do seio,
Onde a vida, onde o amor, cantando vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se liba
Sobre um berço dormindo: é ser anseio,
É ser temeridade, é ser receio,
É ser força que os males equilibra!

Todo bem que a mãe goza é bem do filho.
Espelho em que se mira afortunada,
Luz que lhe põe nos olhos novo brilho.

Ser mãe é andar chorando num sorriso!
Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!
Ser mãe é padecer num paraíso!

Conhecemos-lhe, D. ADÉLIA ABALEM, o quanto em amaritude vai em seu coração, porque, como dizia Carmen Silva, o homem ama, acima de tudo, a mulher, mas, a mulher ama, acima de tudo, os filhos. E um filho é uma estrela que nos alinda o céu da terra, em que vivemos.

O nosso mais profundo respeito, pois, á sua dor imortal. (JGL).

Figura 47 - Homenagens a professora Florespina de Freitas

Homenagens á professora Florespina de Freitas

Conforme noticiámos, expressivas homenagens foram tribuadas, ontem, no Grupo Escolar "Dr. Duarte", á sua diretora Florespina de Freitas.

Tomaram parte nas festividades, o industrial Primo Croara, presidente da "Caixa Escolar", e construtor da "Cantina", que, merecidamente tem o seu nome, porque é um dos maiores amigos da instrução e dos alunos pobres; Frel Adalberto Tarallo, educador emérito e o jornalista João de Oliveira, diretor desta folha.

As solenidades obedeceram ao seguinte programa:

"Inlavrás da professora Netza Camargo; Aniversário de d. Florespina (poesia) Marlene Silvestre; D. Florespina — (poesia) Maria Aparecida Rodrigues; Lavadeiras de Portugal (canto) Aparecida Maria de Oliveira Grama; Saudação — Cláudia; Marinha — (canto) Linda Batista; Minueto — Grupo de alunos do 4º ano; Um diário — Aldo Ferreira; Não vou brincar — Geraldina Divina; Milagres de Paris — (canto) Maria Eulene; Doce Lar — (poesia) Aparecida Maria Grama; Parabéns (canto) Célia e Aparecida; Não se cresce não (canto) Francisca de Souza; Recitativo por Maria Elizabeth; Minha diretora (poesia) Regina Maria; Casa do Nicola — (canto) Francisca de Souza; Saudação á sra. diretora — João da Silva Prado; O aniversário da diretora — Maria de Fátima; Dadá (canto) Maria Vilma; Números de acordeon — Neusa Maria Borges; Saudação á Sra. Diretora — Manoel Caetano Machado Neto.

Damos, a seguir, as orações proferidas, por uma professora e por um aluno.

Oração da Professora
Permitida que, em nome do

professorado do nosso Grupo Escolar, venha hoje saudar-vos, a mais obscura das vossas auxiliares que recebeu esta honraria com a maior satisfação, porque sabe que a escola teve por origem a certeza de que, se não foi feliz na designação dos méritos intelectuais da oradora, encontra nos fundamentos, mais sólidos nos sentimentos afetivos.

Sim, senhora diretora, sem receio o afirmo, sinto-me capacitada para exaltar as vossas virtudes de educadora porque tenho tido a felicidade de conhecê-las perfeitamente, durante nosso estreito convívio e sei que o meu conceito é unanimemente partilhado pelas minhas nobres colegas, que me deram a incumbência de falar nesta solenidade, da mesma forma que por todos aqueles que acompanharam com inte-

resse o desdobraimento da vida deste instituto de ensino.

Educar não é apenas transmitir à infância conhecimentos literários, científicos ou artísticos. É, mais do que isto, formar consciências, criar a cidadania, aperfeiçoar o caráter. Não pode haver sabedoria útil sem bondade, sem honradez, sem desprendimento. Este postulado é que pode e deve ser distinguido no exercício do vosso ministério.

Conheceis os segredos de vossa missão tão bem como o sacerdote que adota a sua carreira por vocação incoercível. Dispensais a estas crianças as flores do carinho como se sobre elas fosse derramada a ânfora do amor maternal. Mas esse tratamento, que atrai e encanta, que delta raízes nos corações e que perfuma as almas adolescentes, não exclui a

energia, que é a base da disciplina e consolida os degraus da hierarquia.

Por isto sós respeitadas sem ser temidas, sós amadas sem imposições.

O afeto que as crianças vos dedicam é espontâneo como o desabrochar de uma rosa é puro como a aurora matinal; é intenso como a claridade de uma estrela.

E se as vossas relações profissionais com esse bando alvissareiro de criaturas infantis entregues ás vossas luzes profissionais, processa-se pela forma descrita nas minhas descoloridas frases, que dizer do contato diuturno com as vossas co-operadoras, em cujo nome venho trazer um punhado de felicitações para assinalar a data festiva que estamos comemorando neste momento?

Que poderia eu dizer que

exprimissem toda a nossa afeição, todo o nosso enternecimento, toda a nossa estima pela diretora jovial e compassiva que nos guia na jornada trabalhosa de que estamos investidas? A gratidão e o devotamento nem sempre encontram vocábulos pelos quais possam ser enunciados. E esta é uma hora em que tal assertiva se confirma.

Colocada, com o direito e a justiça devidos aos altos atributos, na chefia desta casa, nunca denotastes orgulho ou vanglória que costumam contagiar aqueles que adquirem posições de mando. A modestia é o pedestal da vossa competência; a fraternidade é o ambiente do círculo traçado pelos vossos hábitos.

As ordens que expedis porque o cumprimento severo dos deveres o exigem são obe-

ALFAIATARIA FINOTTI

LUIZ FINOTTI

O MEU, O SEU, O NOSSO ALFAIATE — Em suas instalações definitivas
Galeria do "Edif. Finotti" — Av. Afonso Pena — UBERLÂNDIA — Estado de Minas

Tem sempre um acerto completo de brins, tropicais, lães, tanseros, caracás, casimiras, etc.

Búfalos para a Amazonia

Elevou-se a 1.200 cabeças, em 1955, o plantel de búfalos aquáticos indianos, formado na Amazonia pelo Instituto Agronômico do Norte, do Ministério da Agricultura. Esse plantel está localizado em parte na Estação Experimental do Banco Amazonas, próximo

de Santarém, e parte no Retiro "Daniel de Carvalho", em Fordlândia.

Em relatório que vem de apresentar ao ministro Ernesto Dornelles, declara o diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas que, com mais algum tempo, o búfalo preto

indiano será na região amazônica, a exemplo do que ocorre na Índia, no Egito e no Paquistão, o animal mais utilizado na produção leiteira. Informa ainda que, no ano passado, foi iniciado um trabalho de criação de búfalos indianos, constatando-se a existência de vacas com

centrados.

Segundo o mesmo relatório, o Instituto Agronômico do Norte cogita de importar, em colaboração com a Superintendência de Valorização Econômica da Amazonia, um plantel de búfalos da raça "Murrah" cuja produção leiteira atinge altos índices de rendimento.

Figura 49 - Dona Manoelita - Um pouco da trajetória desta professora primária

NEM os jornais da cidade deram notícia do falecimento da professora Manoelita Antunes da Mota, que viveu tantos anos ali na rua Duque de Caxias, nas proximidades da fábrica de balas Imperial. Não souberam por certo da triste ocorrência, porque as pessoas humildes, não disputam a atenção dos repórteres para encher com os seus nomes as colunas destinadas à seção mundana, hoje mais preocupada com o brilho e a suntuosidade do que mesmo com as prendas dos que pertencem às classes sociais.

Entretanto, dona Manoelita foi o que se pode dizer uma heroína, heroína cujo heroísmo se ocultava dentro das quatro paredes do lar quando de todo não podia ser contido dentro da própria alma. Essa velhinha pequena, magra, curvada, que de vez em quando se encontrava nas ruas próximas à sua habitação, tinha uma história, obscura é verdade, ignorada talvez dos próprios contemporâneos, mas história edificante que pode servir de exemplo aos que sentem a coragem vacilante.

Dona Manoelita veio para esta cidade por volta de 1922 a 1924, se a memória não me falta. O seu esposo era funcionário do Banco de Crédito Real cuja agência estava instalada por essa época no edifício onde hoje funciona o Colégio Brasil Central. Casal moço, tinha diversos filhos, todos pequenos. Pouco tempo depois, o marido de dona Manoelita apresenta-se com uma enfermidade galepante que o leva à sepultura dentro de poucos dias. Viuva e pobre, a desolada senhora não dispunha de recursos para viver e criar a prole. Não havia leis de previdência e o trabalhador, qualquer que fosse a sua categoria, só tinha renda enquanto prestasse serviços. Como havia de se manter aquela família composta de uma mulher e algumas crianças habituadas ao relativo conforto que lhes dava o salário do chefe desaparecido? Era o fantasma da fome que lhes batia à porta se não quisessem recorrer à caridade pública.

Mas o gerente do Banco de Crédito Real nessa ocasião era Franklin Jardim, criatura que até hoje, não obstante a sua anciandade, tem o fanatismo de ser útil aos seus semelhantes. Fez pesquisas domésticas e descobriu que dona Manoelita era portadora de um diploma de normalista, de que talvez ela mesma nem se lembrasse, uma vez que dele nunca precisara. Estava salva a situação. Dona Manoelita teria uma cadeira no magistério primário, o que lhe daria, apesar da exiguidade dos vencimentos, para não passar maiores privações com os filhinhos.

Se assim tão depressa lhe ocorreu essa reflexão, com menos prazo ainda Franklin Jardim agiu no sentido de solucionar o problema. Com o seu prestígio junto a membros do governo de Minas, obteve logo que dona Manoelita fosse nomeada professora de grupo escolar Bueno Brandão, de cuja diretoria era eu então titular. Posso assim dar informação segura do esforço e da abnegação desta senhora para correspon-

Dona Manoelita

der à confiança que mereceu e para fazer jus ao amparo que fora, através do seu trabalho, dispensado aos orfãos do seu sangue. Dona Manoelita estava inteiramente destreinada em matéria de ensino. E isto se explica facilmente: terminado o curso normal, nunca lecionara. Casou-se logo, nasceram-lhe os primeiros rebentos e ela cuidou de se instruir no papel de mãe de família, desempenhando aliás com absoluto proveito e dignidade. Mas, penetrada da responsabilidade que assumia, a sua dedicação, o seu esmero, o seu carinho com a classe que lhe foi entregue, a sua obediência às recomendações que lhe eram feitas, a sua ausência de vaidade ao solicitar conselho pedagógico e outras atribuições que dignificam a sua personalidade, em pouco tempo a tornaram apta no seu mister e uma auxiliar preciosa no desenvolvimento dos trabalhos letivos. Quando deixei o grupo escolar, algum tempo depois, tinha a na conta de uma educadora assídua, zelosa e interessada pela sorte das crianças.

Dona Manoelita continuou na luta, penso que estimada pelos que me sucederam na direção do estabelecimento. Criou os filhos com o produto dos seus vencimentos, educou-os; tem diversas filhas, normalistas colocadas algumas no mesmo lu-

gar em que ela escreveu o seu drama. Vulto pequenino e arqueado, faces enrugadas e cabelos brancos, às vezes me encontrava com ela não distante de sua residência. Cumprimentava-a sempre com o respeito que as suas virtudes impunham e com a afeição que conservava desde o tempo em que convivemos na mesma peleja. No dia 13 recebi consternado a notícia de que sucumbira. Não tive surpresa: apenas magoa. E com a magoa o reconhecimento de que ela estaria pronta para essa viagem, porque cumprira a sua missão na terra; cumprira-a nobremente, heroicamente, com esse heroísmo que a ecclesia não percebe, que os jornais não divulgam, mas que nem por isto deixa de existir na consciência dos que meditam e sofrem as tragédias humanas...

Lyc'dio Paes

P.S. — Já estava escrita esta crônica quando tive ciência de que o Rotary Club, por intermédio da palavra de Domingos Pimentel Ulha, prestou conhecida homenagem à memória da pranteada preceptora. O Rotary Clube faz sempre justiça e distingue os meritos onde quer que eles se escondam; e Domingos Pimentel é uma alma sensível de que derivam torrentes de ternura pelos que labutam e pelos que padecem.

—L. P.



**DESDE O BERÇO,
de
WAKAMOTO
ao seu filhinho!**

“Amparo” do govern derrotados de 3 de

Fonte: Jornal *O Repórter*, 20 de outubro de 1958. Ano 26, nº 2123. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 50 - O Dia do Professor

O Dia do Professor

Revestiu-se de brilhantismo a reunião de sexta-feira do Rotary Club, com a homenagem prestada ao "Dia do Professor".

Como convidados do Club, estiveram presentes os professores: Eurico Silva, Edith Costa Pereira e Carlota Marquez, que foram homenageados como representantes dos professores.

Na abertura da reunião, o presidente Cyro Avelino Franco convidou a professora Carlota Marquez, para desfaldar o Pavilhão Nacional, o que foi feito sob vibrante salva de pal-

mas.

Ocupando a tribuna o dr. Abelardo Pena falou em homenagem ao Dia do Professor, tecendo justos e merecidos elogios a tão laboriosa classe que muito vem fazendo pelo desenvolvimento do País e do mundo.

O presidente Cyro Franco, falou sobre o falecimento da professora Manoelita A. da Motta, pedindo aos presentes um minuto de silêncio.

O dr. Domingos Pimentel Uelhôa fez uma ligeira biografia da professora Manoelita Vaz da Motta.

Em bela e simpática peça oratória o professor Eurico Silva agradeceu em seu nome, das professoras presentes e de todos os professores, as homenagens que lhes foram prestadas.

Encerrando a reunião, o presidente Cyro Franco convidou a professora Edith Costa Pereira à desfaldar o Pavilhão Nacional. (Comunicado da Secretária).

Fonte: Jornal *O Repórter*, 21 de outubro de 1958. Ano 26, nº 2124. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 51 - Rosa Marly Scarabucci - Rainha dos Estudantes

Rosa Marly Scarabucci

A graciosa senhorita Rosa Marly Scarabucci, inteligente aluna do Colégio Brasil Central, onde desfruta da mais carinhosa simpatia, conseguindo se eleger "Rainha dos Estudantes".



Filha do estimado industrial, sr. Romeu Scarabucci e de d. Maria Scarabucci. Neste ensejo, apresentamos à Rosa Marly a nossa homenagem pela vitória alcançada.

Fonte: Jornal *O Repórter*, 25 de dezembro de 1959. Ano 27, nº 3412. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 52 - Nota de aniversário - Professora Florisbela Freitas - Diretora do grupo Escolar Dr. Duarte

NUESTRA SOCIEDAD

ESCRIBE DON GUESTA

PROFA. FLORISBELA FREITAS

A profa. Florisbela Soares de Freitas, diretora do Grupo Escolar Dr. Duarte, aniversariou domingo. Na oportunidade, a querida professora foi homenageada por colegas de direção, componentes do corpo docente e pais de alunos. A inspetora Cremilda Batista fez uso da palavra, saudando a aniversariante. Esteve presente também o presidente da Caixa Escolar do Grupo, sr. Primo Crosara.

Fonte: Jornal *O Repórter*, 18 de abril de 1961. Ano 28, nº 3709. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 53 - A irmã – professora Leila Paes

O REPORTER

DIRETOR-PROPRIETARIO: JOAO DE OLIVEIRA — FONE. 5788 — DIRETOR-GERENTE: HARVEY A. FINOTTI — Diário Vespertino Independente
"BATALHAMOS PELO QUE EXPRESSAMOS, PORQUE SEMPRE PENSAMOS ANTES DE EXPRESSAR TUDO O QUE DIZEMOS"

ANO XXVIII Uberlândia, 6.a feira, 7 de julho de 1961 N.º 3765

Moça de Uberlândia é freira em Campinas

Recebeu hábito na cidade bandeirante de Campinas, a jovem uberlandense Leila Paes Rodrigues, ordenada irmã Missionária do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, adotando o nome de Irmã Leila Maria da Sagrada Família.

A prezada e bondosa Irmã Leila, é filha da sra. Maura Paes Rodrigues e neta do vibrante jornalista Lycido Paes, conhecido e admirado por toda a população citadina.

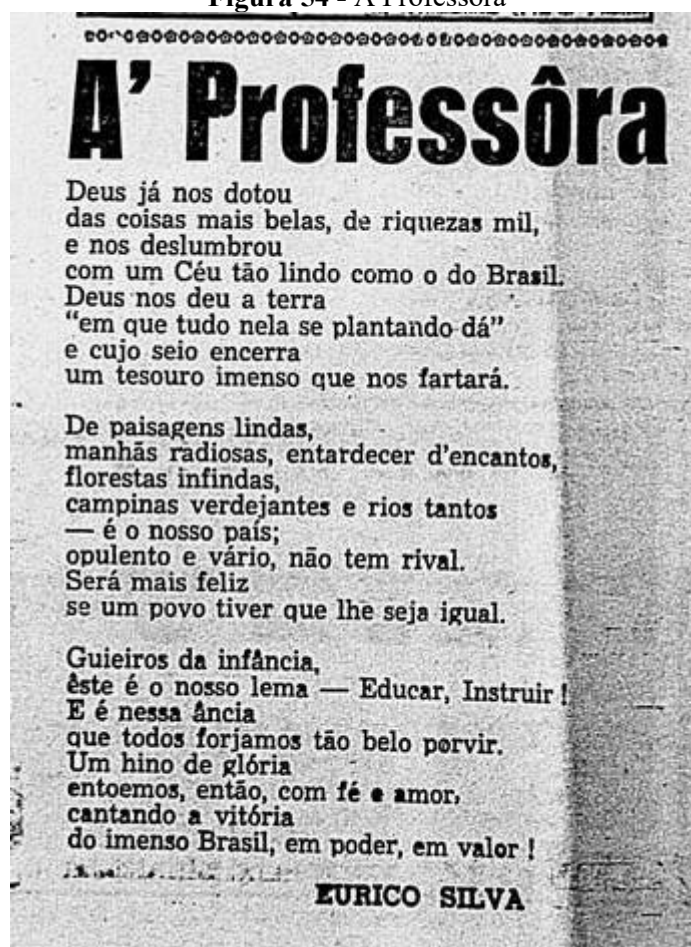
Estiveram presentes ao ato de transformação de Leila Paes Rodrigues em irmã professora, as seguintes pessoas desta cidade: jornalista Lycido Paes, e sra.; Ovidio José Alves, sra. e filhas, Beatrix Rosângela e Valéria; sra. Maura Paes Rodrigues e filhas, Lillian e Livia; dr. Hermínio Abreu Chagas; sra. Adelina Carrijo e filhas, Leda e Leila; Vidal Carrijo e sra.

Enviamos as nossas congratulações à família Paes pelo acontecimento de maneira representativo, em face do divinal mister concedido a um de seus membros.

UBERLÂNDIA ABRE AS PORTAS PARA OS VISITANTES
ERNESTO FINOTTI
ABRE AS PORTAS PARA OS DISTINTOS FREGUESES.
ESPECIALIDADES EM: PORTAS, JANELAS E ARMARIOS
EMBUTIDOS

Fonte: Jornal *O Repórter*, 07 de julho de 1961. Ano 28, nº 3765. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 54 - A Professora



Fonte: Jornal *O Repórter*, 12 de março de 1962. Ano 29, nº 3906. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional.